

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 50 — Série VII — N.º 370
12 de Fevereiro de 1981

Preço: 15\$00

SEMANÁRIO

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 11

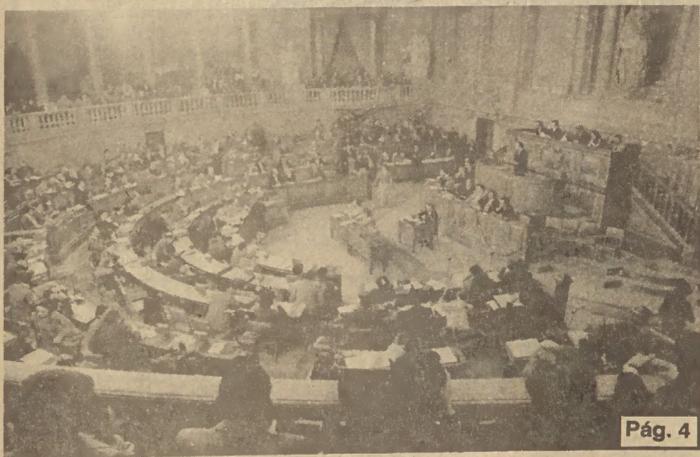
Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa



Camaradas de Lisboa pintando um mural alusivo ao 60.º aniversário do Partido

**Comemorações
do 60.º
aniversário
do Partido
tarefa
de todos nós** centrais

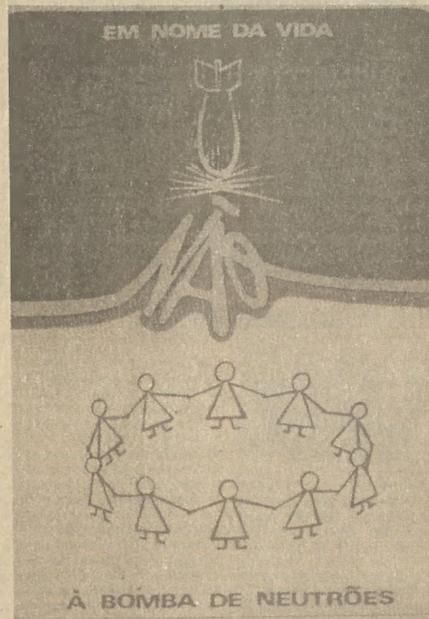
O Comité
Central
reúne amanhã



*A direita quer amordaçar
a Assembleia da República
com um novo regimento*

50 ANOS AO SERVIÇO DO PARTIDO DO POVO E DA PÁTRIA

Noticiário na pág. 12 — suplemento de 12 páginas



NOVAMENTE
NÃO
À BOMBA
DE
NEUTRÕES

Pág. 12



**FERNÃO LOPES
— O HOMEM
E A ÉPOCA** (1)

Pág. 10

COMUNISTAS
DO PORTO
E
DA MADEIRA
DEFINEM
OBJECTIVOS

Pág. 3

Energia: a 'AD' à espera que chova!

Pág. 3

SEMANA Nacional

4 Quarta-feira



O 20.º aniversário do início da luta armada de libertação em Angola, sob a orientação do MPLA, é comemorado em Lisboa com uma sessão no Teatro Vasco Santana promovida pela Associação de Amizade Portugal-RP de Angola. O ministro dos Transportes e Comunicações, Viana Baptista, expõe em conferência de imprensa e em traços gerais «as 160 medidas de política para os próximos quatro anos». Estimativas feitas pelos técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para quebras de produção na ordem dos 39% para os citrinos e 23% para a azeitona, devido à escassez de chuva e a constante formação de geadas. O Organismo das Pescas do PCP denuncia em comunicado que os cerca de mil trabalhadores da Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca de Arrasto (SNAPA) ainda não receberam os salários do mês de Janeiro. São empossados na Assembleia da República os novos membros dos Conselhos de Informação para a ANOP, Imprensa, RDP e RTP. Praticamente todos os trabalhadores do Marconi aderem à greve que se prolongará até amanhã; os trabalhadores lutam pela defesa de regalias conquistadas em anteriores acordos colectivos de trabalho e também por uma actualização salarial justa. As eleições realizadas na Faculdade de Direito de Lisboa para a Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico dão uma significativa vitória aos sectores democráticos da escola.

5 Quinta-feira



O MEC reconhece publicamente que houve «anomalias» na elaboração das pautas de colocação dos candidatos ao ingresso no ensino superior, para repor a justiça o ministro não encontrou nada melhor que «ordenar um inquérito» para o qual, contudo, não nomeou ainda a respectiva comissão nem estabeleceu prazos para a entrega dos resultados; entretanto o director-geral do Ensino Superior, prof. Britaldo Rodrigues, pede a demissão do cargo. Os trabalhadores da Rádio Marconi retomam a sua laboração normal após a administração dar «garantias mínimas» de respeito pela acção sindical dentro da empresa e as negociações terem evoluído. Jorge Miranda, constitucionalista e deputado da ASDI, acusa a «AD» de não pretender a revisão constitucional uma vez que não consegue impor a «sua» revisão.

6 Sexta-feira



O matutino lisboeta «o diário» revela que a TAP-Air Portugal está a transportar explosivos para a África do Sul através de voos fretados entre Viena de Áustria e Joanesburgo; estes fretos violam frontalmente o embargo ao regime racista de Pretória decretado pelo Conselho de Segurança da ONU. Comentando o projecto-léi recentemente apresentado na AR que prevê a proibição do estacionamento de armas nucleares em Portugal, o ministro da Defesa da «AD», Azevedo Coutinho, afirma que Portugal não poderá «prescindir de uma instalação eventual» de armas nucleares no seu território. O Conselho Nacional do MDM analisa e aprova o plano de acção para 1981. Alvaro Rana, membro do Secretariado da CGTP-IN, informa em conferência de imprensa que a central sindical portuguesa não dará cobertura nem avalisará o pretendo Congresso das Comunidades que a «AD» quer realizar com o exclusivo objectivo de servir de propaganda às forças político-partidárias que o Governo representa.

7 Sábado

1927 - Tentativa de revolta militar contra a ditadura; é esmagada com dezenas de mortos.

A Associação dos Comerciantes do Pescado dirige uma exposição às autoridades competentes denunciando suspeitas de anomalias graves, corrupção e suborno na Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau (CRCB). A Comissão Executiva Distrital do Porto do MDP/CDE considera altamente preocupante a situação na Câmara Municipal do Porto, decorrente do facto de a maioria «AD» fugir a assumir as suas responsabilidades. A Comissão Nacional do Partido Socialista, reunida em Coimbra, aprovou por uma maioria de sete votos a proposta de Mário Soares para a Comissão Organizadora do Congresso; a proposta do secretário-geral do PS recolheu 32 votos favoráveis, registando-se 25 contra e 38 brancos e nulos. A CGTP-IN revela que 80% dos estatutos de comissões de trabalhadores já publicados no boletim do Ministério do Trabalho (MT) adoptaram os princípios elaborados pela central sindical portuguesa, facto concludente sobre a influência da CGTP-IN no seio dos trabalhadores.

8 Domingo

1962 - É incorporado na Marinha de Guerra portuguesa o navio-escola «Sagres», o segundo com este nome.

Desaparecem onze tripulantes de um cargueiro com o pavilhão de Singapura num desastre marítimo ocorrido a cerca de 21,5 milhas da costa portuguesa, ao largo de Sagres; do naufrágio sobreviveu apenas um tripulante. Termina em Lisboa, no Tribunal da Boa-Hora, um encontro-debate promovido pelo Sindicato dos Magistrados do Magistério Público subordinado ao tema «A Revisão Constitucional e os Tribunais».

9 Segunda-feira

1919 - Morre Adolfo Coelho, introdutor da filologia científica em Portugal.

Um comunicado da célula do PCP da Petrógal denuncia planos da direita tendentes à reprivatização parcial desta empresa pública e enuncia as linhas fundamentais com que se orienta este «ataque» reaccionário. Inicia-se em Lisboa a 4.ª reunião da comissão mista luso-cubana, tendo por objectivo o alargamento da cooperação técnica e económica entre Portugal e Cuba; o acordo luso-cubano foi assinado em 1978 e expira este ano. O Governo português concede «agrément» ao embaixador da República da Coreia do Sul em Lisboa, Yoon Hoo Lee. No final do encontro nacional de aprovisionamento hospitalar, realizado em Lisboa, os responsáveis pelo abastecimento dos hospitais públicos de todo o país decidem chamar a atenção do Governo para a necessidade de constituição de um órgão central de aprovisionamento que presentemente se realiza através de três estruturas não coordenadas. Naufraga ao largo de Espinho a lancha de pesca «Bela dos Anjos», arrastando consigo os dez tripulantes; de momento ainda não estão averiguadas as causas que deram origem ao drama. A Comissão da FAUL do Partido Socialista exige «explicações» a Maldonado Gonelha sobre a finalidade e objectivos da «Trilateral» (organização imperialista ligada à fundação Rockefeller) e à qual Gonelha, em entrevista ao «Jornal», confessara «pertencer», inquirindo ainda sobre as motivações que levaram este dirigente a aderir à tal organização.

10 Terça-feira

Segundo um estudo da OCDE, Portugal continua a ser dos países da Europa onde são menores os impostos sobre os rendimentos do trabalho, mas foi o país onde estes aumentaram mais depressa entre 1974 e 1978.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

Em 6 de Fevereiro de 1608 nasce o padre António Vieira, escritor, diplomata, mestre de oratória e pensador ilustre que se viu envolvido pelas malhas da Inquisição; as suas obras abrangem 26 volumes, incluindo cerca de 200 sermões, mais de 500 cartas e muitos estudos políticos e literários.

Editorial

UMA ENTREVISTA DE AMBIGUIDADES

DENTRO de pouco mais de dois meses a Revolução portuguesa entrará no ano oitavo.

O regime democrático saído do 25 de Abril sofreu vitorioso a prova da vida e do tempo.

Este novo ano da Revolução não é um ano como outro qualquer.

Nele entraremos em condições radicalmente diferentes das que entramos no ano anterior.

Há dois meses, em 7 de Dezembro, com o resultado das eleições presidenciais, a reacção sofreu uma pesada derrota. Os planos da «AD» que tinham como passo decisivo a eleição de um Presidente da República identificado com o seu projecto subversivo foi terminantemente rejeitado pelo Povo português; criaram-se condições novas e mais favoráveis para a defesa e consolidação do regime democrático em Portugal e para novas e resolutas derrotas da reacção.

Estas condições exigiram, contudo, para serem concretizadas, um comportamento consequente das forças democráticas, uma acção coordenada e adequada e uma iniciativa política corajosa e imediata de todos os democratas e patriotas para consolidar as vitórias alcançadas.

Este ano oitavo da Revolução não é ainda um ano como outro qualquer porque é o primeiro de uma Assembleia Legislativa com poderes de revisão constitucional, o que exigiria também uma acção democrática concertada e esclarecida no plano parlamentar.

A Constituição da República consagra as grandes conquistas do 25 de Abril, garante ela própria a continuidade do que é permanentemente e duradouro na Revolução portuguesa, estabelece as condições formais de revisão do que é transitório ou deixou de corresponder à vida e à nova situação criada.

Dá a acrescida importância de um acordo entre as forças democráticas a nível parlamentar para nesse domínio decisivo travar também o passo às forças reaccionárias coligadas.

ESTAS prévias considerações vêm a propósito da entrevista concedida por Mário Soares, secretário-geral do PS, ao jornal «Portugal Hoje», órgão oficioso daquele partido.

Evidentemente, as declarações de Mário Soares têm o peso e a responsabilidade política de um dirigente dos mais destacados — diga-se, o mais destacado — de um partido político cuja acção é necessária para a defesa e consolidação da democracia em Portugal.

A instrutiva experiência destes sete anos de regime democrático confirma e reforça sobejamente essa necessidade.

O dr. Mário Soares não tem primado por posições consequentes de defesa da democracia portuguesa. Desde o Verão de 1980, com o seu auto-afastamento por motivos da eleição presidencial em que se opôs abertamente ao seu partido, essas posições assumiram carácter preocupante e poderiam ter causado prejuízos irreparáveis à causa da democracia e da independência nacional.

Visivelmente, a bússola dos interesses do secretário-geral do PS aponta noutra direcção.

Um anticomunismo visceral, a conciliação com a direita em questões cruciais da democracia portuguesa e na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, somadas a posições surpreendentes em momentos decisivos do nosso processo democrático, tem pontuado a irrequietude política do dr. Mário Soares.

Na entrevista ao «Portugal Hoje» é significativo que Mário Soares refira a sua posição em relação à «AD» e ao seu Governo como de «oposição intransigente e responsável» e em relação ao PCP ponha uma desnecessária ênfase na declaração de que «temos projectos de sociedade não somente diferentes como mesmo antagónicos».

O dr. Mário Soares dá inutilmente pontapé na matemática quando diz que «3% do eleitorado da APU — ou seja cerca de 300 000 votantes — se deslocaram para a FRS», quando, como se sabe, relativamente às eleições de Dezembro de 79, a baixa da APU se cifrou em pouco mais de 100 000 votos.

O atropelo dos números não prestigia nada o secretário-geral do PS...

Vê-se, por outro lado, que Mário Soares não soube ou não quis colher as lições da História: velhos pecados estão em vias de repetir-se com graves prejuízos para o PS e para o País.

Obviamente nada temos com as suas concepções de «socialismo» nem com os propósitos de apresentar ao Congresso do seu partido uma moção «pessoal». É um problema dos socialistas, uma questão interna do PS em que não meteremos a colher.

Temos sim com as concepções que dizem respeito ao País e tocamos todos os portugueses, concepções que abundam na entrevista ao «Portugal Hoje».

Uma é a sua conhecida tese de que «a 'AD' ganhou, deve governar». Não é afinal por questões de legitimidade mas por eleitoralismo que Mário Soares quer deixar a «AD» governar por quatro anos.

A velha política do balancé exprime-se na ideia da «erosão do poder» — afinal, a substância da peregrina «alternância democrática» de Mário Soares e de certos outros dirigentes socialistas.

«Ora agora gastas-te tu, ora agora gasto-me eu...».

O PS «gastou-se» nos seus governos com a política de recuperação capitalista. É agora a vez da «AD» dar a sua contribuição para a destruição do regime democrático.

«A circunstância — diz ele — de ficarmos agora firmemente na oposição por forma intransigente (?) mas responsável abre-nos grandes perspectivas».

«O tempo corre agora a favor do PS».

Que nestes quatro anos o Povo português conheça na carne e na existência de cada dia o agravamento das suas condições de vida sob a política de classe dos governos «AD», que as liberdades sejam cada vez mais cerceadas, que a maioria parlamentar da «AD» fabrique leis reaccionárias, que os chefes da «AD» possam digerir calmamente, sem sobressaltos, a sua crise interna e superá-la, isso não é sumamente importante para o PS.

O que é preciso é colher ao fim de 4 anos a seara do descontentamento popular e voltar o PS a ser governo.

SER governo mas com uma condição, diz Mário Soares: «por forma directa ou indirecta após novas eleições e no caso delas nos darem a vitória».

A falsa tese da maioria absoluta FRS com um governo, uma maioria e talvez um presidente (Mário Soares?) renasce uma vez mais das cinzas da derrota. «Quero eu dizer — diz Mário Soares — que a expansão da FRS no processo de formação de uma maioria alternativa» possibilitará ao PS o triunfo de um «projecto credível da sociedade».

A derrota da tese «maioritária» FRS em 5 de Outubro de 1980 e a estrondosa derrota infligida à «AD» em 7 de Dezembro por um vasto conjunto de forças sociais e políticas que está na base da eleição do Presidente Eanes não ensinaram nada a Mário Soares.

Pelo contrário, o secretário-geral do PS alerta contra consequências desta vitória.

«A luta contra a «AD» não pode nem deve ser feita... em nome de uma maioria circunstancial, a que derivou das últimas eleições presidenciais, porque esta inclui o PCP e os seus aliados da APU».

Mário Soares, que publicamente retirou o seu apoio ao general Eanes e fez o que lhe foi possível para que Soares Carneiro fosse eleito, vem agora dizer, iludindo a verdade das suas posições, que «A reeleição do Presidente Eanes contribuiu, como tenho referido, (o sublinhado é nosso) para a criação de uma real decompressão democrática na sociedade portuguesa».

O secretário-geral do PS pretende apagar a vitória

de 7 de Dezembro dizendo que a sua dinâmica «não deverá ser aproveitada por forma a prosseguir após a campanha eleitoral em termos pouco transparentes».

EM termos pouco transparentes se refere Mário Soares à revisão constitucional.

Sem dúvida é defendida na entrevista ao «PH» a maioria dos dois terços para a revisão constitucional mas não é clara a sua resposta aos que possam «ter ficado desapontados acerca das posições minhas (dele, MS) em matéria de revisão constitucional».

Com quem preconiza MS fazer a maioria de dois terços que «represente um consenso verdadeiramente nacional»?

Que revisão constitucional? Mário Soares diz a certo ponto que «chegámos ao fim do chamado período de transição».

O «critério e verdadeiro espírito civilista» em matéria de revisão constitucional não será o mesmo que a «libertação da sociedade civil» da «AD» que tem por objectivo fundamental meter na prateleira os «capitães de Abril» ainda incluídos no Conselho da Revolução?

Onde vê Mário Soares na Constituição da República a expressão «socialismo democrático»?

No caso de não haver os dois terços para a revisão constitucional a Constituição considera MS que seria perigoso para a democracia manter o texto constitucional actual?

Mário Soares diz que isso seria «o pretexto ideal para uma certa direita revanchista desestabilizar o regime».

É uma curiosa forma de iludir a autêntica «desestabilização do regime» e a verdadeira «guerrilha institucional» que tem sido a prática da «AD», dos seus governos, da sua maioria.

MÁRIO Soares nega a possibilidade de uma alternativa democrática ao Governo e à política da «AD» com base no vasto leque social e político das forças que deram a vitória ao general Ramalho Eanes.

É na base da FRS que erroneamente vê «uma alternativa global e coerente que possa, em futuras eleições, vir a obter a confiança da maioria do eleitorado».

MS não vê ou não quer ver que a linha divisória entre a reacção e as forças democráticas não passa pelas fronteiras dos partidos mas pelo interior de alguns deles. Não vê ou não quer ver que na eleição vitoriosa do general Eanes não se encontraram apenas os eleitores dos partidos da FRS e da APU, as franjas descontentes do eleitorado da «AD» mas muitos milhares de portugueses sem partido que aspiram à defesa dos ideais democráticos e do 25 de Abril.

A questão de uma «alternativa global» só pode ser vitoriosamente oposta à «AD» se abarcar esse vasto conjunto de forças sociais e políticas que derrotaram Soares Carneiro.

Esta possível «alternativa global» pode e deve desde já ser objecto do diálogo democrático, de uma negociação aberta entre todos os sectores de opinião favoráveis ao 25 de Abril, numa aposta unitária da sociedade portuguesa que rasgue horizontes novos à solução dos problemas nacionais agravados pela crise provocada pela política de recuperação capitalista, que defenda as conquistas fundamentais da nossa democracia, que garanta o melhoramento gradual e tão rápido quanto possível das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, que liberte Portugal da dependência dos grandes grupos económicos multinacionais e assente uma autêntica recuperação económica nos recursos do País, nas energias e no trabalho criador do Povo português.

Só por esta via e não das ambições pessoais e políticas de quem quer que seja Portugal vencerá a crise e garantirá a continuidade do património libertador de Abril.

JUVENTUDE de ABRIL a CAMINHO do FUTURO

1.º Congresso

1.º Congresso JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

edições Avante!

Documentos Políticos do Partido Comunista Português SERIE ESPECIAL

Culminando o processo de unificação da UJC e da UEC, o 1.º Congresso da JCP realizou-se em 24 e 25 de Maio de 1980, em Lisboa.

O 1.º Congresso da JCP constitui um marco histórico na vida da Juventude Comunista. As suas repercussões e as suas justas conclusões far-se-ão repercutir na luta e no movimento juvenil, dando-lhe mais força, confirmando o seu papel de aguerrido destacamento do movimento popular que, seguramente, defenderá e consolidará o regime democrático e as outras históricas conquistas de Abril.

Este livro, tomando públicos e divulgando, não só os documentos aprovados pelo Congresso, mas também as intervenções produzidas ao longo dos trabalhos, constitui um instrumento de trabalho valioso para todos quantos queiram conhecer a realidade do movimento juvenil em Portugal e o papel que nele assume a sua vanguarda revolucionária — a Juventude Comunista Portuguesa.

À venda

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Sai na próxima semana

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 26936.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedruinha - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baxo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779826.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776935. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tragem média no mês de Janeiro: 63 187

Actualidade política

Para resolver o problema energético O Governo tem estado à espera que chova...

O Governo anunciou, pela voz do ministro da Indústria e Energia, um «Plano de emergência para segurança do fornecimento de energia eléctrica»...

Uma pergunta surge e é justo que o povo português a faça: se se tivessem tomado medidas a tempo seriam necessárias agora as reduções drásticas a que o Governo se propõe?

Tudo indica que não. E o Governo remeter-se-á ao silêncio porque outra posição não poderá tomar.

Faça-se um apinhado da situação que pode ser encarada de diferentes ângulos. E em todos se verifica uma coisa: não é fundamentalmente a falta de água que está na origem das medidas de emergência.

O grande problema é que as centrais termoeléctricas — ou por alguns grupos não terem começado ainda a funcionar ou por sofrerem constantes avarias ou ainda por trabalharem abaixo da sua capacidade de produção — não satisfazem as necessidades do consumo, sendo necessário recorrer às importações.

Um caso flagrante é o que se passa com a central termoeléctrica de Setúbal, cujo grupo 2 foi inaugurado em meados de 1980 pelo Governo Sá Carneiro. Simplesmente esse grupo deveria, segundo o plano, estar a funcionar desde 1978. Na mesma central, o grupo 3, cujo arranque estava previsto para 1980 não se vai concretizar tão cedo.

arranque estava previsto para 1980 não se vai concretizar tão cedo.

Que tem feito o Governo «AD»?

E pagando neste aspecto temos um exemplo da inércia deste Governo. Se o sistema termoeléctrico tivesse produzido, mensalmente, de Junho a Novembro, o quantitativo que produziu em Dezembro desse ano teríamos uma diferença, para mais, de 1082 GWh, o que daria como consequência que neste momento as albufeiras das centrais hidroeléctricas estavam praticamente cheias.

Mais ainda, se o grupo 2 tivesse entrado em funcionamento no tempo previsto e se este e o grupo 1 tivessem produzido somente 78 por cento dos mínimos garantidos nos planos dos novos centros produtores de electricidade, as albufeiras estavam neste momento totalmente cheias.

Em vez de falar prioritariamente no corte do abastecimento o Governo poderia dizer o que tencionava fazer às centrais termoeléctricas existentes no sentido de aumentar a sua capacidade produtiva?

Assim como poderia dizer que garantias tomou já no sentido de assegurar, a nível intencional, a importação de energia? Ou continuaremos a fazer contratos de importação de semana a semana, com o risco de na semana seguinte não poderem ser já respeitados pelo país fornecedor?

E que medidas estão a ser tomadas, na presente situação, para que os grupos geradores de socorro dos hospitais, aeroportos, bombeiros, quartéis, etc., estejam afinados e prontos a funcionar quando se tornar necessário?

E ainda saber a que poupança de energia corresponderá esta redução de tensão de 5 por cento, sabendo-se que todos os que possuem aparelhos reguladores de tensão não são afectados?

Além do mais esta redução de tensão só irá afectar significativamente o sector industrial.

Tomara que chova

Vala a pena referir que, se em 1980 o sistema termoeléctrico tivesse produzido 10200 GWh

como estava previsto, hoje a situação não seria calamitosa a nível de albufeiras. Mas não, aquele sector produziu apenas cerca de 6000 GWh o que provou um acréscimo da produção do sector hidroeléctrico.

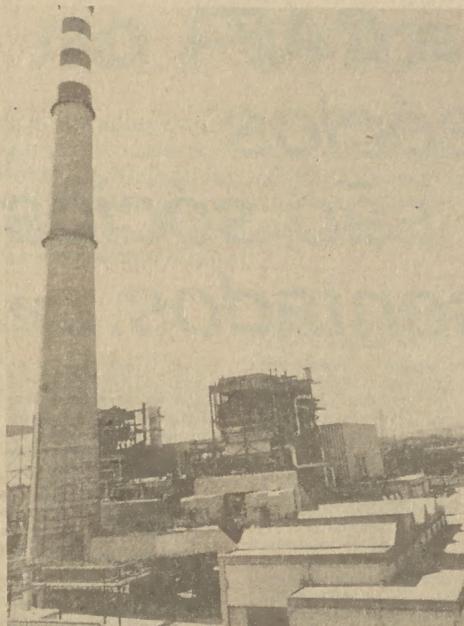
E as barragens da Aguireira e do Poçinho que deviam ter entrado em funcionamento respectivamente em 1978 e 1981 e ainda por circunstâncias várias, nada produzem?

E as medidas que já se poderiam ter tomado — proporcionando agora uma situação mais favorável — desde Outubro de 1980, altura em que as águas nas albufeiras estavam já a níveis preocupantes para a época? Mas havia as eleições legislativas e depois as eleições presidenciais e o Governo ficou à espera que chovesse, como seria normal, com fartura, no mês de Janeiro. Mas chegou o fim do mês e de água nem pinga. Pode-se dizer que este é um Governo quem tem estado à espera que chova, talvez três dias sem parar, como diz a canção.

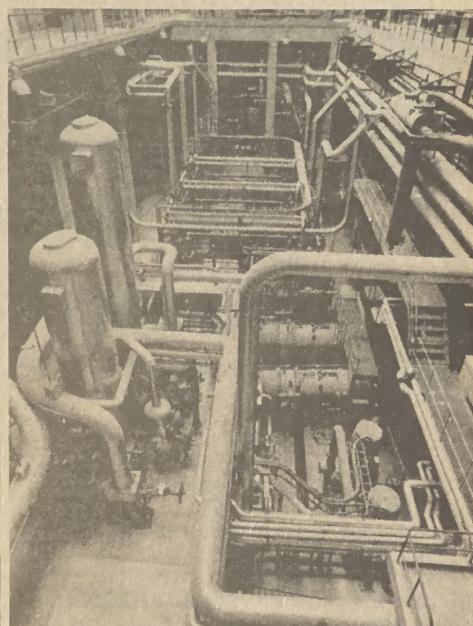
Baralhando a questão a RTP veio no Telejornal de terça-feira última, mostrar números da produção neste mês de Janeiro relativamente ao mesmo mês nos anos de 79 e 80. Pretendem com isto mostrar que este ano a produção hidroeléctrica foi muito menor do que anteriormente, esquecendo-se deliberadamente de dizer que a produção termoeléctrica não atinge pelas razões que já apresentámos no início, os valores que deveria atingir e que seriam suficientes para garantir o consumo.

E mesmo, quando nesse Telejornal um responsável da EDP diz que as centrais termoeléctricas estão a trabalhar no máximo, não foge à verdade. Embora só diga metade, pois esquece-se de referir que há grupos que ainda não entraram em funcionamento como estava previsto, outros estão avariados e outros ainda trabalham abaixo da sua potência máxima, por falta de manutenção.

E agora atira-se com as culpas todas para a seca, quando (e os responsáveis sabem, ou pelo menos deviam saber) mesmo



Um aspecto da Central Termoeléctrica de Setúbal (à esquerda) e a sala de turbinas do Grupo 1 (à direita). Já foi inaugurada pelo governo «AD» mas só está meia concluída



que tivesse chovido como habitualmente face à situação em que se encontra o sector de produção termoeléctrica seria necessário importar energia eléctrica do estrangeiro.

Qual a solução mais cara?

E o Governo já fez as contas para saber se é mais compensador cortar por períodos de três horas a energia à indústria do que pagar a importação da mesma? Os prejuízos que as empresas eventualmente terão, e consequentemente a economia nacional não serão superiores aos gastos com a electricidade vindá de fora?

é importante um procedimento coerente por parte das autoridades que neste momento apregoam a necessidade da poupança.

E que não suceda como na semana passada na Praça de Espanha, em Lisboa, que durante dois dias teve as luzes acesas para serem substituídas as lâmpadas. Ou que nos ministérios e outros edifícios públicos as luzes fiquem acesas durante a noite.

Como dissemos no início, uma coisa é certa: se tivessem sido tomadas medidas a tempo o racionamento no consumo não seria necessário. E tomar medidas não era ficar à espera de chuva.

Das margens do Douro às Ilhas uma intervenção indispensável na vida nacional

«Condições mais favoráveis à luta contra a reacção»

A situação política nacional e regional e as tarefas daí decorrentes para a Organização Regional do Porto do PCP foram os temas em debate na primeira reunião plenária deste ano da DORP, efectuada no passado domingo na capital norteana.

Sublinhando embora a complexa e difícil situação que os trabalhadores e o povo português em geral continuam a ter de enfrentar devido à política prosseguida pela «AD», quer no Governo quer na Assembleia da República, os debates deixaram claro que a derrota da direita nas eleições presidenciais criou condições mais favoráveis à luta contra a reacção, pela democracia e o progresso social.

Para que esta alternativa se concretize, como se salientou, é fundamental trabalhar para o reforço do PCP, força necessária e indispensável na consolidação da democracia em Portugal.

Em resumo apresentamos algumas das conclusões aprovadas no final do plenário.

Situação social

Após referência à pesada factura da «AD» — os brutais aumentos do custo de vida, os aumentos dos Serviços Médico-Sociais, as tentativas para impor o tecto salarial — o documento divulgado no final da reunião mostra como a «AD» colocou o aparelho de Estado ao serviço do patronato, quer através da inoperância da Inspeção de Trabalho, das Comissões de Conciliação e Julgamento e dos próprios tribunais de Trabalho.

Especial atenção é dedicada à luta contra os contratos a prazo, questão já levantada pelo PCP na Assembleia da República, denunciando o abuso e impunidade com que o patronato transformou a respectiva lei num verdadeiro flagelo (só na Soares da Costa, por exemplo, dos 4500 trabalhadores, 2000 são contratados a prazo).

Apontando a necessidade de um amplo movimento de protesto contra todos estes ataques da direita, a DORP sublinha a importância da participação activa e combativa das mulheres e dos jovens e a indispensável unidade de todos os trabalhadores na luta pelos seus direitos.

Divisionismo sindical

A propósito do divisionismo sindical, «criado pela acção convergente do patronato, da «AD» e de sectores do PS, apoiados pelo grande capital internacional», a DORP faz notar como a preparação e realização do congresso da UGT se traduziu no distrito do Porto numa intensificação da acção divisionista e numa clara antidemocrática legal e golpista.

Exemplo disso é o que se passou com o Sindicato dos Escritórios do Porto, cuja « direcção » se mantém há mais de dois anos no sindicato

ilegalmente, e, não obstante, designou nas costas dos trabalhadores «delegados» para o congresso e «elagueu» para o secretariado da central amarela um falso dirigente, que «por acaso» é um dos responsáveis pela situação existente no sindicato.

Apontando alguns exemplos de acção conjunta do patronato e divisionistas em empresas do norte, a DORP salienta a importância da denúncia do divisionismo e da luta pela unidade dos trabalhadores, pelo reforço do movimento sindical unitário no distrito.

A actividade das autarquias e os problemas do desenvolvimento regional

No tocante às autarquias, as conclusões do plenário referem a utilização indevida daqueles órgãos pela «AD» para defesa de interesses particulares, a incompetência generalizada, a ilegalidade, a corrupção e o desprezo pela resolução dos problemas das populações, com

particular realce para a situação existente na Câmara Municipal do Porto.

Após recordar alguns dos mais graves problemas daquele município, já objecto de tomadas de posição públicas, o documento alerta para os problemas do desenvolvimento

regional, dado que o governo «AD» e em particular o MAI, através da Comissão de Planeamento Coordenadora da Região Norte (CPCRN), pretende realizar um planeamento e uma política de

competência nas principais áreas de intervenção.

Reafirmando a necessidade imperiosa da demissão da «AD» da Câmara Municipal do Porto e exigindo a aplicação da legislação em vigor para o poder

DORP do PCP define tarefas

desenvolvimento regional nas costas da população e ao serviço dos interesses dos grandes capitalistas e do imperialismo, garantir o seu total controlo sobre as autarquias e esvaziá-las de

local, a DORP apela à intensificação do trabalho dos eleitos da APU, em estreita ligação com a população e com todos os que desejam a resolução dos problemas das populações.

A situação nos campos

A política agrícola do Governo «AD» — nomeadamente os aumentos brutais dos factores de produção, inércia e incapacidade governamentais, a intensificação do contrabando, a febre aftosa — e a seca prolongada colocam perspectivas muito sombrias ao futuro de milhares de agricultores do distrito do Porto, cujo descontentamento é crescente.

Como as conclusões do plenário fazem notar, «só a luta dos agricultores, através das suas organizações, através das acções de massas, conseguirá impor ao Governo AD/Balsemão as medidas necessárias».

A situação dos grandes meios de comunicação social do Porto

O frequente silenciamento das posições do PCP e de outros sectores democráticos, a par do generoso tratamento dado às forças reacçãoistas, são dois aspectos preocupantes da

situação da generalidade dos grandes meios de comunicação social do Porto, onde não se respeita a objectividade, o pluralismo, o direito

Os problemas e perspectivas da unidade democrática

O clima de entendimento normal e amistoso entre democratas, nomeadamente entre socialistas, comunistas e independentes, desenvolvido em todo da campanhas das presidenciais, permitiu não só a derrota da reacção (no distrito do Porto quase 53% dos eleitores votaram pela democracia e contra a «AD» e apenas 39% apoiaram a candidatura da reacção), como mostrou que a solução dos grandes problemas nacionais exige a participação dos

comunistas, aliás indispensável e frutuosa.

Ao situar esta questão, a DORP do PCP entende que existem agora «múltiplas perspectivas e possibilidades de prosseguir e aprofundar a cooperação ou simplesmente o diálogo entre as forças e personalidades democráticas, nos mais diversos níveis, terrenos e iniciativas». Pela sua parte, a DORP tudo fará para que tais perspectivas e possibilidades se concretizem no distrito do Porto.

O reforço da organização e o aniversário do PCP

No quadro das comemorações do 60.º aniversário do PCP o documento do reforço orgânico, político e ideológico do Partido, aprovada pelo Comité Central, a DORP exorta todos os militantes e organizações a levarem por diante até à sua completa realização os objectivos concretos traçados, sublinha a importância do controlo de execução dos planos aprovados em cada sector e insiste na necessidade de uma justa associação do trabalho de reforço da organização com o da actividade política nas diversas frentes e sectores.

No que se refere ao aniversário, o documento final da DORP revela que a nível regional estão previstas, entre outras iniciativas, um espectáculo sobre as lutas populares no Norte, uma exposição sobre a vida do Partido e um grande comício.

Também as organizações concelhias, de freguesia, comités profissionais e células preparam um vasto programa comemorativo, com sessões, festas, exposições, exhibição de filmes e diaporamas, edição de textos sobre a vida e a luta do Partido, e outras iniciativas de confraternização.

objectivo de proceder a um balanço de todo o trabalho realizado nas autarquias e perspectivas futuras.

A colónia é um grave problema que se tem arrastado ao longo de todos estes sete anos, por conluio entre o PPD, Governo Regional e os senhores ricos, que não estão interessados na resolução justa da colónia a favor dos mais desfavorecidos, que são os caseiros e que ao longo de anos e anos foram explorados — salienta-se no comunicado da DORAM, que sublinha ainda a vitória obtida pelos caseiros com o prorrogamento do prazo da terra e o início das avaliações.

A DORAM do PCP abordou ainda o trabalho junto dos deficientes, integrado nas realizações do Ano Internacional do Deficiente que ora decorre.

Situação na Madeira analisada pelos comunistas

A Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP realizou no passado fim-de-semana uma importante reunião onde foram debatidas a actual situação regional e as perspectivas nas principais frentes de trabalho do Partido.

No decurso da reunião, os membros da DORAM procederam a um balanço exaustivo da actual situação dos trabalhadores a nível regional, do trabalho das autarquias, da situação no campo (e especialmente do estado actual do problema da colónia), bem como do trabalho do PCP na Assembleia Regional.

Na reunião da DORAM foram ainda tratadas questões relacionadas com a vida do Partido na região, designadamente a política de fundos, e as comemorações dos

aniversários do «Avante!» e do PCP.

Relativamente à luta dos trabalhadores da Região, a DORAM constatou a existência de um balanço positivo em 1980 e que, tudo o indica, será reforçado no ano em curso. Depois de ter analisado a actual situação de crise económica, agravada pela política do Governo da República e do Governo da Região, a DORAM do PCP conclui: É neste contexto que se aproximam importantes tarefas sindicais na Região. Torna-se indispensável que todos os nossos camaradas e outros democratas unam os seus esforços na defesa da unidade e vitalidade das organizações dos trabalhadores.

Quanto ao trabalho nas autarquias, o balanço efectuado pela DORAM do PCP concluiu pela existência de aspectos

graves no seu funcionamento. Assinala a DORAM: Tanto o PPD como outras forças que elegeram elementos para os vários órgãos têm desmobilizado por completo o seu funcionamento. As assembleias ordinárias não são feitas. Os Planos e Orçamentos não são apresentados. Para além de tudo isto, as populações de vários concelhos têm levantado graves acusações de corrupção e ilegalidades que permanentemente são escamoteadas e não apuradas.

Depois de ter citado como exemplo do que atrás ficou dito o que se passa em Santa Cruz e Câmara de Lobos, a DORAM do PCP decidiu propor à Coordenadora Regional da APU a realização, no próximo dia 29 de Março, do III Encontro Regional da APU, com o

Actualidade política

Burburinho na CAP

«Há sócios que não são sócios e estão sentados...»

Casqueiro e a direcção da CAP demitiram-se. Zangam-se as comadres, só que neste caso não se descobrem completamente as verdades. Os jornais reaccionários «O Dia» e «A Tarde» denunciam por meias palavras o que na realidade se está a passar. Tão inclinados para os títulos sensacionalistas e as revelações de bastidor estes dois jornais «esquecem» deliberadamente as informações de que são possuidores.

Já o «Expresso» é mais explícito. Na sua última edição comentava a demissão de Casqueiro, secretário-geral da CAP afirmando:

A questão de fundo da demissão de Casqueiro é essencialmente política e prende-se com a nova acção agrícola a ser seguida pelo Ministério da Agricultura, de Cardoso e Cunha.

Com efeito — prossegue o semanário fundado por Pinto Balsemão, actualmente primeiro-ministro — a distribuição de terras, que está a ser seguida pelo Governo AD, é contestada por sectores do CDS e designadamente pelo seu gabinete de estudos, que tem na força um projecto de lei, com vista a alterar a actual política agrícola.

No mesmo número, o «Expresso» salienta ainda que o primeiro-ministro Pinto Balsemão e o PSD continuam a depositar a sua confiança no secretário-geral da CAP,

conforme ficou bem expresso durante uma audiência efectuada recentemente entre Casqueiro e Balsemão.

Por seu turno, na segunda-feira passada, o jornal «O Dia», órgão de informação afecto ao CDS, ao publicar em título «Direcção da CAP demissionária por solidiedade com Casqueiro», não deixa de lançar o veneno, logo na primeira página, onde se escreve: Espera-se, entretanto, que as Associações que têm contestado a orientação da CAP — as quais não teriam sido ouvidas — tornem publicas nos próximos dias as suas posições.

No fundo o problema resume-se a uma confrontação entre «conservadores» e «reformistas» na partilha das terras da Reforma Agrária. Enquanto os «conservadores» — liderados pela chamada Associação dos Agricultores de Évora — pretendem a reconstituição dos antigos latifúndios, os «reformistas» — chefizados por

Casqueiro — não se importam que certos latifúndios sejam reconstituídos desde que uma parte das terras seja utilizada na criação de uma base social de apoio de pequenos e médios proprietários que cimentassem as suas ambições políticas, de riqueza e influência.

Contra isto se insurgem os primeiros — os «conservadores» — que não vêem com bons olhos a distribuição por outros de terras a que se julgam com direito. E protestam, um pouco à semelhança daquele associado do clube de bairro que dizia, indignado, na assembleia geral: «Há sócios que não são sócios e estão sentados e há sócios que são sócios e estão em pé».

Isto mesmo dizia, por outras palavras, uma exposição enviada ao Governo pela chamada Associação de Agricultores de Alcácer do Sal (uma das associações dos «conservadores») e que «O Dia» transcreveu. Ali se manifestava a viva discordância pela forma como têm sido efectuadas as distribuições de terras, gados, máquinas e outros meios de exploração na nossa área, facto que tem merecido a repulsa «da generalidade dos agricultores seus associados» — acrescentava o jornal.

Nesse mesmo número de «O Dia» um outro artigo, assinado por Fernando de Albuquerque, dava mais uma acheça aos ditos «conservadores». Preto no

branco, o articulista vai ao ponto de dizer que as reservas fornecidas aos antigos proprietários carecem em grande número duma capacidade global capaz de responder à competição que se avizinha pela nossa entrada na CEE.

Está bem de ver. O que ele pretende é a devolução pura e simples — a pretexto da competição na CEE — dos grandes latifúndios de estes «conservadores» — e dos «reformistas» igualmente — as UCPs não são rentáveis devido à sua extensão de terreno. Mas os grandes latifúndios, geralmente abandonados, são-no. Entranho conceito de rentabilidade.

Zangam-se os agrários e seus apaniguados. Mas os trabalhadores da Reforma Agrária não se iludem. «Conservadores» ou «reformistas», o inimigo é o mesmo. Os métodos é que poderão ter diferenças. Mas no fim procurarão sempre a exploração dos trabalhadores da Reforma Agrária, única forma que conhecem para tornarem «rentáveis» as explorações agrícolas. E a isto já os trabalhadores agrícolas disseram não por diversas vezes e com grandes lutas antes do 25 de Abril. Data em que puderam, pela primeira vez, acabar com a exploração dos latifundiários e locais. E não desistirão de lutar para que o passado não regressse. Com todas as forças, até à vitória definitiva.

Um esclarecimento à atenção do dr. Mário Soares

Em entrevista hoje publicada num matutino, o dr. Mário Soares, na ânsia de demonstrar que as últimas eleições legislativas não constituiriam um «desaire» para a FRS, afirma que «a APU baixou significativamente cerca de 3% do seu eleitorado» e que «é presumível que esses 3% — cerca de 300 mil votantes — se tivessem deslocado para a FRS».

O facto de já em 12.12.80, em entrevista à RTP/1, ter afirmado que «nós pudemos arrancar 300 000 votos ou quase à APU e ao Partido Comunista» pode indicar que, desta vez, o dr. Mário Soares esteja de facto convencido do que afirma.

Neste sentido e com vista a contribuir para que o dr. Mário Soares não continue a laborar num erro tão grosseiro que o leva a fornecer dados incorrectos à opinião pública e o pode conduzir a conclusões políticas precipitadas, a SIP do PCP, baseada nos mapas oficiais dos resultados das duas últimas eleições legislativas, está em condições de esclarecer:

1. Em relação aos resultados eleitorais de 2.12.79, a APU registou em 5.10.80 uma quebra, não de 3% e cerca de 300 000 votos como tem afirmado o dr. Mário Soares, mas de 2 pontos na sua percentagem e 119 817 votos (de 1 129 322 votos e 18,8% em 1979 para 1 009 505 e 16,75% em 1980)

2. Por sua vez, a FRS, que nas previsões do dr. Mário Soares iria obter a maioria absoluta, registou, em relação aos resultados somados do PS e da UEDS em 2.12.79, uma quebra de 1,3 pontos e 79 263 votos (de 1 685 461 e 28,05% em 1979 para 1 606 198 e 26,65% em 1980).

3. Verifica-se assim que, em termos de votantes, a quebra da APU comparada com a da FRS não é assim tão substancialmente diferente que autorize a leitura que o dr. Mário Soares faz dos respectivos resultados.

Para além desta rectificação necessária, o que importa considerar como elucidativo da orientação política do dr. Mário Soares é que este continue ainda hoje a festejar uma pequena quebra eleitoral da APU e a averbá-la na conta dos êxitos do PS e da FRS, quando em contrapartida é público e notório que o dr. Mário Soares não festeja a grande derrota da «AD» em 7 de Dezembro para a qual o PS deu destacada contribuição, apesar do seu secretário-geral o ter pretendido arrastar para uma grande derrota política ao apoiar objectivamente o candidato da reacção.

10/2/80 — A SIP do PCP

Portugueses condenam crimes sul-africanos

Realizou-se em Luanda, de 30 de Janeiro a 3 de Fevereiro passados, a II Sessão da Comissão Internacional de Inquérito sobre os Crimes dos Regimes Racistas e de «Apartheid» na África Austral, que integrou diferentes personalidades e organizações representativas de 28 países da Europa, África, Ásia e América Latina. Representando o Movimento Português Contra o «Apartheid», estiveram presentes em Luanda, Luís Azevedo, Orlando de Carvalho e José Manuel Galvão Teles.

A delegação portuguesa deu uma conferência de imprensa em Lisboa para informar das conclusões e relatório desta sessão, onde realçou nomeadamente que «está feita a prova de que a África do Sul apoiada por países ocidentais e os Estados Unidos, tem cometido crimes que se consideram crimes contra a Humanidade». O relatório refere que a África do Sul viola sistemática e massivamente por actos de agressão armada a soberania da

República Popular de Angola e a integridade do seu território, impondo estas agressões, pelo seu carácter massivo e repetido, um autêntico estado de guerra declarada à RPA.

As conclusões do inquérito assestaram não apenas nos relatórios e provas documentais apresentados pelo Governo da RP de Angola, pela SWAPO e pela ANC, como ainda em numerosos testemunhos presentes às próprias sessões; por outro lado os membros da comissão

puderam deslocar-se também aos locais onde se têm desenvolvido os ataques sul-africanos.

Foi sublinhada a indiferença e pouco escrupulo dos grandes meios internacionais de informação ao relatarem os factos relativos às agressões racistas, encobrindo nomeadamente o autêntico genocídio praticado pela África do Sul nestas acções armadas — o que, de certo modo, dá cobertura a tais acções, apesar da extensão dos crimes.

Assembleia da República

Uma ratificação que tardava: aguardam-se alterações que dignifiquem o trabalho dos empregados domésticos

Já durava há muito a expectativa quanto ao pedido de ratificação solicitado pelo PCP — e também pelo PS e pela UEDS — do Decreto-Lei 508/80, que regulamenta o contrato de serviço doméstico. Finalmente ratificado com os votos favoráveis de todos os partidos e a abstenção do deputado da UDP, o diploma baixou à comissão respectiva, com propostas de alteração que serão apreciadas no prazo de um mês.

Porquê o pedido de ratificação por parte dos comunistas? Na sua intervenção de apresentação, o camarada Jorge Leite explicou:

Continua a ser anacrónica e injusta a forma como o diploma do Governo «AD» regula a duração do trabalho dos empregados de serviço doméstico. Das 24 horas do dia, cuja escassez o legislador parece lamentar, o trabalhador pode ser obrigado a trabalhar durante 14 horas. O diploma

estabelece que o período de trabalho deve ser interrompido para descanso e refeições, por períodos não inferiores a duas horas e por um período para repouso nocturno de, pelo menos, 8 horas consecutivas.

Contas feitas, para o trabalhador ficar 10 horas, e 14 para a entidade empregadora. Simplesmente, nos termos do Decreto-Lei 508/80, nem mesmo durante essas escassas 10 horas o trabalhador pode dispor de si

mesmo. Nos intervalos para descanso e refeições, o trabalhador continua obrigado a desempenhar as funções de vigilância e assistência a prestar ao agregado familiar e as 8 horas de repouso nocturno podem ser interrompidas se ocorrerem motivos graves de carácter não regular ou de força maior.

O tempo de autodisponibilidade do trabalhador fica assim praticamente reduzido a zero. O diploma e os seus autores retomam assim a anacrónica e opressiva tese de que o empregado de serviço doméstico alojado do «V» e «M» não se dedica a uma actividade, mas a uma actividade que serve, de que não tem

o direito de dispor de si mesmo para se cultivar, para tratar da sua vida, para se preocupar com os seus problemas de ordem pessoal ou social.

Aduzindo mais razões ao pedido de ratificação, Jorge Leite sublinharia os vícios de inconstitucionalidade do diploma em causa:

O Decreto-Lei 508/80 regula direitos fundamentais de uma camada de trabalhadores constitucionalmente garantidos, tais como o direito a férias, o direito ao repouso, o direito à limitação da duração máxima do trabalho diário, o direito a não ser despedido sem justa causa, etc. Trata-se claramente de matérias da competência reservada da Assembleia da República e para as quais o Governo não solicitou, e consequentemente não obteve, a necessária autorização legislativa.

O PCP apresentou entretanto uma longa série de propostas de alteração ao diploma ratificado.

O debate que antecedeu a votação e que revelou aos olhos de muitos empregados domésticos presentes nas galerias, a hipocrisia dos argumentos «AD», que se defenderam escudando-se atrás de auto-elogios e de considerações subjectivas. Por exemplo, um deputado do PSD, procurando explicar como o trabalhador doméstico é um caso especial e não se lhe pode aplicar o mesmo estatuto que aos restantes, invocou as relações «mais humanas e, não raro, mais afectivas», entre trabalhador e patrão... O secretário de Estado presente, por seu lado, também defendeu que estes trabalhadores não são como os outros. E afirmou que têm estas possibilidades de gozar os seus tempos livres e os seus tempos de trabalho, o que levou Marcelo Curto a ironizar: «A empregada doméstica é então um quadro superior de empresa»...

Após a votação, que suspeitou da «AD» pela quase unanimidade — embora a ratificação pedida tenha o sentido de tentar introduzir no diploma alterações «que são a consagração de justas reivindicações dos trabalhadores», como afirmou a camarada Odete Santos, esta diria na declaração de voto, depois de classificar de «passo envergonhado» o diploma:

Votamo-lo favoravelmente mas sem esquecer em resumo: — que com ele a empregada doméstica fica sujeita a uma duração de trabalho que a nossa sociedade não pode permitir; — que com ele se facilitam

os despedimentos sem justa causa e a admissão de um período experimental de dois meses;

— que com ele se pretende alargar o regime de serviço doméstico a actividades que cabem no regime geral de trabalho.

Apresentámos propostas de alteração porque é necessário avançar mais, porque é necessário dignificar mais, porque é necessário dar um passo maior em mais domínios. A exploração moral e física das trabalhadoras domésticas vai começar a chegar ao fim.

Projectos, ratificações e muitos votos, têm ocupado os últimos dias de trabalho. Na passada semana, para além de uma intervenção do camarada Carlos Espadinha, que manifestou a profunda preocupação dos comunistas quanto às intenções do Governo no dia 23 de Janeiro, registou-se a apresentação de um projecto do PCP sobre o acompanhamento familiar da criança hospitalizada, projecto que já o anterior número do «Avante!» referira. A esse respeito solicitámos um depoimento à camarada Zita Seabra, que hoje publicamos.

Nada menos de dez votos foram apreciados na passada

terça-feira. Acumulavam-se os votos ao longo dos dias, os períodos de Antas da Ordem do Dia não conseguiram dar vazão à sua discussão. Finalmente, prorrogado o período e unanimemente acordado que se trataria apenas dos votos, começou-se por um apresentado pelo PCP, protesto pela invasão e agressão militar por tropas do regime racista da África do Sul contra a República Popular de Moçambique. A camarada Alda Nogueira, na apresentação do voto, denunciou os propósitos do Governo de Pretória de desestabilização da situação em Moçambique e Angola, bem como de generalização da guerra na África Austral.

O protesto recolheu a unanimidade dos votos, não sem que os partidos reaccionários se tentassem demarcar com vários argumentos saídos do velho saco do anticomunismo, chegando Amândio de Azevedo a falar da «cortina de ferro» expressão que há muito não ouvíamos.

Seguiu-se a apreciação de três votos, discutidos conjuntamente, de homenagem a João de Barros. PS, PPD e PCP produziram intervenções de apresentação. O camarada Victor de Sá, ao recordar João de Barros e as suas preocupações,

Balanço

Intervenções

- de Carlos Espadinha, sobre a situação no sector das Pescas (5/2/81)
- de Zita Seabra, apresentando o projecto do PCP sobre o direito de acompanhamento familiar da criança hospitalizada

Ratificações

- Foram aprovadas por maioria, com abstenção da UDP, as ratificações 38/II (PCP) e 43/II (PS e UEDS), do Decreto-Lei 508/80, de 21 de Outubro, que regulamenta o contrato de serviço doméstico (baixou à comissão em 10/2/80, com prazo de 30 dias).

Conselho Nacional do Plano

- Foi eleito Carlos Carvalhal como representante do PCP, para vice-presidente do CNP, em 10/2/81.

Requerimentos do PCP

- 2 requerimentos sobre aplicações das verbas despendidas ao abrigo do despacho normativo 315/78 e do DL 445/80 em acções de criação e manutenção de postos de trabalho; sobre problemas de trabalhadores da empresa Corfam's.
- 7 requerimentos: solicitando elementos relativos a contratos de viabilização; solicitando publicações ao Ministério das Finanças (3); sobre a criação de três linhas de crédito pelo Banco de Portugal em 1980; empréstimos da banca nacionalizada portuguesa ao Chile; sobre investimentos directos estrangeiros em Portugal.
- 3 requerimentos sobre: crédito PAR; movimento de lotas e vendagens no Continente e Regiões Autónomas; situação na herdade de Agolada de Baixo, Coruche.
- 3 requerimentos sobre: pagamento aos professores primários de vencimentos em atraso; concessão de equivalência de habilitações literárias; informações sobre iniciativas de alfabetização e educação de base de adultos.
- 1 requerimento sobre projectos governamentais para o sector do desporto.

desde jovem professor sobre o ensino e a cultura, chamou a atenção para os problemas actuais e presentes nesse campo. A votação que se seguiu não produziu resultados iguais em cada um dos votos. O do PS registou a abstenção do PPM; o do PSD a unanimidade; o do PCP a abstenção de cinco deputados do CDS...

O deputado socialista Cal Brandão apresentou o voto do

PS, de homenagem à revolução de 3 de Fevereiro de 1972 no Porto, que recolheu a unanimidade.

Três outros votos, desta vez de pesar, foram apresentados e votados, também por unanimidade, pelo naufrágio verificado na costa de Espinho, registando-se depois um minuto de silêncio. Os partidos proponentes dos votos foram o PS, o PSD e o PCP.

Um projecto de regimento que é o espelho da «AD»

1. O projecto de revisão do Regimento da Assembleia da República que acaba de ser distribuído pelos partidos da «AD» revela claramente os seus planos e intenções antidemocráticas e anticonstitucionais. Com este projecto, a «AD» pretende dar um golpe profundo no funcionamento democrático da Assembleia da República e nos direitos constitucionais dos partidos de oposição.

2. O projecto é a confirmação de que a «AD» pretende que a legislação reaccionária que tenciona cozinhar seja aprovada fora do controlo da opinião pública através de processos super expeditos, determinados exclusivamente pelo arbítrio da maioria governamental, sem atender a quaisquer limites e prioridades objectivas, sem respeitar as regras mínimas do debate democrático.

Para isso, a «AD» pretende garantir que às iniciativas governamentais seja concedida prioridade ilimitada e urgência imediata sem qualquer

discussão; desfigurar o processo de elaboração das leis, com limitação drástica dos tempos de discussão e em plenário e supressão do direito de emitir declarações de voto oral; fixar hora certa para as votações que entenda fundamentais; assilar as possibilidades de reclamação, recurso, protesto e esclarecimento no plenário; aplicar penalizações antidemocráticas aos deputados da oposição.

3. Com este projecto a «AD» pretende arrogar-se o controlo absoluto e a direcção exclusiva da Assembleia da República. A conversão da Conferência de Presidentes em órgão de direcção fundamental das actividades parlamentares, deliberando por maioria e substituindo-se ao plenário, representa a destruição de quaisquer mecanismos consensuais de funcionamento e a instauração de uma direcção totalitária dos trabalhos pela «AD», que abre simultaneamente caminho ao silenciamento da Assembleia restringindo o n.º de reuniões

plenárias e prevendo o alongamento dos períodos de suspensão do seu funcionamento.

4. Não podem igualmente deixar de suscitar indigna condenação as propostas tendentes a limitar drasticamente os direitos constitucionais, o papel e as possibilidades de expressão e intervenção dos partidos da oposição.

O projecto suprime a possibilidade dos deputados da oposição desempenharem o cargo de Presidentes das Comissões Parlamentares e esvazia de conteúdo o exercício dos cargos de vice-presidentes e secretários da Mesa; impede os partidos da oposição de fazerem apresentação prévia perante o plenário dos seus projectos e reduz brutalmente a possibilidade de serem votadas e discutidas, por direito próprio, as suas iniciativas; restringe as possibilidades de fiscalização da acção do Governo, limitando as condições de intervenção no período de antes da ordem do dia, atribuindo à maioria o poder absoluto de recusar sem discussão a introdu-

A SIP do PCP

Zita Seabra ao «Avante!»: «Conceder um direito às crianças portuguesas»

O Projecto de Lei sobre o direito de acompanhamento familiar da criança hospitalizada, recentemente apresentado na Assembleia da República, por iniciativa do PCP, tem encontrado assinalável eco nos meios políticos e da informação. É a simpatia de muita gente.

A camarada Zita Seabra, que apresentou o projecto, esclareceu ao «Avante!» os objectivos e a importância de tal iniciativa.

«O projecto tem por objectivo central permitir que a criança que necessita de internamento num hospital seja acompanhada da mãe ou do pai ou, no caso de impossibilidade destes, por um familiar que habitualmente os substitui, e com isenção de pagamento de taxa.

A sua importância reside no facto de ser conhecido o traumatismo que provoca na criança e a violência que significa o seu internamento num serviço de saúde onde nunca foi tratado, por médicos e outros trabalhadores de saúde que nunca viu, fora do meio familiar e do ambiente onde vive.

Está provado, não só no estrangeiro como nos serviços pediátricos portugueses com internamento, onde esse direito já existe, que a criança recupera mais rapidamente se não sofreu o traumatismo da separação da mãe. É sabido, por exemplo, que após a hora das visitas, nas crianças internadas a mães, mesmo por jovens mães inexperientes perante o seu primeiro filho, aumentam mais rapidamente de peso que quando tratadas por especialistas puericultoras.

Há numerosos estudos sobre os traumatismos que o «hospitalismo» pode provocar nas crianças, de que podem advir sequelas irreversíveis no

desenvolvimento motor e na linguagem da criança longamente hospitalizada.

A importância do projecto está ainda em outros dois factores: por um lado é um passo no sentido da humanização dos serviços de saúde, por outro, visa impedir a injustiça de que, quem pode pagar e recorrer a uma clínica privada tem direito de acompanhamento, enquanto que os outros, que são a grande maioria das crianças portuguesas, resta-lhes a hora da visita.

Qual é a viabilidade de vir a ser aprovado o projecto?

«A viabilidade de aprovação é grande, embora com a «AD» as manobras sejam sempre previsíveis, pois o projecto, não só no plenário da Assembleia, onde todos os partidos se manifestaram no sentido de salientar a justiça da iniciativa, mas sobretudo fora da Assembleia, tem encontrado numerosos apoios. Vai ao encontro de um problema profundamente sentido. A Presidente da Comissão do Ano Internacional da Criança, por exemplo, deslocou-se expressamente à Assembleia para manifestar ao nosso grupo parlamentar o seu apoio e saudar a iniciativa.

«E objecções?»

«As principais objecções vêm de vozes que dizem que os serviços de saúde já são caducos e que além das crianças doentes seria ainda necessário tratar das mães, da sua ansiedade. É até de arranjarmos-lhes espaço.

Tal objecção não tem razão de ser, porque por um lado, em hospitais e serviços onde este direito já existe, não se deu o caos, mas sim uma colaboração entre as mães e os serviços, existindo mesmo essa colaboração em trabalhos como dar de comer à criança ou mudar-lhe a fralda.

O projecto do PCP procura, porém, ser realista, adaptando-se à diversidade de situações existentes nos hospitais, e deixando uma grande margem aos serviços para se organizarem no sentido de viabilizar esse direito.

Iremos agora lutar na Assembleia da República para acelerar a aprovação do projecto-lei e para que rapidamente seja concedido este direito às crianças portuguesas internadas nos serviços públicos de saúde.

Trabalhadores

Semana de luta no Porto

Marcada também no distrito do Porto, como sucedera anteriormente em Lisboa, uma semana de luta vai assinalar relativamente a algumas das maiores empresas do País uma melhor coordenação das lutas, estimular estruturas representativas, melhorar a organização. Sectores como a Banca, os Seguros, Pescas e Conservas; empresas como a Sorefame, a Soares da Costa, Nutripol, Petrogal, Covina justificam, juntamente com muitos outros casos, essa jornada da iniciativa do Movimento Sindical.



O desemprego e os contratos a prazo, a repressão patronal, o mau funcionamento, a burocracia e a inoperância da Inspeção e dos Tribunais de Trabalho, o divisionismo, o aumento do custo de vida, o boicote e as dificuldades de toda a espécie levantadas à contratação colectiva e ao cumprimento dos próprios contratos são entre outros, alguns dos motivos que levaram a União dos Sindicatos do Porto (USP) a promover uma semana de luta, praticamente coincidente com a que se realizará em Lisboa, entre os dias 23 e 27 deste mês. Um plenário de delegados sindicais do Sindicato Livre do Norte dos Trabalhadores de Armazém aprovava, entretanto, uma resolução onde a dado passo se recorda «o servilismo em relação à CAP, à CIP e à CCP» do Governo Balsemão e se decide «apoiar todas as acções necessárias para levar à prática o caderno reivindicativo apresentado ao Governo pela CGTP-IN».

A semana de luta e de protesto, que será a expressão a nível distrital das reivindicações em curso, foi decidida pelo secretariado da USP após análise da situação social e política do distrito. Um dos seus objectivos será a luta pelo caderno reivindicativo da CGTP-IN e ainda pela defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária.

Dezembro por pagar

Salários de Dezembro por pagar (ainda no fim da semana passada) na Metalúrgica da Longra, na Prelmo e na Corfam's; pelo cumprimento do caderno reivindicativo na Soares da Costa; pelo caderno reivindicativo também na William Graham e ainda pela resolução das situações dos tarefeiros e dos contratados

a prazo; na Santos e Barreto, luta idêntica; na Torgás (a partir do dia 9 do corrente uma semana de paralisações de 1 hora por dia); na Molin, com um total de 60 trabalhadores, 10 suspensos há 8 meses sob a ameaça de despedimento colectivo; na Sepsa: trabalhadores desocupados por falata de encomendas e discriminação nos aumentos salariais; na Lionera, arbitrariedades, processos disciplinares, proibição de levarem para a empresa jornais e documentos sindicais, subsídios para pagar; Hortas (Santo Tirso) contrata a «Securitas» para policiar, intimidar e aumentar a repressão; Raiontex: despedimento colectivo de 150 trabalhadores e 40 mil contos de dívidas à banca nacionalizada; Fibra Comercial Lusitana:

despedimento colectivo na forja — estes e outros conflitos cuja gravidade este curto balanço não pode dar, atingem sectores como a construção civil, a metalurgia e os têxteis. Ao lado de empresas que empregam menos de 5 trabalhadores (barbeiros, por exemplo, onde há patrões que não pagam o salário mínimo) há outras, como a Soares da Costa (construção civil), que empregam centenas e até milhares de trabalhadores.

Patronato coberto pelo Governo «AD»

A USP afirma que o «patronato prevaricador» beneficia claramente com a «passividade e a actuação negativa do Ministério e da Inspeção do Trabalho, onde os processos se arrastam», enquanto os trabalhadores são lançados no desemprego e o custo de vida não pára de aumentar.

A defesa dos postos de trabalho, a viabilidade das empresas e o seu progresso, a recusa das negociações, designadamente a especulação com terrenos (o caso, entre outros, da Raiontex) continuam a ser perfeitamente compatíveis com os direitos e interesses mais directos das massas trabalhadoras. As reestruturações (quando disso se trata verdadeiramente) não prejudicam os trabalhadores.

Contra a conciliação

A conciliação de classes, a subordinação dos interesses dos trabalhadores aos projectos de grande capital privado, que ataca as nacionalizações, despreza a Constituição, recorre ao lock-out, tenta despedir como lhe apetece e usa todas as formas de repressão.

A luta não pára por causa disso. Os trabalhadores respondem por meios legais e organizadamente à ofensiva do patronato. E nunca recusam o diálogo, a negociação, sempre que por esse lado se abre alguma porta do lado patronal.

Mas o diálogo e a negociação têm princípios. Não se conseguem regalias duradouras virando trabalhadores contra trabalhadores, oferecendo a conciliação, a colaboração de classes ao patronato em seu exclusivo benefício como sucede com os promotores do divisionismo sindical.

A USP condena vigorosamente essa colaboração da UGT que secunda e apoia o Governo «AD»/Balsemão, quando esta tenta impor um pacto-contrato social que a tornar-se realidade agravaria ainda mais «as já precárias condições de vida dos trabalhadores e da população».

Por isso a USP apela à luta unida e organizadamente.

Um ponto contra os despedimentos

Na Tentativa, a empresa de malhas da Via Rápida, no Porto, os trabalhadores acabam de marcar um ponto contra os despedimentos, um passo vitorioso contra a repressão. Duas trabalhadoras despedidas ilegalmente foram reintegradas nos seus postos de trabalho depois de os restantes trabalhadores paralisarem a produção.

O patrão e um lacaio tentam criar um clima de repressão na empresa. Rítmicos de trabalho inaceitáveis e a anulação de direitos adquiridos eram um primeiro passo para o despedimento de várias dezenas de trabalhadoras. A reintegração conseguida com a luta em unidade fez recuar o patrão.

A Organização do PCP nas empresas da Via Rápida felicitou os trabalhadores por esta vitória e apelou ao fortalecimento constante da unidade para a defesa eficaz dos direitos, regalias e interesses comuns.



No Arsenal do Alfeite com a primeira CT eleita depois de Abril

80% com a unidade

Segundo a Lei e no local próprio estão publicados 270 estatutos de comissões de trabalhadores. «Por votação secreta feita nos locais de trabalho entre todos os trabalhadores permanentes das empresas», sublinha a CGTP-IN, até ao dia 26 de Janeiro findo, desses 270 estatutos 216 «correspondem aos princípios elaborados pela CGTP-IN e os restantes 54 (20%) a outros tipos de estatutos». As conclusões a extrair são evidentes, mas devem merecer destaque e divulgação «no momento em que as forças divisionistas do movimento sindical» são exactamente a UGT, invocando uma «representatividade» de empréstimo que nada deve à verdadeira implantação entre as classes trabalhadoras, quer «pedir à Assembleia da República (dominada pelas forças do patronato)» a promoção de uma lei «que ponha em causa a autonomia organizativa das associações sindicais».

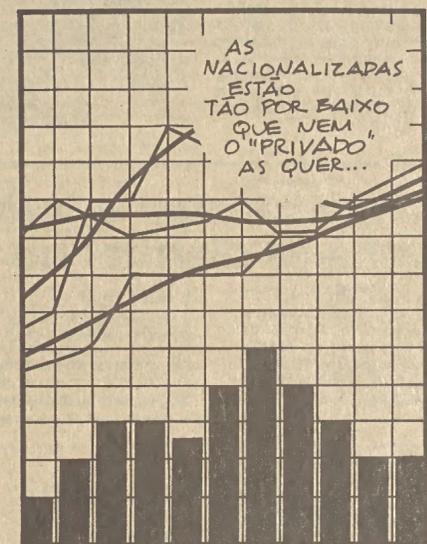
fp Actualização de salários antes do OGE

A comissão negociadora sindical (CNS) da Função Pública continua a exigir que a actualização salarial se faça antes da aprovação do Orçamento Geral do Estado. Nesse sentido, aliás, se comprometeu o secretário de Estado da Reforma Administrativa do governo anterior. O actual que, como se sabe, é o ex-ministro do Trabalho (promovida, entretanto, aquela secretaria a ministério) ainda em meados da semana finda não tinha recebido a CNS para discussão da proposta de revisão salarial, que interessa a cerca de 400 mil trabalhadores. A audiência ao ministro Eusébio de Carvalho está pedida há mais de três semanas.

Tecto camuflado

«Recusa frontal de um tecto salarial ou de qualquer outro limite fixado directa ou indirectamente, abrangendo empresas públicas ou privadas» é a repetida posição da CGTP-IN perante um despacho recente do ministro do Comércio e Turismo que, camufladamente e invocando a formação de preços permite o estabelecimento de um limite de 16 por cento para aumentos salariais. Segundo declarações da responsabilidade da CGTP-IN, se houver empresas onde os aumentos sejam superiores àquele limite, obviamente, segundo o despacho em questão, a diferença para mais terá que ser absorvida pelas próprias empresas através da introdução de melhorias de vária ordem, designadamente na produtividade. Entre as várias vias de recusa do tecto salarial «AD/UGT», inclui-se da parte da CGTP-IN um encontro recente com o ministro do Trabalho, Nascimento Rodrigues, e com o ministro-adjunto do chefe do Governo, Basílio Horta.

Petrogal na mira da finança privada



«Na etapa decisiva que se aproxima, é necessária aumentar a mobilização, desenvolver uma vigilância permanente sobre os planos dos inimigos de classe e seus aliados, cerrar fileiras à volta das organizações representativas dos interesses dos trabalhadores», afirma o secretariado da célula do PCP na Petrogal que alerta contra os planos da direita para reprivatizar parte daquela empresa pública, designadamente, a parte da comercialização, fragmentando a empresa e transformando-a apenas em «prestadora de serviços de refinação (processing) através da redução do seu papel e intervenção no abastecimento nacional de ramos e combustíveis». O secretariado acusa os responsáveis por esses planos de arranjarem falsas justificações, com argumentos infundamentados, apresentando nomeadamente as medidas contra a nacionalização como «inevitáveis». O secretariado recorda que, «ao longo destes anos, a Petrogal conseguiu não só assegurar o abastecimento do País em combustível e outros derivados do petróleo, como acumulou uma enorme experiência que o capital privado pretende recuperar para si». A estratégia da direita implica, por outro lado, a perda de postos de trabalho.

Projecto «AD»: Pôr e dispor nas «Comunidades»

A «AD» tenta apropriar-se do Congresso das Comunidades para serviço exclusivo da sua propaganda. Nandim de Carvalho foi o homem escolhido para lançar a operação com um «documento» anónimo que leu na Assembleia da República, segundo o qual os membros da Comissão Organizadora Álvaro Rana (CGTP-IN) e João Lima (PS) estariam a boicotar o aludido Congresso. Em conferência de imprensa, o dirigente da Central sindical desafiou Nandim de Carvalho (PSD) «a fazer prova das calúnias que lançou». O facto de o representante da CGTP-IN não estar de acordo com algumas orientações, processos e programa do Congresso nada tem a ver com boicote. O representante sindical apresentou propostas concretas em alternativa que não foram sequer consideradas. Entretanto, o grupo parlamentar do PS pediu um inquérito sobre o assunto.

Conservas e pescas

Quem garante que os créditos vão ser aplicados na Júdice Fialho?

● SINDICATOS ALERTAM CONTRA «NEGÓCIOS ESCUROS»

Como já é público há tempos, a Júdice Fialho, a maior empresa da indústria de conservas do País, foi desintervencionada, isto é, entregue ao capital privado. Entretanto, o Governo «AD» (não o actual, mas o anterior, o que para o caso é indiferente) «xonerou os vogais da comissão administrativa, substituindo-os por outros que adquiriram mais tarde e com a sua cobertura (a cobertura do Governo) as acções da empresa, de acordo com notícias divulgadas por vários órgãos de comunicação social». Quem o recorda são os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Conservas do País, que se reuniram em Lisboa, em 6 do corrente.

Os postos de trabalho não estão garantidos. A empresa com sede em Portimão e filiais noutras localidades emprega mais de um milhar de trabalhadores, operárias conserveiras na sua maioria e que se contam entre as mais mal pagas do País.

Os Sindicatos, reunidos para «analisar a situação do sector conserveiro, com especial destaque para a empresa Júdice Fialho», depois de se referirem à cobertura legal a negócios escuros, como os que já se vêm a verificar recebem «seriamente que, ao prever na

resolução (que desintervencionou) alterações aos estatutos da empresa e ao referir que o crédito ao financiamento de investimentos tem que ser realizado «na empresa», sem especificar que é na indústria, se esteja a permitir que os titulares possam vir a concretizar com dinheiro público investimentos e negócios que nada tenham a ver com a indústria de conservas de peixes.

O receio é legítimo e preocupante.

Os Sindicatos do sector recusam-se a aceitar uma situação destas que põe em

risco tantos postos de trabalho. Exigem do Governo «medidas urgentes de forma a salvaguardar os interesses da empresa e dos trabalhadores».

Antes de um apelo final à «mobilização de todos os trabalhadores conserveiros na defesa dos seus postos de trabalho», os Sindicatos denunciam a política escandalosa que a «AD» tem vindo

a seguir, devolvendo as empresas ao patronato saboteador, assim como a ausência de uma política para o sector das pescas de forma a abastecer convenientemente a indústria de conservas e assegurar a sua rentabilidade.

A «política» para as pescas

Ao contrário do que afirmam os Sindicatos conserveiros, este Governo, como

o anterior, tem uma «política» para as pescas. É a «política» da destruição das empresas nacionalizadas. É natural que os trabalhadores não consideram isso uma política. Mas é a política da direita no poder. Por isso é preciso contra ela unir e mobilizar cada vez mais.

Ainda recentemente a Comissão Pró-Federação dos Sindicatos do sector das Pescas revelava publicamente e apenas como exemplo «a situação caótica da comercialização da sardinha, a qual, embora falte no mercado,

continua a ser atirada ao mar em grandes quantidades».

Em resumo, e continuando a citar os Sindicatos das Pescas, este Governo «em vez de avançar decididamente para a criação de uma empresa de comercialização e distribuição de pescado, que tivesse em vista o controlo e a regularização do abastecimento e dos preços, em vez de investir no sector, melhorando a frota, com vista a um melhor aproveitamento dos nossos recursos, tomando a pesca competitiva, limita-se a anunciar que não tem vocação para patrão e preconiza a total destruição do sector nacionalizado das pescas, apontando como objectivo a reprivatização das empresas, venda de mais navios, o corte de subsídios às empresas nacionalizadas, a manutenção de unidades de produção sem pescar, a continuação da destruição de um esquema de distribuição estatal de pescado e a manutenção do regime de livre formação de preços no consumidor».

Os trabalhadores não querem esta «política» e acabarão por afastá-la de vez.



Uma profissão mal paga; postos de trabalho em risco na Júdice Fialho e noutras empresas do sector

Para que a RN não recorra à greve

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da RN, constituídos em comissão negociadora sindical (CNS), esperam do Governo e do

conselho de gerência uma contraproposta que permita desbloquear as negociações para a revisão das convenções colectivas de trabalho. Os

trabalhadores poderão recorrer à paralisação, em 17 do corrente, se até à véspera essa conproposta não surgir. A possibilidade de

recurso a essa forma de luta foi admitida há cerca de uma semana em plenário nacional das sub-CTs e delegados sindicais da empresa.

A greve teria a duração de 24 horas.

O plenário decidia, entretanto, «apoiar as diligências e acções que a CNS está a desenvolver junto dos órgãos do poder com vista ao desbloqueamento do process». Ao mesmo tempo, os membros das sub-CTs, dirigentes e delegados sindicais presentes no plenário decidiam dinamizar as reuniões nos locais de trabalho no sentido de mobilizar os trabalhadores.

As resoluções do plenário representativo, que incluem uma análise da situação da empresa e da contratação colectiva, reafirmam, nomeadamente, que os trabalhadores estão firmemente dispostos, por todos os meios ao seu alcance, a defender a Empresa Pública

Nacionalizada, RN, contra toda a espécie de boicotes e ataques.

Numa crítica implícita à gestão da empresa e à política de transportes, o plenário exigiu «um sistema de gestão uniforme e eficaz», e designadamente, «uma política de transportes enquadrada nos preceitos constitucionais e estatutários».

Dispostos à discussão de todos os problemas da empresa e a promover todos os contactos necessários, os representantes dos trabalhadores exigem ainda o cumprimento por parte do Estado dos compromissos assumidos no Acordo de Saneamento Económico e Financeiro e a «exploração da concessão dos Transportes Urbanos de Braga pela RN».

Sobre esta última questão convém sublinhar que os trabalhadores tanto da Sotube (a empresa concessionária com o prazo da

concessão prestes a expirar) como da RN, com o apoio já manifestado da população e dos órgãos autárquicos, querem a integração dos transportes urbanos na RN.

Os representantes dos trabalhadores, depois de sublinharem uma vez mais a «sua disposição para o diálogo com todas as entidades que tenham poder decisório, relativamente à consolidação e desenvolvimento da empresa», manifestam-se convictos de que a população utente dos serviços da Rodoviária Nacional compreenderá a situação, cujas responsabilidades (já várias vezes referidas em outros números do «Avante!») cabem por inteiro e mais uma vez ao conselho de gerência e ao Governo que, neste caso, são acusados de «boicote à recuperação do poder de compra dos trabalhadores e à melhoria das suas condições de vida».



Durante a paralisação de Março de 1980

PCP

Quadros do PCP do concelho da Feira reúnem em Março

A situação política actual e o 60.º aniversário do Partido tendo em conta as jornadas comemorativas e o reforço da organização constituem os temas principais da ordem de trabalhos da próxima reunião

de quadros do PCP do concelho da Feira. O encontro decorrerá dia 14 de Março, a partir das 15 horas, no CT de Argoncilhe. Estarão presentes os camaradas do Comité Central Aurélio Santos e Lancinha.

Hoje, às 18 horas

Assembleia na UTIC

«Pelo reforço da organização, construir o futuro» — este o lema da assembleia dos trabalhadores comunistas da UTIC, que hoje se realiza nas instalações da empresa, em Cabo Ruivo, Lisboa. O início dos trabalhos está marcado para as 18 horas. Questões de organização, o aniversário do Partido e a situação política actual serão temas de debate.

No concelho de Abrantes o reforço do PCP está na ordem do dia

● I Assembleia no domingo

No Convento de S. Domingos, a partir das 15 horas, decorrerá no próximo domingo a primeira Assembleia da Organização Concelhia de Abrantes, culminando assim um vasto trabalho preparatório que mobiliza o entusiasmo e a viva participação de muitos

comunistas e amigos do Partido.

Criar organismos específicos para o trabalho camponês, sindical e autarquias; avançar com o recrutamento de 150 novos camaradas até fins de Março; conseguir um Centro de Trabalho

«Concelhio» localizado na cidade de Abrantes, aumentar as receitas do Partido e reactivar a estruturação de vários organismos — estes alguns dos objectivos dos militantes comunistas daquele concelho, cuja concretização passa pelo debate e pelas orienta-

ções específicas da Assembleia a realizar no domingo.

Entretanto, aqui ficam os nossos agradecimentos pela saudação enviada ao colectivo do «Avante!» pelos camaradas de Abrantes.

Plenário de quadros do distrito da Guarda

● Elevada participação de mulheres

No último dia do passado mês de Janeiro realizou-se na Guarda, no edifício das Escolas, um Plenário de Quadros do PCP do distrito, a que estiveram presentes mais de 100 militantes do Partido representando as organizações concelhias da Guarda, Seia, Gouveia, Pinhel, Manteigas, Meda, Foz Côa e Celorico da Beira. Aos trabalhos, em que participou o camarada Jaime Serra, da Comissão Política

do CC do PCP, estiveram igualmente presentes representantes da JCP do distrito. Na base de uma intervenção de Jaime Serra, os presentes analisaram a situação política e discutiram questões relacionadas com o 60.º aniversário do PCP, bem como outras relativas à organização do Partido no distrito, com particular destaque para a necessidade do fortalecimento das células

do PCP e do trabalho nas organizações de massas. A necessidade de abertura de novos Centros de Trabalho do Partido na região, bem como o melhor aproveitamento dos já existentes, mereceu a atenção do Plenário. No decorrer da reunião foram ainda analisados atentamente os graves problemas da lavoura do distrito, tendo-se salientado a necessidade de os militantes e organizações do PCP encabeçarem a luta para reclamar do Governo medidas efectivas com vista a compensar a agricultura da região pelos grandes prejuízos que tem sofrido, em virtude quer dos incêndios dos anos anteriores quer da

seca que tão duramente se faz presentemente sentir na economia dos pequenos agricultores. Intervieram nesse plenário, além de muitos outros camaradas, José Pedro Soares e Domingos Oliveira, membros do CC do PCP e da DORBI. Presidiu à reunião o camarada Moutinho, membro da Comissão Distrital da Guarda do PCP. Com uma intervenção do camarada Jaime Serra, foram encerrados os trabalhos deste plenário de quadros, a que se seguiu um convívio entre os presentes. Nota de destaque para a elevada participação de mulheres neste plenário — mais de 30 por cento dos presentes.

Plenário de eleitos APU em V. Real de St.º António

Os eleitos da APU de Vila Real de St.º António reúnem-se em plenário no próximo sábado, dia 14. Os trabalhos, que se realizam no Salão do Sindicato da Construção Civil daquela localidade, contam com a participação do camarada Luís Sá.

II Assembleia dos comunistas de Algueirão

Os comunistas da Freguesia de Algueirão (Mem Martins) promoveram recentemente a sua II Assembleia de Organização.

O Relatório de Actividades da Comissão cessante foi aprovado de forma unânime pelos 70 delegados presentes, que escolheram também a nova Comissão de Freguesia, a qual regista na sua composição uma maioria operária.

No final dos trabalhos, o camarada Veiga de Oliveira, deputado e membro do Comité Central do Partido, fez uma intervenção em que abordou os principais aspectos da actual situação política.



Festa da Primavera

Integrada no âmbito das iniciativas comemorativas do 60.º aniversário do PCP, realiza-se nos próximos dias 3, 4 e 5 de Abril, no recinto da Feira Nacional da Agricultura de Santarém, a «Festa da Primavera — 1981».

O êxito e a participação popular alcançados em anos anteriores com esta iniciativa da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP garantem desde já que a Festa 81 será uma grande manifestação artística, cultural, desportiva e recreativa, para além de importante jornada de são e alegre convívio entre ribatejanos e outros visitantes.

Paralelamente, a Festa será ainda um documento vivo do que foi e é a luta e a vida dos trabalhadores e da sua vanguarda, o PCP, no distrito de Santarém.

O entusiasmo que preside à preparação da Festa da Primavera transcende os limites do distrito de Santarém. Em todos os pontos do país, do Minho ao Algarve, amigos e camaradas organizam a sua participação na Festa, recolhendo os materiais que apresentarão nos seus stands.

Também o programa da Festa está já em cuidadosa preparação, sendo ponto assente que abrangerá áreas

muito diversificadas, do folclore aos colóquios, do cinema e teatro, desporto, música filarmónica, fado, mercado da Reforma Agrária, múltiplas actividades infantis e juvenis.

E, claro, não faltarão as especialidades em vinhos e petiscos das diferentes regiões do país.

Um aspecto importante: as entradas no recinto da Festa serão livres, pagando-se apenas as entradas para os espectáculos. Estas entradas permanentes, para os três dias, podem ser adquiridas nos Centros de Trabalho do PCP ou directamente às centenas de militantes



e amigos que tomaram a seu cargo essa tarefa. É bom marcar na agenda — nos dias 3, 4 e 5 de Abril — o ponto de encontro em Santarém, na Festa da Primavera — 1981.

Comerciantes e industriais de Lisboa: plenário distrital no dia 22

No próximo dia 22 (domingo), decorrerá nas instalações do Centro de Trabalho Vitória do PCP, em Lisboa, uma reunião de militantes do nosso Partido naturais do concelho de Pedrógão Grande e residentes na área da Grande Lisboa.

Comerciantes e industriais. As perspectivas de trabalho, as tarefas imediatas (Lisboa e restantes concelhos) e o 60.º aniversário do PCP, sobre o qual falará a camarada Georgette

Ferreira, do Comité Central, serão temas em foco no decurso da reunião, que se iniciará às 10 horas terminando por volta das 17 e 30. Os camaradas da organização de Lisboa estão

a preparar um almoço para os participantes. Os interessados devem inscrever-se no CT dos Escritórios (Avenida Duque de Loulé, ao Marquês de Pombal) até ao próximo dia 17.

Atenção camaradas de Pedrógão Grande!

Inicia-se pelas 15 e 30 do próximo sábado, dia 14, no Centro de Trabalho Vitória do PCP, em Lisboa, uma reunião de militantes do nosso Partido naturais do concelho de Pedrógão Grande e residentes na área da Grande Lisboa. Camarada de Pedrógão Grande, não faltes!

Assembleia na Azambuja

Efectua-se no próximo dia 15, domingo, a 1.ª Assembleia de Organização da Comissão Concelhia do PCP da Azambuja. Terá início às 15 horas e realizar-se-á no salão dos Bombeiros, sendo a ordem de trabalhos constituída por

dois pontos: a apresentação do Relatório de Actividade da Comissão Concelhia e a eleição de nova Comissão Concelhia.

Um camarada da Direcção encerrará os trabalhos com uma intervenção prevista para as 18 horas.



No plenário de quadros da Organização Concelhia de Palmela concluiu-se pela necessidade de ultrapassar algumas dificuldades no que se refere à ligação a todos os militantes

Plenário em Palmela

Com o objectivo de discutir o reforço da organização da concelhia, realizou-se no passado sábado um plenário de quadros da organização concelhia do PCP de Palmela, que contou com a participação de 105 camaradas. Presentes os camaradas Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e Luísa Araújo, da DORS, suplente do CC do PCP.

estruturção, nomeadamente nos sectores da juventude, mulheres e camponeses. Atendendo às características do concelho, considerou-se possível atingir, em 1981, os mil militantes do PCP. Foi ainda sublinhada

a importância das comemorações do 60.º aniversário do Partido. No intervalo dos trabalhos os camaradas tiveram oportunidade de visitar o local onde se erguerá o novo Centro de Trabalho do Pinhal Novo.

Evocada a memória de Cecília Areosa Feio

O primeiro aniversário da morte da camarada Cecília Areosa Feio, destacada democrata e resistente antifascista, foi assinalado no sábado passado com uma homenagem ao cemitério do

Alto de S. João, promovida pelo Conselho Directivo da URAP.

Junto ao túmulo da querida amiga desaparecida concentraram-se cerca de duas

centenas de pessoas, incluindo delegações da URAP do Barreiro, Almada e Setúbal, além de membros do respectivo Conselho Directivo, assim como uma delegação de trabalhadores da FIMA, representantes das Mulheres Socialistas e delegações do PCP e do MDP/CDE. Igualmente presente nesta homenagem o embaixador da RDA e esposa, testemunho sentido da solidariedade e amizade tantas vezes expressa pelo povo da RDA à luta do nosso povo. Em nome do Conselho Directivo da URAP, José Maria do Fósario leu uma

mensagem de agradecimento aos presentes e a todos aqueles que, com a sua contribuição e apoio, possibilitam que a URAP prossiga o combate que foi também o de Cecília Areosa Feio. Apelou ainda ao reforço da unidade e acção de todos os antifascistas e democratas, a fim de assegurar a defesa das conquistas de Abril, para que o fascismo não possa voltar mais à nossa terra, para que a liberdade e a paz sejam garantidos em todo o mundo. «É essa a melhor homenagem — disse a terminar — que podemos prestar à mulher combatente que há um ano aqui deixámos».

— Camaradas falecidos

ANTÓNIO MACHADO DA FONSECA — Vítima de desastre ferroviário, faleceu o nosso camarada António Machado da Fonseca («O Rouxinol»). Membro do nosso Partido desde 1975, era militante da célula da «Valer», da Póvoa de Santa Iria. Tinha 44 anos de idade.

JORGE MANUEL RODRIGUES DA COSTA — No passado dia 5 de Fevereiro e vítima de acidente de trabalho, faleceu o nosso jovem camarada Jorge Manuel Rodrigues da Costa, que militava na Organização Concelhia da Chamusca do PCP. Pessoa muito estimada na sua terra, cerca de oitocentas pessoas se incorporaram no seu funeral.

O Porto mobiliza-se para as comemorações do 60.º aniversário

Cresce o entusiasmo das organizações do distrito do Porto conforme se avança na preparação das comemorações. Comemorar o 60.º Aniversário sob a consigna do reforço orgânico, político e ideológico do partido é uma preocupação sempre presente.

Proseguem as reuniões em todos os sectores. Matosinhos por exemplo, conclui esta semana um ciclo de reuniões abraçando toda a organização concelhia.

Começa a avançar-se no cumprimento de metas e objectivos na entrega de cartões, na actualização de cotas e sua elevação, na estruturação das organizações na formação política e ideológica dos quadros, etc.

A campanha «Um dia de salário para o Partido», como prenda pelo 60.º Aniversário, está a ser bem acolhida nas organizações. Muitos sectores fixaram já as suas metas, constituíram comissões de campanha e elaboraram listas de Amigos do Partido a contactar.

Hoje mesmo, a Comissão de Organização junto da DORP publicará um pequeno boletim recordando as principais direcções de trabalho para o reforço do Partido e pondo em relevo algo sobre o que é o PCP, o que tem sido a sua luta, quais são as suas tarefas centrais na actual situação política portuguesa. Está previsto para o dia do aniversário, à noite, no

Em Setúbal: Aniversário do PCP e reforço da organização — uma série de iniciativas

No concelho de Setúbal — à semelhança do que acontece em todas as organizações do Partido — avança-se no trabalho destinado a assinalar o 60.º aniversário do PCP, em 6 de Março próximo.

No conjunto de iniciativas que a respectiva Comissão Concelhia de Setúbal procederá à montagem de um diaporama alusivo à vida do Partido, a instalar no Centro de Trabalho, com uma hora

a realizar no próprio dia 6, sede do concelho, bem como a realização de um ciclo de sessões a realizar em todos os Centros de Trabalho do PCP. Além deste conjunto de sessões, pensa também o Executivo da Comissão Concelhia de Setúbal proceder à montagem de um diaporama alusivo à vida do Partido, a instalar no Centro de Trabalho, com uma hora

Carnaval no PORTO

O Comité Local do Porto vai promover este ano uma grande Festa de Carnaval que, a avaliar pelos preparativos, se prevê venha a ser um grande êxito. Além do tradicional e, certamente, animado baile, os camaradas asseguraram já a realização de um espectáculo que contará com a participação de Paulo de Carvalho. A festa está marcada para as 22 horas do próximo dia 28, sábado, e realiza-se no Pavilhão do Académico.

Realiza-se comemorações aniversário

Pavilhão do Académico, o espectáculo sobre as lutas do Partido no Norte.
É também para 6 de Março que se prevê a inauguração, no pavilhão da sede da DORP, da exposição sobre a vida e as lutas do Partido. Esta exposição, concebida tecnicamente de forma a facilitar o seu transporte e montagem, poderá depois estar patente noutros pontos do distrito.
Nas iniciativas sectoriais é interessante destacar um diorama sobre a luta após o 25 de Abril, concebido na base de cartazes do Partido e que está a ser preparado em Gaia, a preparação por uma célula de empresa de painéis comemorativos a colocar em cada secção e a preparação de murais junto das grandes empresas.
Um núcleo de Pioneiros projecta uma visita à sede da DORP, a fim de entregarem uma simbólica prenda de aniversário.
A venda militante dos números especiais do «Avante» está a ser igualmente encarada com entusiasmo pelas organizações.
Numa reunião de militantes realizada na Póvoa de Varzim, cada um dos camaradas presentes subscreveu um pedido de exemplares do 50.º aniversário do «Avante!», comprometendo-se à sua venda junto de vizinhos, amigos e familiares.

JCP Organização e iniciativas

de transmissão por dia até 31 de Março, a montagem de bancas de venda do «Avante!», uma exposição de objectos de arte alusivos ao 60.º aniversário, a colocação de faixas, pinturas murais.
Entretanto, o Executivo da CC de Setúbal decidiu igualmente propor uma série de iniciativas para ao reforço da organização do Partido, de entre as quais se destacam a realização, no decorrer do mês de Abril, da III Assembleia da Organização Concelhia, o início das obras do novo Centro de Trabalho, a realização de um plenário concelhio de fundos, outro para discussão de problemas de organização e um terceiro com difusores do «Avante!» e de «O Militante».

Juventude

Autonomia universitária JCP apela à intensificação de um amplo debate público

Muito estranho é o conceito que os actuais dirigentes do Ministério da Educação têm em relação à autonomia universitária. Ainda há poucos dias atrás, dois exemplos significativos dessa política trouxeram novamente para as páginas dos jornais o problema da autonomia universitária no nosso País. Referimo-nos à ameaça de demissão do dr. Arantes e Oliveira e às medidas administrativas sobre Ciências de Coimbra.

Em nota divulgada pelo Secretariado da sua Direcção Central do Ensino Superior, a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) comenta: «Em carta dirigida ao ministro Vítor Crespo, cujo conteúdo foi já divulgado através dos órgãos de Informação, o dr. Arantes e Oliveira (Reitor da Universidade Técnica de Lisboa) traz a público factos de extrema gravidade que revelam o real desprezo do Governo pela autonomia da instituição universitária.»

dos aquando do 50.º aniversário da Universidade Técnica de Lisboa.»
As atitudes do MEC mereceram de imediato a reprovação de vários sectores da Universidade, tendo inclusivamente os Conselhos Directivos e Científicos manifestado a sua solidariedade para com o Reitor.
Como assinala a JCP, aqueles organismos exigiram também a «saída da legislação sobre autonomia

universitária, defendendo o princípio da escolha do Reitor pela Universidade e a existência de um órgão colegial de representação universitária.»

Legislação democrática, precisa-se!

O outro exemplo de inqualificável ingerência ministerial na vida universitária vem de Coimbra. O MEC dirigido pelo sr. Vítor Crespo (PPD) tenta transformar o Departamento de Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) numa «quinta» entregue a um reduzido número de catedráticos, contra a vontade da escola.



Os jovens comunistas exigem na luta por legislação democrática no sector do ensino

Em face da recusa do Conselho Directivo, democraticamente eleito, em participar na operação, o Ministério não hesitou em nomear um «gestor»...
Depois de referir que «está mais claro agora o sentido do decreto governamental» cozinhado nos gabinetes do

MEC e que, tal como os estudantes comunistas tinham advertido, com a sua aplicação é a própria gestão democrática da Universidade que está a ser posta em causa, a JCP manifesta o seu firme protesto contra esta intervenção ministerial e reafirma a sua exigência de publicação de legislação democrática que institucionalize os princípios da autonomia universitária e que aprofunde a experiência de gestão democrática das escolas tendo em conta os aspectos negativos que a prática do famigerado Cardia já revelou

ser necessário corrigir.
Já no final do documento emitido pela Direcção Central do Ensino Superior, a JCP apela à intensificação de um amplo debate público sobre a questão da autonomia universitária, nomeadamente nas Assembleias de Representantes de organizações estudantis e de professores.
Os jovens comunistas exigem que a legislação a ser publicada contemple as opiniões e propostas das Associações de Estudantes, Sindicatos de Professores e órgãos democráticos das escolas.

Um contributo importante

Como contributo e iniciativa de dinamização para o amplo debate público que os problemas da autonomia universitária exigem, a Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) aprovou na sua próxima reunião um conjunto de princípios mínimos que considera indispensável contemplar a futura legislação.
A reunião decorrerá no próximo sábado.



Nicarágua: reconstrução e solidariedade «Em ano e meio de Revolução e liberdade, construímos mais creches e hospitais que o governo fascista em 10 anos»

A convite da juventude Comunista Portuguesa (JCP), deslocou-se ao nosso país o Secretário Nacional da Juventude Sandinista da Nicarágua, Douglas Guerreiro, que veio acompanhado dum elemento da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), o brasileiro Roberto Miranda. No decorrer da sua breve estadia em Portugal, visitaram o Alentejo e o distrito de Leiria, tendo mantido contactos com organizações regionais e com dirigentes da JCP. Em Lisboa, Douglas Guerreiro participou numa breve troca de impressões com repórteres do «Avante!» e do «Juventude», órgão da JCP, tendo-nos revelado que a sua presença em Portugal se integra numa digressão europeia com o objectivo de dinamizar uma vasta campanha de solidariedade para com a Nicarágua livre, hoje a braços com as consequências dum regime fascista que oprimiu e estagnou o país e com o ambiente político que reina na América Central.



Entrevista com Douglas Guerreiro dirigente da Juventude Sandinista

«As ameaças de intervenção dos Estados Unidos são já hoje uma realidade. Dois exemplos: diariamente chegam a Salvador materiais e equipamentos de guerra enviados pelo Governo norte-americano; em relação à Nicarágua, temos a agressão económica: os empréstimos anteriormente planeados foram pura e simplesmente anulados.»
«Uma das calúnias que os EUA lançam sobre a Nicarágua é que nós enviamos armas e homens para S. Salvador. Mas os Estados Unidos sabem perfeitamente que isso é falso. Utilizam esta mentira para «justificar», isso sim, os armamentos que estão a chegar a Salvador, por ordem dos dirigentes norte-americanos.»
«A nossa solidariedade para com o povo salvadoreño é uma solidariedade moral e humanitária. Apesar das

nossas limitações, ajudamos com roupa e alimentos, através da Cruz Vermelha Internacional, Caritas e Igreja Católica e temos na Nicarágua um campo de refugiados, no âmbito da Cruz Vermelha, com milhares de crianças, velhos e mulheres que fugiram à chacina. Mas os EUA dizem que é um campo de treino militar...»
«Não negamos que somos solidários com as massas populares e os patriotas de S. Salvador. Mas não somos só nós. Toda a opinião pública internacional está com eles.»
Existem problemas mais caminha-se no sentido do progresso social?
Douglas Guerreiro falou também do seu país:
«Em ano e meio de Revolução e liberdade construímos mais estruturas de assistência social, especialmente hospitais e creches que o Governo fascista em 10 anos.»

apontou-nos, a título de exemplo, a diversificação das relações internacionais a todos os níveis, as medidas de apoio ao campesinato (terras e equipamentos), a diminuição impressionante do desemprego (32 por cento da população activa estava desempregada antes da Revolução, hoje esse número baixou para menos de 17 por cento) e o êxito das campanhas de alfabetização (existim no país, antes da queda de Somoza, 50,3 por cento de analfabetos; agora são apenas 12,9 por cento).
País predominantemente agrícola (açúcar, café, algodão), a Nicarágua está empenhada com todas as suas forças no desenvolvimento agro-pecuário, sector atingido de forma particular pela violência somozista. Trata-se, sem dúvida, de uma tarefa prioritária, tanto mais que o Estado subsidia em 50 por cento o custo dos géneros essenciais.»
«Também ao nível da saúde temos ainda graves problemas», salienta o jovem sandinista. «É

«As manobras imperialistas, a situação na América Central e as provocações constantes de elementos contra-revolucionários não podem deixar-nos tranquilos. É mais importante comprar tractores e máquinas. É verdade. Assim fazemos. No entanto, o nosso Povo está mobilizado. A nossa força principal está na milícia voluntária, onde se integram estudantes, camponeses, operários, enfim milhares de nicaraguenses dispostos a defender a sua Pátria. O nosso exército regular é uma pequena força, mas tem capacidade defensiva.»
Quisemos saber como se processam as actividades dos mercenários contra a Nicarágua. Explicou-nos o dirigente da Juventude Sandinista:
«Nas Honduras, Guatemala e Salvador existem autênticos bandos de criminosos. Constantemente, avançam sobre o território nicaraguense. Destroem aldeias, assassina e depois voltam para lá da fronteira.»

e o Desanuiamento, que decorreu recentemente em Helsínquia.
Solidariedade moral e humanitária com o povo de S. Salvador
Falar da Nicarágua é falar de solidariedade. E é também falar de S. Salvador. Disse-nos, a propósito, Douglas Guerreiro: «Não podemos estar indiferentes para com a presente situação no Salvador. Vivem-se aí momentos impressionantes da luta de um Povo contra a ditadura, contra a miséria e o imperialismo, luta que o Povo da Nicarágua bem conhece.



Há cerca de um ano e meio o povo da Nicarágua conquistou a liberdade e expulsou o ditador Somoza

Uma escola «especial»...

Ariem Sio foi uma jovem combatente sandinista. Em 1975 caiu em combate, assassinada pela ditadura de Somoza. Brevemente, Ariem Sio será o nome de uma escola na Nicarágua. Uma escola «especial»: construída pela solidariedade internacional.
Para o feito está em marcha entre as organizações juvenis de todos os continentes uma grande campanha de donativos para a construção do referido estabelecimento. Em Portugal, a juventude também dará, estamos certos, a sua contribuição solidária.

No nosso breve diálogo, falámos também da juventude da Nicarágua. O dirigente sandinista destacou, então, três tarefas fundamentais, em que estão empenhados com grande dedicação e entusiasmo os jovens do seu país:
Primeiro: a frente do estudo e da formação técnica e intelectual a todos os níveis, da cultura aos desportos, passando pela investigação científica. Aprender agora, para ajudar depois os novos quadros da sociedade — esta, em síntese, a primeira tarefa.
Segundo: a frente da integração no trabalho produtivo. Aproveitando os empréstimos e as ajudas do Estado para os jovens agricultores, trabalhando nas cooperativas, na construção, nas brigadas de trabalho voluntário (pintura de escolas e hospitais, limpeza, etc.)
Terceiro: a frente da defesa nacional popular, integrando as milícias voluntárias. É assim na Nicarágua.

A defesa nacional e as tarefas da juventude

O povo da Nicarágua ama a Paz. Mas está pronto a defender-se, sublinha Douglas Guerreiro, que sobre o assunto adiantou:

CGD e BPA Assembleia

A iniciativa é ainda um reflexo do esforço geral dos comunistas da empresa na estruturação e bom funcionamento da célula, no sentido do seu reforço orgânico, que se reveste de interesse não apenas para os comunistas e outros trabalhadores do banco, mas para todos os que trabalham no sector bancário.

Domingo Assembleia de Organização dos Olivais

A Assembleia da organização da freguesia de Santa Maria dos Olivais, em Lisboa, realizar-se-á no próximo domingo, a partir das 10 horas, nas instalações do «Braço de Prata Futebol Clube», junto ao aparedo de Cabo Ruivo.

Além dos militantes locais, terá a presença e a participação dos camaradas José Casanova, da Comissão Política do Comité Central, e Júlio Filipe, membro do Comité Central.

POVO LUTA CULTURA

daqui partimos para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã camaradas Manuel Tiago
Obra completas de SOEIRO PEREIRA GOMES

edições Avante!

PCP

Fundos para o novo CT de Montemor-o-Novo

Em Montemor-o-Novo prossegue com entusiasmo a recolha de fundos para a aquisição e obras do novo Centro de Trabalho do PCP.

Trata-se de um excelente imóvel de dois pisos, situado na zona central da vila. No andar inferior funcionarão as salas de convívio com bar, televisão e banca e no primeiro andar as salas de reunião e serviços diversos.

A campanha iniciou-se no passado dia 7 de Novembro e vai prolongar-se até Abril do próximo ano. Até fins de Janeiro estavam já recolhidos mais de 550 contos.

A aquisição do edifício, já confirmada, orça pelos 1600 contos, prevendo-se ainda um investimento de mais 400 mil escudos para obras de

adaptação e compra de equipamentos.

A meta a alcançar rondará, pois, os 2 mil contos.

Para assegurar um bom ritmo de trabalho, quer a Comissão de Fundos, com o apoio de camaradas da Direcção Regional, quer a Comissão Concelhia, têm vindo a desenvolver várias acções de mobilização e esclarecimento.



Neste edifício funcionará brevemente o novo Centro de Trabalho do PCP em Montemor-o-Novo

Em Odeáxere (concelho de Lagos) um novo CT

Numa freguesia APU, no concelho de Lagos, o novo Centro de Trabalho do Partido será inaugurado já no próximo dia 8 de Março, data do aniversário do PCP.

Falamos da freguesia de Odeáxere, onde a determinação e o entusiasmo de um punhado de comunistas e amigos do Partido levantou uma nova casa dos trabalhadores, para servir a sua luta pelo reforço da democracia e da liberdade.

Após alguns meses de trabalho voluntário, o novo CT será uma realidade, construído, pois, pela abnegação

e o espírito militante dos comunistas de Odeáxere, e também pela solidariedade de outros democratas, que certamente vai continuar a manifestar-se até ao encerramento da campanha de fundos destinada ao pagamento das diversas despesas com a nova instalação.

De salientar que em todo o Algarve este será o primeiro CT propriedade do Partido.

A jornada de inauguração inclui no seu programa um comício em que intervirá o camarada Vítor Neto, do Comité Central.

O novo CT de Fanhões abrirá as suas portas no dia 8 de Março

"Por motivos alheios à nossa vontade", diz-nos a Comissão de Fundos, "somos forçados a alterar a data inicialmente

anunciada para a inauguração do nosso novo Centro de Trabalho".

A notícia vem dos comu-

nistas de Fanhões (localidade situada perto de Loures) e adianta-nos: "Assim, em vez da data

indicada, a inauguração será

efectuada no próximo dia 8 de Março de 1981, com programa que oportunamente apresentaremos".



Um disco, uma medalha, uma casa para o Partido

Almada, uma casa para o Partido — é uma palavra de ordem já conhecida pelo intenso trabalho desenvolvido na Margem Sul para dotar o PCP de melhores instalações, com vistas a um maior e melhor trabalho.

Iniciativas não têm faltado. A mais recente — e original — é a edição de um disco com o mesmo nome, promovida pela Comissão Concelhia de Almada, com

canções de Carlos Moniz e José Jorge Letria.

Também alusiva ao tema — Uma casa para o Partido — foi lançada uma medalha que inscreve já a data da inauguração do novo Centro — 28 de Setembro.

O disco e a medalha encontram-se à venda em todos os Centros de Trabalho do Partido e a Comissão Concelhia de Almada conta com o apoio de todos os amigos e camaradas.

Terra

No distrito de Beja com o Governo AD Agrários (35) receberam 65 000 ha agricultores (460) apenas 12 000 ha

● Protesto em Portel

Trabalhadores agrícolas alentejanos manifestaram-se na passada terça-feira, em Portel, contra o aumento de desemprego que se verifica naquela zona e atinge mais particularmente as mulheres, embora muitos sejam também os homens que se vêem afastados dos trabalhos agrícolas.

A manifestação, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora teve por objectivo primordial alertar para a onda de desemprego que grassa nos campos do Alentejo.

Tendo chegado a atingir uma situação de pleno emprego logo após a realização da Reforma Agrária, a situação laboral nesta região do País começou a degradar-se ainda que lentamente com o início da ofensiva contra

a Reforma Agrária levada a cabo pelo primeiro governo PS, que encontrou uma base "legal" para tal ao fazer aprovar na Assembleia da República a chamada "Lei Barreto".

Com este diploma estavam abertas as portas para as

acções mais terroristas contra a Reforma Agrária, desrespeitando-se tal se tornasse necessário os próprios limites da Lei.

Foi o que sucedeu com o governo Mota Pinto, antevendo, do Governo "AD", e durante o qual foram praticadas toda a casta de ilegalidades. É neste Governo aliás que surge a inovação do poder executivo que consistia "estar-se nas tintas" para as decisões do Supremo Tribunal Administrativo. Pura e simplesmente não se cumpriam.

Mas com o governo Sá Carneiro a ofensiva contra a Reforma Agrária atinge proporções nunca vistas até então. Os efectivos de polícia e GNR utilizados são inti-

midadores. Raro é passar-se por uma estrada onde não se vejam forças militarizadas equipadas a preceito. Nalguns casos até veículos aéreos são utilizados.

Dizíamos que os meios agressivos utilizados eram intimidadores. Não o foram contudo para os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo, que dentro dos aspectos legais nunca deixaram de lutar para evitar o esbulho das terras e a reconstrução dos latifúndios.

Num balanço agora divulgado pelo Secretariado Distrital de Beja das UCP's e Cooperativas Agrícolas verifica-se que o governo Sá Carneiro, só à sua conta, foi responsável por cerca de 60 por cento das reservas até

hoje devolvidas aos agrários naquele distrito, totalizando 85 597 hectares.

Deste modo, foram reconstituídos 35 latifúndios, totalmente ou em parte, só neste distrito, ocupando uma área superior a 65 mil hectares.

Cerca de 80 cooperativas foram destruídas ou inviabilizadas. Entretanto, segundo os cálculos, na propalada distribuição de terras a pequenos agricultores, 460 indivíduos receberam cerca de 12 mil hectares. Ou seja, estes pequenos agricultores "receberam menos de um quinto da terra que 35 famílias de agrários".

Como resultado directo do desemprego voltou em força aos campos alentejanos e ribatejanos. Desemprego

que afecta não só os mais directamente interessados mas também o próprio comércio local, que já hoje sente uma retracção no poder de compra, ao contrário do que se verificou após 1975, altura em que as pessoas tiveram — em tantos casos pela primeira vez — possibilidade de entrarem nas lojas e não limitarem-se a ver as montras.

O desemprego na zona da Reforma Agrária é um gravíssimo problema que tem de ser solucionado. Não com a entrega de terras aos agrários mas a quem realmente as trabalha. Por isto luta o povo daquela região. Por isto lutam as organizações sindicais, por isto luta o Partido dos trabalhadores — o PCP.

No mês de Março, em Lisboa CNA prepara jornada de protesto contra política agrícola do Governo

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) lançou um convite a todos os agricultores e organizações de lavoura para comparecerem numa jornada de reclamação e protesto pelas condições que afligem a lavoura portuguesa.

Com efeito, não bastavam as calamidades naturais (as geadas e a seca) para os agricultores sofrerem ainda as calamidades do Governo "AD".

Aumentam os combustíveis para a lavoura, os pesticidas, as rações, os adubos, as sementes, para além da febre aftosa e da peste suína africana. Além disso o leite, em vez de aumentar no produtor, está em vias (se ao Governo sobrar coragem) de diminuir de preço para começarmos a satisfazer os requisitos necessários ao ingresso de Portugal na CEE.

Na produção pecuária outra lástima: feiras encerradas, gado contrabandeado de Espanha, carne de porco congelada importada dos países da CEE.

A juntar-se a este panorama, o seguimento agrícola que afinal não segura coisa nenhuma e a inexistência de créditos acessíveis para os agricultores se poderem lançar no investimento.

Referindo-se a este caos dizia, há dias, um dos elementos da direcção da CNA, a um matutino de Lisboa:

"Esta situação é agravada pela falta de um qualquer plano de apoio ou desenvolvimento de nossa agricultura, pela ausência de medidas

só agora o governo pôs as mãos na cabeça.

E o alarme veio porque estávamos a gastar um milhão de contos em energia eléctrica importada do estrangeiro. Não fora isso, e o problema da seca continuaria a ser ignorado. Ou não é verdade que os grandes latifundiários não cultivam a terra? Por isso, que lhes importa que não caia chuva há mais de dois meses?

Prova disso mesmo é que as primeiras decisões do chamado

"grupo de trabalho interministerial" têm em conta os problemas da energia eléctrica. Para o sector agropecuário apenas se fala da intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários na compra e transporte de gado.

Sem queremos ser pessimistas, tudo parece indicar que o trabalho deste chamado "grupo de trabalho interministerial" vai ficar por aqui. Falou e disse. Na televisão, com intervenção do titular do MAP e do ministério da

Indústria e Energia, que todas as ocasiões são boas para a propaganda política.

Restringir as importações supérfluas

Entretanto, os agricultores afectados pelas geadas — nomeadamente os da região de Santarém — continuam a manifestar-se contra as medidas governamentais, que se traduziram em créditos com juros boni-

ficados de 12 por cento, para cobertura dos prejuízos sofridos.

O panorama é terrível por todo o país. "Val ser um ano de fome" — dizem os agricultores. E a maior parte com a convicção de que o Governo nada vai fazer para minorar as dificuldades.

Por exemplo, neste ano de despesas suplementares — energia eléctrica no valor de um milhão de contos por mês, importações de bens alimentares que fatalmente se vão colocar — o que é que começou a ser feito para restringir as importações de produtos supérfluos?

Que se saiba, até agora, nada. Os bons "whiskies" e os conhaques franceses continuam a ser importados. Produtos tão supérfluos como o papel higiénico (que o país produz) ou os cosméticos continuam a passar nas nossas barreiras alfandegárias. E isto é só um exemplo, porque a lista completa seria difícil de publicar. É um regabofe, que a grande burguesia continua a desfrutar à custa dos sacrifícios do povo português. Até quando?

A jornada nacional de reclamação e protesto da lavoura nacional na próxima segunda-feira, em Lisboa, é um primeiro alerta para esta situação degradante. Comprometida é uma participação importante para que a situação se venha alterar. Ficar em casa é, no fundo, colaborar um pouco para que tudo se mantenha igual ou pior do que está.

Televisão

Os «ricos» e os «pobres» das telenovelas



Tudo devidamente casado, fez-se justiça, há um cheirinho de sucesso na vida a pairar no ar, os «maus» foram castigados e os «bons» receberam o prémio dos seus atributos — enfim, telenovela «Dona Xepa» encerrou os taipais.

Há quem diga que, das telenovelas brasileiras que por cá têm aparecido, «Dona Xepa» foi a pior: arrastada, figuras deficientemente caracterizadas, desinteressante. Há quem recorde que, ao fim e ao cabo, em matéria de telenovelas, isto vai de mal a pior: a seguinte é sempre pior que a anterior...

Seja como for, «Dona Xepa» mobilizou o habitual interesse do público e tudo parece indicar que, seja qual for a qualidade das telenovelas importadas da TV Globo, a coisa se repete.

É absolutamente claro que o interesse por elas despertado tem muito que ver com a questão da língua aliada a um mínimo de desenvoltura técnica e profissional. Mas há quem afirme que um aspecto importante desta aceitação reside no facto de as telenovelas se desenrolarem em torno de pessoas com as quais dia-a-dia o público se pode identificar. «Pessoas de todos os dias», diz-se, comprovando-se a conclusão pela intimidade que os personagens assumem na boca do público que delas fala. A verdade que esta afirmação contém toca em certa medida no que constitui a questão mais aguda do papel ideológico que as telenovelas assumem.

Verifique-se antes de tudo o mais que há toda uma série de questões de vida e de figuras da vida que são pudicamente afastadas do universo das telenovelas. Assim, há nas



telenovelas pessoas que trabalham. Mas trabalham em empregos ou condições bem caracterizadas: são empregadas de *boutique*, motorista particular, pequenos comerciantes num talho ou num lugar de praça, fotógrafos; as empresas que aparecem são também elas de sectores específicos — a construção civil e a especulação imobiliária, a grande ou pequena firma de advogados, o «império» jornalístico, o colégio ou a *boite*.

A todos os níveis falta nas telenovelas a presença do trabalho ao nível da produção: nem os patrões que aparecem são de uma fábrica, de uma empresa industrial, nem os trabalhadores são operários. Como não pode deixar de ser, esta púdicula ocultação dos conflitos essenciais da sociedade (ou, para falar mais claro, da luta de classes nas suas expressões mais directas) coloca os conflitos e as intrigas em torno das quais o enredo se desenvolve no campo de uma caricatura da realidade, no campo de problemas completamente secundários para os quais não há explicações que não seja a fatalista e muito conveniente conclusão cara à ideologia da resignação: é a vida...

Mas que vida?! Como caracterizar a vida se desta forma se afasta toda uma parte da realidade social, como e porquê se pretende dar um retrato da sociedade com «ricos» e «pobres», «bons» e «maus», afastando dessa sociedade o essencial da explicação do seu funcionamento. O problema é que diluindo a luta de classes, ignorando a classe operária enquanto tal, os «ricos» e os «pobres» das telenovelas surgem com características muito próprias: o que essencialmente caracteriza os «pobres». É que todos eles aspiram a ser «ricos» (embora por processos diversos) e, no fundo, não são diferentes dos «ricos». O desenlace da telenovela consiste aliás quase sempre numa mistura entre os anteriores «ricos» e «pobres», numa clara manifestação de que, na sociedade em que vivemos, afinal é possível franquear essa barreira da riqueza mediante trabalho — e algumas boas relações...

Mais ainda: os padrões de comportamento que são apresentados são perfeitamente caracterizados sob o ponto de vista de classe: a grande força de «Xepa» reside no facto de, apesar de ser pobre, se conseguir impor aos ricos — e especialmente aos que são verdadeiramente ricos (os Becker) que, com a sua aceitação, atestam (eles, ricos) a qualidade pessoal de Xepa pobre; Glória é detestável essencialmente porque presume a ser rica sem o ser e não aceita o ser pobre com a mesma consciência de ser pobre de Xepa e não tem a naturalidade de ser rica que tem Isabel. Isabel que, entretanto, é a figura



impecável porque sendo efectivamente rica (não precisa mostrar, é) «reconhece» o valor do pobre. O próprio capitalista Becker surge investido da aristocrática autoridade da riqueza: é «generoso», «responsável», «calmo»; inquieta-se com o futuro de Octávio, apoia Daniel. Que seja o patrão de trabalhadores de uma empresa capitalista — isso é que não surge de forma alguma! Naquela empresa tudo se passa em rodízios sob o manto tutelar do «bondoso» Becker: nada de salários, reivindicações ou mesmo máquinas ou fatos-macaco... tudo calmo...

Neste quadro, jamais o facto de haver ricos e pobres é posto em causa: há uma naturalidade absoluta em todo o sistema, trata-se apenas de proceder à rearrumação porque afinal há «pobres» de dinheiro «ricos» em espírito e vice-versa: o sistema está bem, há que situar melhor as pessoas. Onde, todos os projectos de vida, ambições e esforços de cada um individualmente considerados se limitam a procurar rearrumar-se dentro do sistema que, sabidamente, lhe abre ou fecha possibilidades sob tutela providencial de uma «providência» que se manifesta no proporcionar de mais dinheiro, melhores projecções sociais. Todos querem «subir na vida», mas nesta vida, nesta sociedade.

Não restam dúvidas que há uma autenticidade de vida no universo das telenovelas e que essa autenticidade explica o apreço que lhes atribuem quantos procuram na TV isso mesmo, a própria vida. Só que este universo é o de uma vida para a qual se pretende atrair as pessoas, fazê-las esquecer a que é efectivamente sua, fazê-las aceitar esquemas de trajetórias social, económica, humana e afectiva perfeita e completamente integrados num sistema social de que se ocultam as facetas mais importantes. O que, no final de «Dona Xepa» haverá a perguntar é: são as mãos corporativamente estendidas dos Beckers, os casamentos que dão promoção social, o êxito financeiro, que fazem a felicidade?

Poder local

A direita no Poder governa(-se) como pode e sabe (2)

Celorico da Beira e Valpaços são os municípios hoje na berlinda. Depois de Lisboa e Porto, obrigatórios pela sua importância a nível nacional, a dificuldade estava na escolha, tão vasto é o campo onde as incompetências e ilegalidades são o "pão nosso de cada dia" do domínio "AD" no poder local.

Celorico e Valpaços têm o "mérito" de mostrar à evidência como mesmo os casos de aparente prepotência individual de eleitos (nomeadamente no que toca a presidentes municipais) só são possíveis com a convicção das maiorias de direita que dominam tais autarquias.

Porque é possível tomar medidas para afastar os elementos que comprovadamente não servem (os que se servem!). É preciso é querer, claro.

Desde o recurso aos meios legais para punição dos infractores às leis em vigor até ao provocar de novas eleições — o último recurso sempre possível —, nada obriga as forças políticas a acarretar com o peso de indesejáveis que se teve a "pouca sorte" de escolher.

Ora acontece que não só nada disto foi feito em relação aos casos de que vamos falar, como nem sequer foi tomada qualquer posição pública em que a "AD" se distanciasse dos seus eleitos e respectivas gestões. Pelo contrário, o que se verificou foi a reeleição de elementos comprovadamente corruptos.

O que, convenhamos, não deixa margem para dúvidas quanto à moral da família "AD".

Quer duas palmadas?

— Vá para vereador em Celorico da Beira

O sentimento de posse é uma coisa complicada. Está presente no comportamento de quase toda a gente embora em graus muito diferentes.

Há quem se delicia a falar no "meu" carro, na "minha" casa, na "minha" experiência, na "minha" cultura, nas "minhas" obras. Há ainda os que enchem os ouvidos dos outros com as referências à "minha" Câmara, aos "meus" vereadores.

É o caso do presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira (Guarda) — Faria de Almeida —, dissidente do CDS desde o mês passado.

Eleito para o cargo que ainda ocupa em 1976 pelo CDS e em 1979 pela "AD", ex-deputado à Assembleia da República pelo círculo da Guarda (79), Faria de Almeida celebrou-se pela prepotência exercida sobre todos os seus mais próximos e afastados "companheiros" autárquicos.

Muito pluralisticamente a ameaça à direita

e à esquerda sem distinção. Enquanto no primeiro mandato, por exemplo, garantia — no decorrer de uma sessão — ao seu parceiro do CDS, Arlindo Neves, que havia de "ajustar contas com ele lá fora", pela gravíssima falta de discordância de pareceres, já no corrente ano ameaçava a única vereadora PS, Maria Ivone Ferreira, de lhe dar "duas palmadas" se não cumprisse uma "ordem" que lhe dera.

De assinalar a propósito a demissão daquela vereadora em Janeiro último, na sequência do referido incidente, deixando como palavras de despedida a afirmação de que na Câmara "o clima é de medo e as pessoas têm receio de falar".

O que só reforça a opinião generalizada em Celorico de que a gestão municipal é "ultra-caciqueira".

Tanto, que chegou a ser frequente ver Faria de Almeida a convocar e presidir reuniões da Assembleia

Municipal, o que é manifestamente ilegal. A utilizar a GNR local para ir a casa de outros eleitos intimidá-los para comparecerem a reuniões, como aconteceu com o vereador socialista, ou para obrigar outros a retractar-se de afirmações feitas contra a sua pessoa.

Tanto, que não hesitou em mandar a GNR, em 1979, cercar a povoação de Carvalhada e destruir um pavilhão construído com uma subscrição popular, destinado a guardar bens pertencentes à igreja. Isto depois dos restantes vereadores se manifestarem contrários à demolição.

O facto de nos recontos entre populares e GNR terem ficado feridas várias pessoas, entre as quais uma criança de treze anos, não abalou nada o cacique-mor de Celorico.

Como não o abalou o crime praticado pela mulher, Clara Faria de Almeida, que nas vésperas das últimas eleições legislativas atropelou gravemente uma

jovem socialista, pondo-se depois em fuga.

Por inconcebível que pareça o facto é que a GNR local não fez nada perante o acontecimento, sendo necessário chamar a Brigada de Trânsito da GNR da Guarda para tomar conta da ocorrência. E enquanto os trâmites da justiça correm, Faria de Almeida fala de "empolamento" dos factos, as testemunhas do atropelamento são intimidadas (o carro foi atirado para cima da jovem) e a responsável continua em liberdade.

Mas não é tudo. Precavendo-se contra possíveis manifestações contra o seu caciquismo, Faria de Almeida ensaiou um protesto "espontâneo" dos presidentes das Juntas de Freguesia do concelho que ameaçaram demitir-se se lhes tirassem o chefe.

Após uma misteriosa vinda a Lisboa, Faria de Almeida convoca os presidentes das Juntas para lhes falar da sua demissão, ao mesmo tempo que avança com a infor-

mação de que "os ministros lhe tinham pedido para ficar". Plenário de Juntas de Freguesia (ou de presidentes?), eleição de uma "comissão representativa" e tudo a postos para uma conferência de imprensa.

E quem preside ao encontro com a Informação? Faria de Almeida! Críticas às

Sabia que...

A "AD" roubou em 1980 vinte e cinco milhões de contos às autarquias e lhes "emprestou" depois cinco milhões a juros de 17%?

críticas que lhe foram feitas pela imprensa regional e nacional; rasgados elogios ao "autarca" de Celorico e a ameaça de demissão de todos... se não ficasse tudo na mesma.

No mesmo dia, 5 de Janeiro de 1981, Faria de Almeida anuncia que abandona o CDS, embora se mantenha na "área do programa político da AD". Amigos como dantes!



Vereadoras do PPD construíram as suas casas à custa de dinheiros públicos destinados à recuperação de imóveis degradados. É caso para dizer que em Valpaços a degradação é outra...

Valpaços

— o paraíso dos compadres

Valpaços. Sobrinho de Moraes. PPD. Apropriação de verbas do Fundo de Fomento de Habitação. Compadrios de toda a espécie.

Falem-nos de Valpaços e aí estamos a lembrar estas coisas todas que deram volta ao país, mais aqueles títulos gordos do "Povo Livre" onde altos dirigentes do PPD clamavam a sua solidariedade com Sobrinho de Moraes.

E no entanto vamos esperando que os tribunais se pronunciem sobre a responsabilidade criminal daquele Sobrinho mais que afilhado na realização das muitas irregularidades registadas na autarquia de Valpaços) distrito de Vila Real.

Como a resposta tarda — os tribunais às vezes são mesmo assim — vão-se sabendo cada vez mais podres duma gestão que já trespassa. Quem conta é o ex-chefe de secretaria do

entrega empreitadas a quem mais lhe agrada; faz obras que não constam do plano de actividades, etc., etc., etc.

Com a cumplicidade e subserviência do executivo "AD". Claro!

Dando um pouco de ordem à desordem que se vive em Valpaços lembra-se que tudo começou com o escândalo do aproveitamento ilegal de verbas do FFH, por familiares e amigos do senhor Sobrinho, destinadas ao PRID (recuperação de imóveis degradados).

Em traços largos o golpe foi assim: armando-se em proprietários de prédios degradados, prestando falsas declarações quanto aos rendimentos auferidos e outras, os ditos, com a convicção de Sobrinho Moraes, receberam verbas destinadas ao PRID (concedidas na forma de empréstimo com juros mínimos) e utilizaram-nas a seu bel-prazer em prejuízo dos verdadeiros necessitados.

Foi o despoletar da bomba. A partir daí tomam-se do domínio público as prepotências do cacique na presidência, que censura as actas das sessões para que nelas não sejam incluídas as acusações de que é alvo.

Sabe-se que a Assembleia Municipal não funciona graças às faltas sistemáticas dos eleitos do PPD, que provocando a falta de "quorum" impedem a discussão dos graves problemas do município, como por exemplo a catastrófica situação financeira.

Refira-se a propósito que os credores já fazem bicha na tesouraria da Câmara, que os negociantes deixaram de "fiar" ao município, que o relatório e contas de 1979

não foi apresentado. Só à Petrogal, Valpaços devia naquele ano sete mil contos!

Falando de verbas, vem a talhe de foice a famigerada história do "Plano alemão". Nós contamos. Um belo dia, Sobrinho de Moraes propõe à Câmara a compra de máquinas ao empreiteiro Américo Duarte, dado que o coitado se queria ausentar e tentar a vida noutro lado. Por treze mil contos, em três prestações, fechava-se o negócio.

O primeiro pagamento seria de um terço daquela verba no acto da escritura. Acordo da edilidade e chega-se ao dia da escritura. Não havia dinheiro, mas isso pouco importa. Sobrinho assina uma declaração de dívida de cinco mil contos (mais que o estipulado) e fecha-se o negócio.

Só que o empreiteiro não se foi embora. Ficou e aproveitou para comprar máquinas novas.

Mas como a Câmara ainda não lhe pagou — e as coisas são mesmo assim, amigos amigos, negócios à parte — Américo Duarte foi à Assembleia Municipal chamar que Sobrinho de Moraes lhe deve mais de dezanove mil contos.

Acresce que entretanto o empreiteiro já recebeu mais de uma dezena de milhar de contos da Junta Autónoma das Estradas para obras feitas com máquinas, pessoal e material da Câmara!

Um paraíso, aquele município.

Que o diga, por exemplo, o vereador que vendeu à Câmara, em nome da mulher (o que é ilegal) material no valor de quinhentos contos. Cortinas, segundo a factura. Que por sinal ainda nem sequer chegaram...

Um clube em construção

Isto aqui era um viveiro de ratos, com coelheiras e galinheiros, mais umas hortas que eram a «zona verde» cá do sítio. Quando metemos as máquinas no terreno os ratos eram aos milhares por todo o lado. Agora isso acabou.

As palavras são de Américo Carvalho, da direcção do «Santos Futebol Clube da Venda Nova», que com legítimo orgulho recorda como era antes o terreno onde agora constroem os primeiros balneários para os seus jogadores e descreve, com palavras de futuro, o parque infantil que em breve ocupará o espaço ainda cheio de tijolos, cimento, areia e vigas de aço. Trata-se da primeira obra

de vulto do Clube após dezanove anos de vida mais ou menos pachorrenta «antes do 25 de Abril era só bola» —, numa notável recuperação de vitalidade.

Para já trabalha-se na construção do balneário, ringue de jogos e parque infantil, com inauguração prevista para 12 de Abril, aniversário do Clube. Numa segunda fase serão os balneários públicos (muitas das casas do bairro não têm casa de banho), a biblioteca e a grande vontade de conseguir um centro de convívio para reformados e idosos.

O total da obra está orçado em cerca de quatro mil contos. Onde se vai desenterrar o dinheiro? António José da Silva,

membro da Assembleia Geral, começa a contar: «Depois de 1975 começámos a fazer diligências junto da Câmara Municipal de Oeiras (a Amadora ainda não era concelho) e o que conseguimos foram promessas. Andámos naquela via sacra e nada, até que a Amadora passou a município».

Só com esta Câmara o projecto foi para a frente — interrompe Américo Carvalho —, que eu embora não seja da APU reconheço que eles são muito mais activos e interessados.

Conseguido o terreno, apoio técnico e maquinaria camarária, elaboraram-se projectos, removeram-se terrenos e tratou-se de angariar fundos junto da população. Paralelamente,

tocaram as portas usuais para pedidos de apoio: Gulbenkian, FAOJ, Direcção Geral dos Desportos.

Que nós só precisamos de dinheiro para materiais, dizem-nos, pois para mão-de-obra não é preciso; é tudo feito pela população, há cá especialistas de tudo. O Joaquim José, que também é da direcção do Clube, é o nosso empreiteiro. Só que aqui a empreitada é outra, sem lucro pessoal mas muito ganho colectivo.

Após certos são os da população, da Câmara e da Junta de Freguesia da Venda Nova. Na medida das nossas posses, como diz o camarada Joel, presidente da Junta, que não são lá muito grandes. Para já

aprovamos uma cedência de cinquena contos e os aparelhos para o parque infantil correm por nossa conta. Mais tarde se verá...

O «Santos Futebol Clube» vai pois de vento em popa. Mas muito há ainda por resolver. A sua sede continua a ser uma sala emprestada por um Café local, onde as secções de futebol e hóquei reúnem separadamente, que todos juntos não cabem. A prática consequente de xadrez, atletismo, caravanesmo, etc., são ainda projectos de futuro.

Lá iremos — dizem. Cada coisa a seu tempo. O que importa agora é que a população vai dispor de uma zona verde, as crianças um parque, os desportistas instalações, uma biblioteca para todas as idades.

Câmara de Santa Cruz

— perguntas há muitas, respostas é que não!

O que se passa na Câmara Municipal de Santa Cruz, na Madeira? Segundo o respectivo presidente, ninguém tem nada com isso.

O mesmo não pensam os munícipes, nem a Comissão Concelhia da APU, que não obtendo resposta às suas interrogações veio a público com alguns dos muitos problemas que preocupam a população de Santa Cruz, onde faltam as obras e sobram as ilegalidades.

Trata-se de saber, por exemplo, quem controla as saídas de cimento emprestado pela Câmara a certos municípios, segundo critérios ignorados da generalidade da população; ou ainda, como é possível que funcionários da Câmara usem as máquinas da edilidade para elaboração de panfletos de apelo ao voto no PPD!!!

De assinalar que o inquérito sobre este assunto (tantas foram as reclamações) permanece no segredo dos «chefes».

Há ainda o caso de um certo cilindro comprado pela Câmara por cerca de quatro mil contos e que nunca foi utilizado, constando agora que se encontra emprestado à empresa «Tâmega», com

o operário manobrador e tudo. Verdade? Mentira? O presidente não confirma nem desmente.

E ainda um outro caso de uma máquina britadeira situada na Ribeira de S. João, avariada, ao que consta por utilização incompetente, e posteriormente cedida, por proposta do presidente da edilidade, à firma Joaquim Francisco dos Santos que a explorará em benefício da empresa com a contrapartida de venda à Câmara de excedentes de brita com o desconto de 10%.

A negociata era tão evidente que metade dos vereadores propôs que o desconto fosse de vinte e não de dez por cento.

A presidencial indignação não teve limites (não se tratam assim os compadres) e o voto de qualidade fez vingar o desfalque do município.

E já que se fala de brita cabe perguntar para onde vai a que sai do Caniçal em camiões da Câmara, facturados para o caminho das Levadas, que curiosamente está parado há muito tempo. Para onde vai a brita? Mistério.

Na Madeira de Jardim, o PPD põe e dispõe como bem entende. Leis? Cada chefe tem a sua e a mais não se sente obrigado.

Prestação de contas aos munícipes? Nunca! Só à Assembleia Municipal,

onde o domínio é (adivinhem), do PPD. Tudo muito bem escondido, em família.

Quem já não vai achando graça é a população, que se começa a interrogar: «Foi para isto que votámos no PPD?»

Outra pergunta sem resposta refere-se ao subsídio de seis mil contos prometido pelo Governo Regional à Câmara Municipal de Santa Cruz, para a realização de obras prioritárias. Foi em 10 de Julho do ano passado, com eleições à porta.

Mais de meio ano passado, as obras prioritárias continuam a aguardar melhores dias.



Se Sobrinho Moraes continua em Valpaços é porque a «AD» o quer. Um presidente à sua imagem

História

FERNÃO LOPES – O HOMEM E A ÉPOCA (1)

José Paulo Oliveira

Iniciamos hoje a publicação de uma série de artigos sobre a figura, a vida, a obra e a época de Fernão Lopes, destacado historiador e cronista português do século XV. Homem que participou de forma activa na vida política e social da época — fortemente marcada pelas consequências de uma crise nacional — Fernão Lopes constitui um marco fundamental na cultura e na História do nosso país. Ele avança, sem dúvida, com um novo estilo para «fazer a História», uma nova forma de compreender e narrar as tensões, as lutas, as características e os objectivos de uma sociedade à conquista de novos rumos. Autor de vasta obra que reflecte uma nova mentalidade, porta-voz dos anseios de uma classe que ainda não está completamente definida — a burguesia —, patriota interventivo, Fernão Lopes foi um investigador entusiasmado do sentimento da «arrata-miúda», que tão calorosamente descreve, orientando os seus esforços na busca da «clara certidom da verdade».



O cronista Fernão Lopes, figura destacada na consolidação da dinastia de Avis.

Não se sabe ao certo a data de nascimento de Fernão Lopes. A maior parte dos autores que abordam o problema apontam para um período entre 1380 e 1390. Facto certo é quem em 1418 já ocupava funções públicas de responsabilidade. Nos finais desse ano terá tomado posse do cargo de coordenador do Arquivo Real (Arquivo da Torre do Tombo), substituindo Gonçalo Gonçalves. Entretanto, é passados dois anos que o cargo de escrivão dos livros do Infante D. Duarte.

No ano seguinte, chega a escrivão dos livros de D. João I. Foi ainda «escrivão da puridade» (secretário particular) do Infante D. Fernando, a quem serviu desde Setembro de 1422 até à sua partida para o Norte de África (onde viria a ficar cativo). Em 1434 D. Duarte terá encarregado Fernão Lopes de «pôr em crónica» a História dos reinados de todos os monarcas portugueses que tinham governado até à época.

Como recompensa dos seus trabalhos, é-lhe facultada uma «tanga» anual de 14 mil reais, que seria mais tarde aumentada, além do título de «vassallo d'El-Rei», frequentemente atribuído a personagens da nobreza. Os historiadores salientam, contudo, a condição vilã de Fernão Lopes, nascido em Lisboa ou arredores, homem com alguma formação cultural.

Além de escrivão dos livros régios, chamava a si a tarefa de notário. Seria, aliás, no desempenho deste cargo que, em 18 de Agosto de 1437, lavra o testamento do Infante Santo (D. Fernando), no qual lhe é atribuída a quantia de 50 mil reais.

Homem afecto à Casa Real, figura destacada no círculo cultural da época, Fernão Lopes, como veremos posteriormente, nunca deixou de conviver com as camadas populares e os sectores da pequena burguesia, de quem dá riquíssimas descrições.

A 11 de Janeiro de 1449, D. Afonso V assina um documento pelo qual o cronista receberia até ao fim da sua vida uma pensão mensal de 500 reais, a ser paga na cidade de Lisboa.

O seu cargo na Torre do Tombo foi cedido a Gomes Eanes de Zurara em 1454; pensando-se que talvez já antes a função de redigir

as crónicas lhe pertencesse também ou por incapacidade de Fernão Lopes ou por afastamento «político» (voltaremos ainda a este assunto).

A data da morte do cronista é igualmente desconhecida. Sabe-se que ainda vivia em 1459, pois em 3 de Junho desse ano contestava a legitimidade dum neto, seguindo por autorização real deserdá-lo e dispor dos seus bens.

Todos estes factos terão influenciado o carácter e o estilo dos trabalhos do cronista que, devido ao seu método de investigação (fontes diversificadas, escritas e orais) e ao seu entusiasmo como cidadão activo e influente na época, conseguiu dar ao leitor imagens históricas de grande vivacidade com relatos, comentários, descrições, ideias e críticas.

Do seu longo trabalho chegaram até nós a «Crónica de El-Rei D.



D. João I: a sua acção na crise de 1383/85, então Mestre de Avis, e mais tarde como monarca seria entusiasticamente descrita por Fernão Lopes.

Damião de Góis afirma na sua «Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel» (vol. IV, p. 95) que tinha «Fernão Lopes escritas e acabadas todas as Crónicas do Reino; começando do Conde D. Henrique até à de El-Rei D. Duarte, fazem em número dez, mas como se lhe roubou o louvor de tamanho trabalho julgue-o quem o bem entender».

Entramos aqui num ponto polémico, que ainda nos nossos dias os historiadores portugueses abordam muito cautelosamente. O «alerta» lançado por Damião de Góis põe em causa um conjunto de questões muito importantes: a totalidade da obra de Fernão Lopes, a honestidade de cronistas posteriores (Zurara, Rui de Pina, Duarte Galvão), o eventual interesse da classe dirigente, posterior a D. João I, no afastamento ou na marginalização gradual do cronista, etc.

Pela nossa parte, vamos apenas sublinhar o valor de dois importantes documentos que poderão lançar algumas ideias sobre o problema. Trata-se de duas cópias (datadas do século XVII) de manuscritos do século XV: o código da Biblioteca Pública do Porto e o código da Casa do Cadaval. O primeiro referencia as Crónicas dos soberanos de Portugal até D. Afonso III inclusive. O segundo integra as mesmas Crónicas, acrescidas das de D. Dinis e D. Afonso IV. Esta última, integrando alguns textos de Pina, teria sido elaborada por um infante de Portugal e somente a partir de 1919, como reza o próprio

documento (código da Casa do Cadaval).

Gomes Eanes de Zurara diz que Fernão Lopes havia sido indigitado por D. Duarte (ainda Infante) para escrever as Crónicas dos Reis de Portugal. E Zurara vai mais longe: a obra de Fernão Lopes seria constituída por dois volumes, incluindo o relato do governo do Conde D. Henrique. Crê-se, portanto, que tais crónicas sejam da autoria de F. Lopes, que, assim, as teria escrito por iniciativa de D. Duarte, sendo este erradamente mencionado no manuscrito como seu autor.

Por outro lado, Fernão Lopes ao referir-se à sua obra no tocante aos primeiros reinados confirma as informações dos dois códigos. As Crónicas terão sido aproveitadas, reescritas e atualizadas no século XVI por Rui de Pina e Duarte Galvão. Este último limitou-se a copiá-las, cortando e acrescentando capítulos da sua autoria na Crónica de D. Afonso Henriques.

Também bastante polémica é a revelação feita por Damião de Góis ao reivindicar para Fernão Lopes não só as Crónicas dos reis de Portugal que se atribuem a Rui de Pina, incluindo a de D. Duarte, como também a terceira parte da Crónica de D. João I (de Zurara).

De facto, as interrogações não ficam por aqui. Um exemplo: consta que na biblioteca de D. Duarte existia um exemplar dum Crónica de Portugal e além da referência que lhe é feita na lista dos livros daquele monarca, existem outras alusões à obra. Afirma Gomes Eanes de Zurara no último capítulo da «Crónica do Conde D. Pedro de Meneses»: «... No mês de Agosto desta era (1437) passaram os infantes em Ceuta, por ir sobre Tânger, como de feito foram, segundo podés ver na Crónica Geral do Reino».

Prova-se assim que de facto existia no terceiro decénio do século XV um documento em forma de Crónica alusivo à História geral do país, incluindo já os acontecimentos do reinado de D. Duarte (por exemplo: a expedição a Tânger). Terá sido Fernão Lopes o autor desse trabalho embora, alvo de ataques por um cronista mais afecto à classe dirigente da altura? Há autores que assim consideram. No entanto, a dúvida aqui fica.

Certo é que Fernão Lopes redigiu as Crónicas de D. Pedro, D. Fernando, e D. João I (primeira e segunda partes). Para o desempenho dessa tarefa teve ao seu alcance todo o material arquivístico da Torre do Tombo, designadamente os livros de chancelaria desde D. Afonso II e provavelmente memórias já compiladas de reinados anteriores a D. Pedro.

(No último artigo dedicado a este tema publicaremos a lista completa da bibliografia consultada. Na próxima semana serão abordados alguns aspectos relacionados com as fontes a que recorreu o cronista e o contexto social e cultural em que se integrou).



Democracia é também a activa participação dos trabalhadores em todos os aspectos da vida das empresas

Países socialistas

A democracia socialista nas empresas da Hungria

Muito se fala hoje dos sindicatos nos países socialistas. E há quem se esforce por demonstrar que, no capitalismo, os sindicatos, e assim os trabalhadores, têm mais amplas liberdades. Esta «demonstração» é feita através da pura e simples deturpação e encobrimento dos factos, através de uma abusiva assimilação de funções dos sindicatos no socialismo e dos sindicatos no capitalismo.

Mas os exemplos concretos mostram que os sindicatos de países socialistas são bem diferentes dos sindicatos de países capitalistas. São a expressão da participação activa dos trabalhadores na empresa, distribuída em todas as actividades e em todos os aspectos da vida das empresas.

Em Dezembro do ano findo, realizou-se o 24.º Congresso dos sindicatos húngaros. Na sua resolução final afirma-se: «A construção da sociedade socialista é também a causa dos quatro milhões e meio de trabalhadores organizados, representados pelo movimento sindical. Daí a dupla função dos sindicatos: por um lado, organizar e educar os trabalhadores tendo em vista a defesa e o reforço do poder operário, aumentar o potencial político, económico e cultural da sociedade e, por outro, ajudar a controlar a satisfação dos interesses materiais, sociais e culturais dos trabalhadores, defender os seus direitos, estipulados nas leis e decretos e representar os seus interesses».

Esta dupla função é já partida a clara ilustração da amplitude dos direitos dos trabalhadores em Estado de trabalhadores.

A prática confirma os princípios estabelecidos.

São muito amplas as prerrogativas dos delegados sindicais. Sem a sua aprovação nada se decide relativamente a salários e prémios, condições de

vida e de trabalho dos trabalhadores da empresa, distribuição das somas consignadas aos objectivos sociais e culturais. A que se junta o direito de veto quando está em causa a aplicação de qualquer medida que possa violar as leis ou a moral socialista. Sem a participação dos conselhos sindicais não há planos económicos.

A quase totalidade dos trabalhadores das empresas participa de facto na elaboração e debate de tudo o que se passa no seu local de trabalho, através das reuniões com os grupos sindicais. Muitas dessas reuniões estão bem longe de ser pacíficas: as discussões surgem, trazendo a diversidade de interesses e preocupações. Por exemplo, quando se trata de votar quais as somas a serem dedicadas à cantina ou à ajuda para a construção de apartamentos, as opiniões dividem-se. Democracia na empresa quer dizer isso mesmo: dar a compreensão e a solução colectiva a questões que são de todos e de cada um.

Confronto de opiniões

Entre as várias expressões de democracia na empresa, as decisões comuns do conselho sindical e dos delegados têm um lugar de destaque: é nessas reuniões que se decide as posições essenciais relativas

aos planos e actividades da direcção. Nelas se decide igualmente a conclusão dos contratos colectivos e dos planos sociais, ou seja, a forma de distribuição dos fundos para a cultura, o desporto e as necessidades sociais.

Esta activa consulta dos trabalhadores quanto aos planos anuais e à acção da direcção da empresa (que inclui a sua crítica) tem dupla função e duplas consequências. Por um lado os trabalhadores exigem o rigoroso controlo, ao longo do ano, da situação da empresa, dos ritmos de produção, do seu desenvolvimento global. Por outro, esta participação dos trabalhadores dá aos dirigentes da empresa a base para a direcção efectiva, de acordo com as normas que a sociedade, no seu todo, impõe. Porque os trabalhadores sabem que tal imposição da sociedade significa uma melhoria das suas próprias condições de vida.

A democracia socialista — e também no que respeita aos sindicatos e locais de trabalho — não se mantém estática. Evolui, aprofundando-se e ampliando-se. A activa participação, o debate entre os trabalhadores quer quanto aos planos de produção, quer quanto aos seus interesses específicos enquanto trabalhadores, leva a uma crescente identificação dos trabalhadores com as suas tarefas. A participação real na gestão da empresa — apanágio do socialismo — acentua simultaneamente os direitos dos trabalhadores, a melhoria das suas condições de vida — ou se quiserem, a qualidade de vida —, e o seu sentido de responsabilidade.

República da Coreia define os caminhos da reunificação

Há 35 anos que os EUA mantêm a Coreia do Sul em autêntico regime de colonato, exercendo o controlo do território quer através de criminosas ditaduras militares de perfil fascistoide e encabezadas por títeres dóceis às orientações de Washington, quer ainda com o estacionamento permanente no país de poderosos efectivos militares norte-americanos.

Paralelamente tanto os EUA como os regimes ditatoriais por eles apoiados e mantidos no país têm desenvolvido esforços na perpetuação da teoria das «duas Coreias», monstrosidade nacional que apenas serve os interesses imperialistas norte-americanos e se defronta, em vigor crescente, com a decidida oposição do povo sul-coreano.

Essa oposição tem sido esmagada com a típica bestialidade fascista, como aconteceu em Outubro passado durante a sublevação popular nas principais cidades do país, com particular destaque para a cidade de Kwangju, onde os patriotas sul-coreanos, revoltados contra a ditadura militar e o colonialismo norte-americano, se ergueram em armas. A sublevação foi aniquilada pelo Exército, deixou um rasto de sangue de muitos milhares de mortos, muitos outros milhares de presos e abriu caminho à declaração de estado de emergência em todo o território.

A reunificação do país é uma necessidade sentida por todo o povo coreano, tanto o que vive na República Popular Democrática da Coreia como o que se encontra agrihoado, no sul, pelos interesses imperialistas norte-americanos. A evidência salta aos olhos do mundo, tomando-se cada vez mais insustentável, por parte dos EUA e os seus fantoches, a defesa da teoria das «duas Coreias». Daí que procurem manter ao longo da Linha de Demarcação Militar que impôs a divisão do país uma permanente tensão, que faz pairar sobre a região do país uma permanente tensão, que faz pairar sobre

a região uma constante ameaça de guerra. Daí que o regime sul-coreano cresce em repressão e políticas secretas, transformando a região num autêntico Estado policial.

Proposta da RPD da Coreia

A República Popular Democrática da Coreia tem desenvolvido incansáveis esforços para a reunificação do país, mostrando claramente o seu empenho pacífico e patriótico em resolver a dramática situação em que este se encontra. Essas diligências apontam para a vontade de evitar a todo o custo uma luta fratricida e a procura da reunificação da Pátria por via pacífica.

No VI Congresso do Partido do Trabalho da Coreia realizado em Pyongyang, o secretário-geral do Partido e presidente da República Popular Democrática da Coreia, camarada Kim Il Sung, apresentou um projecto sobre o estabelecimento de uma República Federal Democrática da Coreia, onde o Norte e o Sul se reuniram na base do reconhecimento e tolerância recíprocos das ideologias e regimes existentes. Esse projecto foi acompanhado por uma orientação política em dez pontos para esse Estado unificado, que passamos a transcrever.

- 1.º — A República Confederada Democrática da Coreia deve manter com firmeza a independência em todas as esferas da actividade estatal e aplicar uma política independente.
- 2.º — A República Confederada Democrática da Coreia deve implantar a democracia em todo o território do país e em todas as esferas da sociedade e promover a grande unidade da nação.
- 3.º — A República Confederada Democrática da Coreia tem de efectuar a colaboração e o intercâmbio económico entre o Norte e o Sul e assegurar o desenvolvimento

independente da economia nacional.

- 4.º — A República Confederada Democrática da Coreia deve realizar o intercâmbio e a colaboração entre o Norte e o Sul nas esferas científicas, cultural e educativa e desenvolver de maneira unificada as ciências e a técnica do país, a cultura, a arte e o ensino nacionais.

- 5.º — A República Confederada Democrática da Coreia deve restabelecer o serviço de transportes e comunicações, agora interrompido, entre o Norte e o Sul, e assegurar o emprego livre dos seus meios à escala de todo o país.

- 6.º — A República Confederada Democrática da Coreia deve velar pela estabilização da vida dos operários, camponeses e outras massas trabalhadoras, enfim, de todo o povo, e fomentar sistematicamente o seu bem-estar.

- 7.º — A República Confederada Democrática da Coreia deve eliminar o estado de confronto militar entre o Norte e o Sul, organizar um Exército nacional unido e defender a nação da agressão estrangeira.

- 8.º — A República Confederada Democrática da Coreia deve defender e proteger os direitos e interesses nacionais de todos os compatriotas coreanos no estrangeiro.

- 9.º — A República Confederada Democrática da Coreia deve tomar disposições justas quanto às relações do Norte e do Sul, contraídas com outros países antes da reunificação, e coordenar de forma unificada as actividades externas dos dois governos regionais.

- 10.º — A República Confederada Democrática da Coreia, como um Estado unificado que representa toda a nação, tem de desenvolver relações de amizade com todos os países do mundo e praticar uma política externa amante da paz.

Desporto

Ser campeão

No centro dos debates desportivos travados entre o chamado grande público surge com frequência o tema «desporto de alta competição», à volta dele se tecendo muitas vezes desencontradas opiniões. O facto, porém, é que esse desporto existe, e é precisamente sobre ele que incide a atenção prioritária desse «grande público», muito mais sensível aos feitos atléticos dos outros do que, infelizmente (mas não por culpa própria), ao desporto e à cultura física enquanto prática social desenvolvida na primeira pessoa.

É no desporto de alta competição que surgem os grandes campeões, os atletas e as equipas que enchem manchetes dos jornais e correm as bocas do mundo. E, no entanto, que significa ser campeão? As vitórias no desporto de alta competição esgotar-se-ão (deverão esgotar-se) nos aplausos do público, nas taças e nas medalhas? Terão (podirão ter) os campeões alguma função social?

A estas importantes questões vem responder-nos, em forma de livro, Jorge Miguez Araújo, treinador de basquetebol do Futebol Clube do Porto, vencedor do Campeonato Nacional e da Taça de Portugal em 1978/79, numa obra («Ser Campeão», Editorial Caminho) em que o saber e a experiência do autor são enquadrados numa perspectiva global do fenómeno desportivo propiciadora de uma visão que supera o «simples» domínio dos aspectos técnicos.

Estes, os aspectos técnicos, constituem o núcleo central do livro — prefaciado com um pequeno mas significativo texto de Teotónio Lima, conceituado técnico e respeitada figura do desporto nacional —, escrito com o objectivo fundamental, e que nos parece amplamente alcançado, de «poder vir a constituir um documento de trabalho e reflexão, não só útil à generalidade dos treinadores portugueses de basquetebol como ainda aos dirigentes, árbitros, atletas e público afecto à modalidade, para quem contribuir para o progresso e desenvolvimento futuro desta seja motivo de preocupação e interesse».

Jorge Miguez Araújo descreve pormenorizadamente os principais aspectos do trabalho realizado com a sua equipa nas

duas últimas épocas, pondo nomeadamente a tónica nos processos menos usuais nas equipas portuguesas da modalidade, desde a metodologia do treino à organização do respectivo departamento do clube.

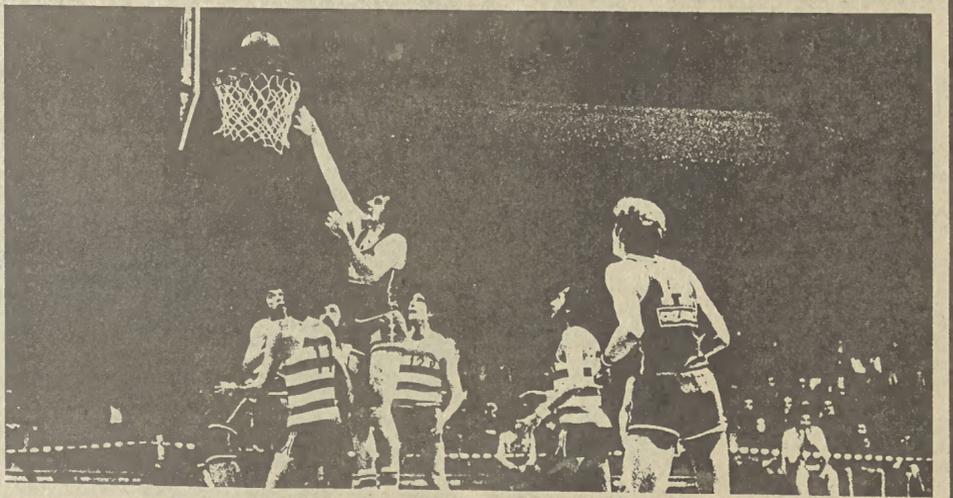
Mas o autor, sendo um técnico desportivo, um profissional do desporto, assume-se também como um cidadão situado, como se costuma dizer, aqui e agora. Daí que seja ele próprio a levantar as questões acima formuladas, e aliás sugeridas no título de obra, e a responder-lhes de uma forma clara e inequívoca.

E escreve: «Em nossa opinião, ser campeão é algo que só valerá a pena se, no momento de o sermos, conseguirmos reconhecer que, para tal, não nos limitámos a estar ao serviço de nós próprios, mas sim e em especial de uma intenção global de, também através do esforço realizado, termos sido úteis à sociedade e ao meio desportivo em que se processa a nossa acção».

Mais: «O desporto de alta competição não só deve constituir um modelo óptimo de prática desportiva como chamar a si uma determinada função motivadora da sociedade em geral, para a prática democrática e democratizadora da generalidade das actividades inerentes à cultura física e ao desporto».

Claro que Jorge Miguez Araújo reconhece que, no concreto, a alta competição no basquetebol português (e a situação, bem o sabemos, é extensiva a outras modalidades) em pouco ou nada cumpre com a sua função social, num tempo e numa sociedade «em que se torna evidente a recuperação da ganância exploradora do antigamente, em detrimento da colocação de todos os seus mecanismos e estruturas ao nosso serviço e ao serviço da cultura e do desporto em geral».

Mas a constatação deste facto — e o autor sublinha-o e exemplifica-o, no sector específico do basquetebol — não deve conduzir os activistas do desporto ao immobilismo: no seu próprio sector de actividade, mesmo no campo do estrito profissionalismo desportivo, abre-se um vasto terreno de luta pela dignificação e promoção do desporto, visto que este, se é certo ser um produto e um reflexo do todo social em que se insere, não deixa de ser ao mesmo tempo um meio e um instrumento capaz de contribuir para a transformação da sociedade.



pequena biografia de



FRIEDRICH ENGELS

por EVGUÉNIA STEPÁNOVA

Preço 90\$00

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

edições Swante!

a distribuição

SEMANA Internacional

4 Quarta-feira



Chile: mais uma "força especial".

Rádio Moscovo afirma que a intenção manifestada pela administração Reagan de retomar o projecto do fabrico da bomba de neutrões para instalar na Europa Ocidental, diminui de modo alarmante as perspectivas de paz.

5 Quinta-feira

A greve de 24 horas convocada pelos principais sindicatos na Bélgica, em protesto contra a política de contenção salarial do governo, paralisa os transportes públicos e a indústria da Bélgica.

6 Sexta-feira



O secretário de Estado norte-americano Alexander Haig recua da posição belicista assumida pelo secretário da Defesa, Caspar Weinberger, sobre a produção da bomba de neutrões; desautorizando Weinberger, o secretário de Estado norte-americano envia uma mensagem aos governos dos países da NATO...

7 Sábado

O assassinio de um engenheiro de uma central nuclear levado a cabo pela ETA suscita uma condenação sem precedentes em todo o País Basco.

8 Domingo



Olof Palm, ex-primeiro-ministro e dirigente social-democrata sueco, afirma em Viena de Áustria que incrementa a corrida às armas e produzir a bomba de neutrões aproxima a Humanidade cada vez mais de uma catástrofe.

9 Segunda-feira

Inicia-se na capital Indiana a conferência dos ministros dos NE dos Países Não-Alinhados, com as insistentes à unidade para que o movimento mantenha a sua eficácia.

10 Terça-feira

O presidente iraniano Bani-Sadr afirma em Teerão que o seu país ainda não conseguiu adquirir as armas de que precisa para derrotar rapidamente o Iraque.

Internacional

Não às armas nucleares

Na sua primeira conferência de imprensa, o actual secretário de Defesa norte-americano, Caspar Weinberger, declarou que Washington estaria interessado em utilizar a bomba de neutrões. O secretário de Estado, Haig, que aliás em 1977 se mostrou um dos grandes defensores da produção da bomba de neutrões, apressou-se a enviar uma mensagem aos governos dos países membros da NATO...

Entretanto, ninguém parece ter sentido qualquer dificuldade em acreditar em Weinberger, a começar pelos próprios aliados dos EUA.

A Noruega e a Suécia anunciaram imediatamente a sua oposição à produção e instalação daquela arma na Europa.

Estas posições assumidas por países membros da NATO são muito significativas. Por um lado, traduzem o repúdio dos povos destas nações pela corrida aos armamentos, em particular no domínio nuclear, e o temor de alguns dirigentes burgueses pelo acentuar das tensões sociais na Europa capitalista.

Não-alinhados reúnem em Nova Delhi

Preocupação central - a unidade

Abriu no dia 9 em Nova Delhi a Conferência dos Ministros de Negócios Estrangeiros dos Não-Alinhados. Como uma preocupação central: a unidade do Movimento face às pressões no sentido de dividir um conjunto de países que têm alinhado objectivamente com as forças progressistas mundiais.

«A mensagem da nossa conferência deve ser clara e enérgica, o movimento não-alinhado não mudará nem os seus princípios nem os seus objectivos» - declarou o ministro cubano Isidoro Malmierca, que acrescentou que o movimento não-alinhado deve preservar «a sua solidariedade militante, junto com outras forças progressistas, com todos aqueles que enfrentam a ameaça de intervenção imperialista ou lutam pelos seus direitos».

Movimento comunista

Situação política de Israel em véspera do Congresso do PCI

Começaram hoje e deverão prolongar-se até dia 14 - os trabalhos do XIX Congresso do Partido Comunista de Israel. A decisão da realização deste Congresso foi tomada na XXI sessão do Comité Central e da Comissão central de controlo do Partido Comunista de Israel, realizada em Julho de 1980.

«Assim, submeteu à discussão no Knesseth (Parlamento) leis como as sobre «a protecção da propriedade privada» e «sobre os partidos», e prepara igualmente uma lei antiperfídia ligada à protecção da saúde dos trabalhadores. Para além disso, o Poder elabora uma lei fascista de acordo com a qual a luta política por uma paz justa baseada no respeito dos legítimos direitos do povo palestino e do reconhecimento da OLP será considerada como um crime de direito comum, a pretexto de que esta luta se identificaria com «a participação ou o apoio a organizações terroristas».

«Apoiado no Knesseth pelo bloco Maarakh (bloco parlamentar constituído pelo Partido Trabalhista de Israel e pelo Partido Operário Unificado, o governo Likud conseguiu fazer votar uma lei racista e antidemocrática pela qual dezenas de milhares de Beduínos do Negev foram privados das suas terras, expulsos das suas casas e metidos em ghettos. O CC do PCI protesta enérgicamente contra a existência de uma lei que permite tais actos e declara a sua solidariedade com a luta dos habitantes do Negev e com toda a população árabe de Israel, contra a política de expulsão, de roubo de terras e de opressão; solidariza-se com a luta pelo direito à terra e a legalização de direitos em todos os domínios.»



Uma vez mais em aberta contradição com os interesses do povo português.

A questão das armas nucleares, e entre elas a bomba de neutrões, diz-nos respeito a todos nós, por uma razão muito objectiva: em caso de conflito pode ser atingido não só a totalidade do território do país que as detém, como os países que estejam no seu trajecto.

A posição do Governo AD

Enquanto se assiste a esta posição de pelo menos reserva em relação à hipótese de um relançamento da bomba de neutrões e vários países europeus membros da NATO recusam a instalação de armas nucleares nos seus territórios, uma excepção salta à vista - o Governo português.

Por que lei? Por que acordos? Acordos e leis pelo vistos diferentes das que se referem aos outros países da NATO. Acordos e leis não só opostos aos interesses do povo português como completamente ignorados por todos nós.

«Tais acções representam, no seu conjunto, uma ofensiva antidemocrática que se vem a acentuar, porque a política governamental perde de forma irreversível o apoio da opinião pública e soma cada vez mais fracassos.»

«O CC do PCI exprime igualmente a sua preocupação em relação à perscruição de que são objecto os militares que se recusam a prestar serviço nos territórios ocupados, por divergências ideológicas e do partido a que estejam ligadas. Uma ampla unidade antifascista, uma luta decidida contra a política e as medidas antidemocráticas do Poder, contra os elementos fascistas, eis o que é necessário para afastar o perigo fascista.»

«O Comité Central sublinha que as bases do fascismo estão nos interesses de classe dos grandes capitalistas e dos elementos chauvinistas, na ocupação dos territórios árabes. Esta ocupação conduz à crise económica, social e moral, à degradação do nível de vida dos trabalhadores e das classes médias; engendra igualmente uma ameaça de guerra.»

Para quando a legalização do PCB?

Quando da sua passagem por Portugal, o presidente brasileiro, João Figueiredo, afirmou estar disposto «a dialogar com todos os sectores, incluindo os comunistas, se desse diálogo pudesse resultar algo de benéfico para o progresso e a normalização da vida política do país.»

Esta afirmação constitui em si um facto novo. João Figueiredo nunca tinha dito isso, e não propriamente por lhe terem escasseado oportunidades. Por outro lado entre as palavras e actos é difícil ver grande relação. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), ilegalizado depois do golpe reaccionário de 1964, e sempre duramente perseguido, mantém-se na clandestinidade, embora tenha sido possível o regresso dos seus dirigentes exilados. Entretanto outros partidos políticos foram legalizados. Porque não o PCB?

Porque recuou Washington?

Porquê o recuo de Haig sobre as declarações de Weinberger? Haig é um dos mais acérrimos defensores da bomba de neutrões, e toda a orientação da política internacional norte-americana aponta para uma escalada de agressividade que se harmoniza perfeitamente com a hipótese de relançamento da produção da bomba de neutrões.

Pelo que não poderemos deixar de concluir que esta posição do governo dos EUA tem pouco a ver com as suas próprias opções políticas.

Greve geral na Bélgica

Os trabalhadores belgas estiveram em greve geral no dia 5, contra a política económica do governo de coligação entre cristãos-democratas e socialistas.

Face à crise económica que atinge a generalidade dos países capitalistas, o governo belga elaborou um conjunto de medidas através das quais os trabalhadores arcam com o peso fundamental da crise do sistema: congelamento dos salários ao nível do índice oficial da inflação, redução dos gastos com a assistência social e, simultaneamente um plano de

auxílio aos capitalistas cujas empresas estejam em dificuldades.

Estas medidas foram aprovadas pelo Senado, quer pela Câmara de Deputados. Os «eleitos do povo», no sistema de democracia burguesa, parecem bem pouco empenhados na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Factos particularmente significativos: o patronato recusa aceitar a reivindicação dos sindicatos de conhecimento e participação dos trabalhadores na definição do destino a ser dado ao dinheiro obtido através do congelamento relativo da massa salarial; parte do patronato tem a pretensão de impor a abolição do actual sistema em vigor na Bélgica que determina que os salários acompanhem a subida do custo de vida.

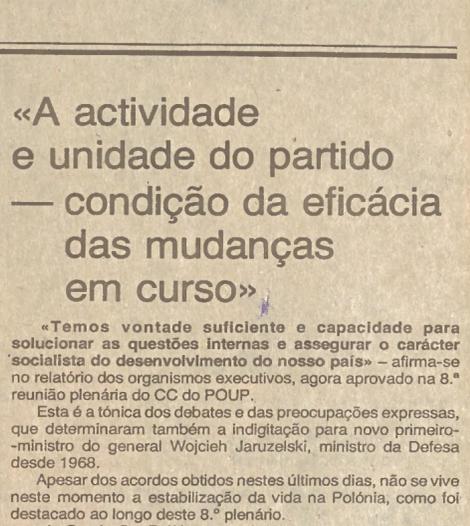
Entretanto, a crise mantém-se em aberto.



A questão é outra, e centra-se, simultaneamente: 1) Na capacidade de defesa do socialismo. Há dias o ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Andrei Gromyko, reafirmou: «não sacrificaremos os interesses da nossa segurança e manteremos a nossa capacidade defensiva a um nível desejável», qualificando de irrealizáveis os projectos norte-americanos de obter uma superioridade militar sobre a URSS e os outros países socialistas.

2) Na determinação dos povos de fazer frente às pretensões do imperialismo. Após as infelizes declarações do secretário de Defesa norte-americano, diplomatas dos países da NATO afirmaram

em Bruxelas que a decisão norte-americana de retomar a produção da bomba de neutrões faria renascer uma oposição generalizada nos países da Europa ocidental. É esta oposição que é temida. É esta oposição que já obrigou os EUA a recuar. É esta oposição que aqui, em Portugal, se quer tirar voz e força. Em nome de leis e acordos contra o povo português. Em nome de leis e acordos com os quais nada - absolutamente nada - temos a ver. Em contrapartida, e quer queiram quer não, temos muito, temos tudo a ver, com os projectos norte-americanos relativos à bomba de neutrões, ou à instalação de armas nucleares no nosso país. Porque seríamos também as suas vítimas.



«A actividade e unidade do partido - condição da eficácia das mudanças em curso»

«Temos vontade suficiente e capacidade para solucionar as questões internas e assegurar o carácter socialista do desenvolvimento do nosso país» - afirma-se no relatório dos organismos executivos, agora aprovado na 8.ª reunião plenária do CC do POUP.

Esta é a tônica dos debates e das preocupações expressas, que determinaram também a indignação para novo primeiro-ministro do general Wojciech Jaruzelski, ministro da Defesa desde 1968. Apesar dos acordos obtidos nestes últimos dias, não se vive neste momento a estabilização da vida na Polónia, como foi destacado ao longo deste 8.º plenário.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

Em 6 de Fevereiro de 1898 nasce em Augsburg (Alemanha) Bertolt Brecht, um dos mais importantes dramaturgos e encenadores do nosso século, cujo Teatro influenciou decisivamente. Autor, entre outras, de obras como «O Círculo de Giz Caucasiano», «A Vida de Galileu», «Mãe Coragem e Seus Filhos», fundou e dirigiu até 1956, ao lado da sua morte, e lado a lado com a sua companheira, a actriz Helene Weigel, o «Berliner Ensemble», na República Democrática Alemã.

Avante com o Avante!

Valiosa prenda vinda do Porto

"A nossa 'prenda' para o «Avante!», no seu 50.º aniversário, é garantir-vos que a DORP empenhará sérios esforços para que no decurso deste ano, correspondendo ao esforço central de renovação do «Avante!», melhore substancialmente a nossa colaboração para o jornal e se concretize um grande aumento na sua difusão em todo o distrito do Porto, de forma a que a voz do Partido chegue a todas as fábricas e empresas, às escolas e aos hospitais, aos campos, bairros, freguesia e concelhos." Com estas expressivas palavras, cujo alcance e significado nos dispensamos de sublinhar, termina a saudação enviada pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP ao colectivo do «Avante!», por ocasião do 50.º aniversário do órgão central do Partido. Afirmam ainda os camaradas do Porto: "O «Avante!» tem sido, ao

longo de dezenas de anos sob a ditadura fascista, como depois do 25 de Abril, um instrumento decisivo para a luta da classe operária, dos trabalhadores e do Povo, e uma fonte inesgotável de energia revolucionária e de determinação combativa. "Prestamos homenagem aos heróicos militantes que durante o fascismo, com o sacrifício das próprias vidas, garantiram durante dezenas de anos a continuidade da publicação clandestina do «Avante!», assegurando nas mais difíceis condições o funcionamento regular das tipografias clandestinas e a distribuição do jornal por todo o país. "No Portugal de Abril, nas duras e complexas batalhas que o nosso Partido e o nosso Povo têm travado ao longo destes anos decisivos e exaltantes, o «Avante!» tem continuado sempre a estar na primeira linha

do combate, apontando a orientação do Partido, incutindo optimismo e determinação combativa. "Todos quantos, na redacção do «Avante!», nos serviços técnicos e de distribuição, e os milhares de militantes que anonimamente por todo o País se empenham na sua difusão junto das massas, têm sido os dignos continuadores da história gloriosa do Órgão Central do nosso Partido." A saudação da DORP foi a primeira vinda de organizações do Partido a chegar à nossa redacção. Entretanto, e apesar do 50.º aniversário do «Avante!» se comemorar apenas no próximo domingo, outras saudações foram já recebidas, antes do fecho desta edição, nomeadamente as provenientes da Comissão Distrital da Covilhã, da Comissão Concelhia de Cascais e da Comissão de Freguesia da Parede.



Jornais irmãos saúdam o «Avante!»

Por ocasião do 50.º aniversário do «Avante!», diversos órgãos centrais de partidos irmãos têm dirigido ao nosso jornal calorosas e fraternais saudações, bem significativas do prestígio e do alto conceito do «Avante!» e do PCP no movimento comunista internacional. Tais mensagens constituem um poderoso incentivo ao nosso trabalho, desde sempre orientado para a firme e intransigente defesa dos interesses do povo português e dos interesses nacionais, os quais de nenhum modo, antes pelo contrário, são incompatíveis com os princípios da solidariedade internacionalista. Das saudações já recebidas, destacamos hoje as enviadas pelos colectivos do «Pravda», órgão central do Partido Comunista da União Soviética, e «Neues Deutschland», órgão central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, subscritas pelos respectivos directores, camaradas V. Afanasiev, membro do Comité Central do PCUS, e Guenter Schabowski.

Ao colectivo do «Avante!»

Queridos camaradas: O colectivo da Redacção do jornal «Pravda» envia-vos calorosas felicitações e uma saudação fraternal por motivo do 50.º aniversário do «Avante!», órgão de combate dos comunistas portugueses. Já há meio século que pela palavra escrita o «Avante!» contribui para a luta da classe operária, das massas trabalhadoras, das forças democráticas do País por transformações sociais, contra o desemprego, pela satisfação das reclamações fundamentais dos trabalhadores, que lhe granjearam uma justa autoridade e respeito, tanto no interior do País, como junto de todos os verdadeiros amigos do povo português no estrangeiro. Tanto nas condições da legalidade como nos anos em que o «Avante!» se publicava na clandestinidade, ele seguiu e segue inabalavelmente os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário que orientam o PCP. Assinalamos com satisfação as posições internacionalistas dos comunistas portugueses e a contribuição do jornal «Avante!» à luta do movimento comunista internacional, pela paz, a democracia e o socialismo, para o reforço da amizade entre o povo português e o povo soviético. O combativo jornal «Avante!» tem uma particular importância nos nossos dias quando se reactivam as forças reaccionárias do imperialismo e ao mesmo tempo as acções expansionistas dos actuais dirigentes da China, quando a política agressiva dos Estados Unidos e as suas pretensões de domínio mundial criam um perigo real à própria política de desanuviamento e de coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes e arrastam o mundo para um novo incremento da corrida aos armamentos. Por motivo do aniversário do vosso jornal, permitam uma vez mais, queridos camaradas, exprimir-vos a nossa mais profunda e inabalável amizade e solidariedade de combate, desejar-vos novos êxitos na mobilização das massas trabalhadoras na

defesa das conquistas alcançadas pelo povo português e pelo movimento revolucionário em 1974-1975, e para o ulterior reforço das posições do PCP na luta pelos interesses dos trabalhadores, por um Portugal democrático e independente.

O colectivo da Redacção do «Pravda»
V. Afanasiev (director)

Ao colectivo do «Avante!»

Queridos camaradas, Em nome de todos os camaradas da Redacção do «Neues Deutschland», transmito-vos as nossas fraternais saudações por ocasião do 50.º aniversário do aparecimento do «Avante!», órgão de luta do Partido irmão português. Dizer 50 anos de «Avante!» é dizer meio século de luta corajosa, abnegada e plena de sacrifícios contra o fascismo e o regresso ao passado, pela paz, pela liberdade, a democracia e o progresso social, ao serviço do povo trabalhador de Portugal. Dizer «Avante!» é dizer baluarte do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, que tantos de nós tivemos oportunidade de conhecer pessoalmente, com tanto apreço, durante as extraordinárias Festas do «Avante!», nos últimos anos em Lisboa. Por ocasião deste jubileu de meio século, desejamo-vos de todo o coração, queridos camaradas, bem como a todos os colaboradores do «Avante!», a todos os leitores e amigos do vosso jornal, novos êxitos na vossa tão difícil luta em defesa dos direitos do povo português. Um abraço para todos vós!
Avante, Camaradas!

a) Guenter Schabowski
Director do «Neues Deutschland»



Almada numa frente de várias frentes

Integrado nas comemorações do 50.º aniversário do «Avante!» realizou-se no passado dia 7, no Centro de Trabalho do PCP em Almada, um plenário de difusores do nosso jornal, que contou com a presença do chefe de Redacção e membro suplente do CC do PCP, camarada Ruben de Carvalho. No dia seguinte e também integrado nas comemorações do 50.º aniversário, os camaradas de Almada afixaram um painel alusivo perto da ponte 25 de Abril, mais concretamente no viaduto do Pragal. Entretanto, está programado para os próximos dias 14 e 15 um encontro de quadros, para aperfeiçoamento, que decorrerá no Centro de Trabalho da Concelhia de Almada e que será orientado pelos camaradas Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP, Carlos Ramalhes, do CC do PCP e Álvaro Mateus. Ainda no dia 14 decorrerá pelas 21 h e 30 m, na Incrível Almada, um espectáculo dedicado à luta antifascista no concelho de Almada e integrado na campanha de fundos «Almada uma Casa do Partido». Participarão Carlos do Carmo, Carlos Paredes, J.J. Leiria, Samuel, Paulo de Carvalho, Esmeralda Amoedo e Helena Isabel, os guitarristas António Chafinho, J.M. Nóbrega, Quim Oliveira e Gonçalves e ainda as bandas de música da Academia, Incrível e Sociedade Filarmónica União Artística Pladense. Conta-se também com a participação do grupo de Teatro de Campolide. O espectáculo tem guião de Orlando Laranjeira, sendo a montagem de José Verdades e o cenário de Daniel Vidas.

Sessão-debate no domingo com Dias Lourenço e tipógrafos do tempo da clandestinidade

Assinalando o 50.º aniversário da publicação do «Avante!», órgão central do Partido Comunista Português, realiza-se no próximo domingo, dia 15, no Teatro Aberto, à Praça de Espanha, em Lisboa, pelas 15 horas, uma sessão - debate evocativa desta data. Participam na sessão o camarada Dias Lourenço, director do «Avante!» e membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e outros camaradas que no tempo de clandestinidade estiveram ligados à composição e impressão do jornal. Aparecendo pela primeira vez em 15 de Fevereiro de 1931, o «Avante!» ao longo deste meio século de existência tem procurado - e nesse sentido todos os esforços têm sido feitos, desde o início até agora - corresponder ao que no primeiro exemplar era intenção manifesta.

A nível político, económico e social muito se alterou já relativamente às condições existentes naquela época. Só não se alterou a determinação da luta até à vitória final, que continua igual à de sempre.

E por isso os comunistas comemoram neste ano o meio século de vida do seu jornal. O mesmo é dizer, assinalam o importante papel que tem desempenhado na organização e consciencialização dos trabalhadores portugueses. Ontem, como hoje. Como será amanhã.

Outras sessões pelo País

Outras sessões comemorativas do 50.º aniversário da publicação do «Avante!» estão já programadas em diversos locais, incluindo algumas delas uma exposição sobre o que tem sido até agora a vida do jornal.

Hoje, quinta-feira, às 21 e 30 - no salão dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira, com o camarada Ruben de Carvalho, chefe da redacção do «Avante!» e membro do CC do PCP.

Dia 14, sábado, às 16 - colóquio sobre comunicação social no Salão da Assembleia Municipal de Faro, com o camarada Fernando Correia, subchefe da redacção do «Avante!», às 21 e 30 - colóquio no Centro de Trabalho do PCP em Vila Real de Santo António, com Fernando Correia.

Ainda nesse dia, em diversos concelhos do Algarve estão previstas brigadas de venda do jornal que procurarão cobrir todos os locais públicos de mais movimento.

Dia 15, domingo, às 13 horas - almoço de confraternização em Messines com o camarada Fernando Correia, iniciativa que se integra igualmente na

campanha para a construção do novo Centro de Trabalho de Messines.

Dia 20, sexta-feira, às 21 e 30 - sessão no Montijo, com Ruben de Carvalho.

Dia 21, sábado, às 15 horas - seminário sobre a imprensa do PCP, com a participação de Ruben de Carvalho, no Sindicato dos Ferroviários do Barreiro.

Dia 27, sexta-feira, às 21 e 30 - sessão no salão do Magistério Primário de Portalegre, com Ruben de Carvalho.

Dia 28, sábado, às 16 e 30 - colóquio na Casa do Povo de Estremoz, e às 21 e 30, colóquio no Teatro Garcia de Resende, em Évora ambos com Ruben de Carvalho.

Dia 1 de Março, domingo Ruben de Carvalho estará às 16 e 30 num colóquio em Moura, e às 21 e 30 num outro a realizar na Capriço Bejense, em Beja. Em qualquer destes colóquios estará patente uma exposição sobre o «Avante!».



Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

anos 50 - Série VII - Nº 370
12 de Fevereiro de 1981

SUPLEMENTO

FESTA DO
SACRIFICIO
24 25 26
SETEMBRO

Propriedade do Partido Comunista Português. Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 76 97 25. Telex 18390. Composição e impressão - Heska Portuguesa. Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, 1000 Lisboa.

30

ANOS AO SERVIÇO DO PARTIDO DO POVO E DA PÁTRIA



1.º OS TRABALHADORES COM O MFA

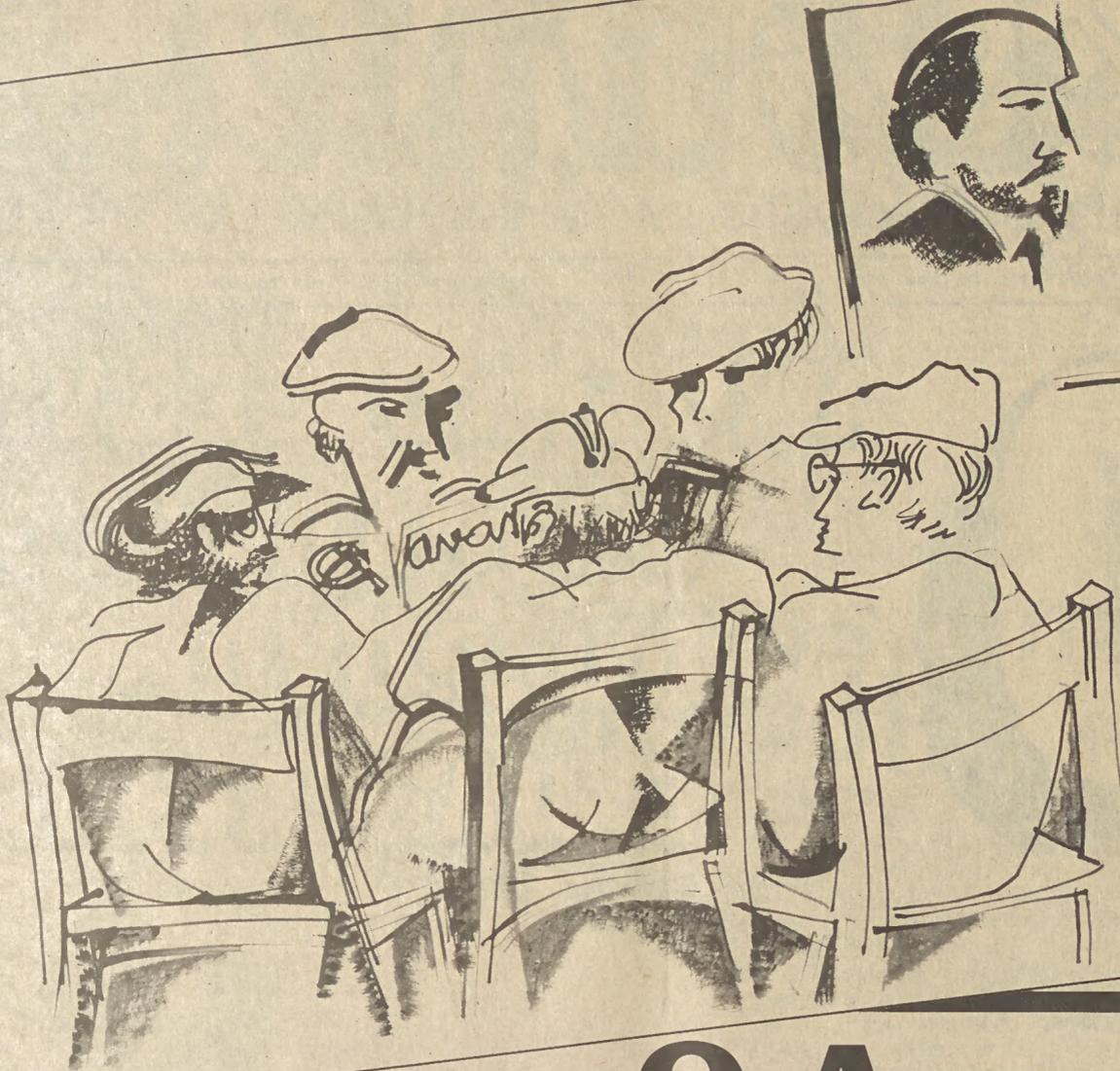
Avante!
todos os países: UNI-VOS!

CAMARADA OCTÁVIO PIRES
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

FORÇAR A UNIDADE
ENDER A DEMOCRACIA SOCIALISTA

DASSARA!
HENI!

50 ANOS
AVANTE!



O Avante! —cinquenta anos ao serviço do Partido do Povo e da Pátria

Na noite clandestina, há 50 anos, o pequeno rectângulo de papel impresso brotou da trama da vida, do trabalho e da luta.

Era a voz do Partido. Vinha da fuligem das fábricas, do fundo das minas, dos cantos doridos dos ceifeiros. Cada linha uma mensagem de esperança, de confiança, de certeza no futuro.

Todo ele um grito de liberdade saído do mais profundo da Pátria encadeada.

Categórico apontava um rumo: «AVANTE!». Portador de uma experiência universal amassada no combate, ostentava ao alto em belas letras rasgadas no linóleo o fecho lapidado do Manifesto: «Proletários de todos os países: UNI-VOSI!».

Meio século o nosso «Avante!» faz agora. As águas da História passaram tumultuosamente sob as pontes. A vida, o trabalho e a luta que lhe deram o ser encharcaram-lhe as páginas, imprimiram-lhe conteúdo e forma. Nesta meia centena de anos — quarenta e três no período heróico sobre os trilhos da clandestinidade, sete nas apertadas curvas da Revolução, sob o radioso sol de Abril — o «Avante!» dos dias de hoje continua digno do pequeno «Avante!» do passado.

A história do nosso velho jornal operário na clandestinidade é a história heróica do Partido que lhe deu voz, a história da luta indómita do nosso Povo à conquista dos seus destinos.

No cerne está todo um tesouro de tenacidade, de abnegação, de devotamento sem limites a uma causa superior de uma infinita legião de obreiros — homens, mulheres e até crianças — que nas condições mais perigosas e difíceis levaram até às massas durante quase meio século a voz do seu Partido.

Os quarenta e três anos de publicação clandestina do «Avante!» são um repositório exemplar das qualidades morais dos comunistas, da sua tempera revolucionária.

Não se sabe ainda hoje quem foram os assassinos de José Moreira nos antros da PIDE nem os que aremessaram da janela do terceiro andar para o empedrado da calçada o seu cadáver já frio. Mas sabe-se de certeza sabida que José Moreira perdeu a vida às mãos dos seus verdugos sem que a sua boca se abrisse para trair o seu Partido.

Nas tipografias de que ele era o elo de ligação com o exterior tudo ficou intacto: o pequeno rolo impressor continuou silenciosamente o seu trabalho; outras mãos entregaram a preciosa carga aos difusores; estes puderam transportar, no rio subterrâneo da distribuição clandestina, os pequenos rectângulos de papel rústicamente impressos, que José Moreira não tinha podido fazer chegar ao seu destino. E a luta continuou. Como sempre.

NINGUÉM distinguiria a simples mulher que foi Maria Machado das mães de família que se viam em paíços de aranha para alimentar os filhos.

Mas no fogo da luta essa heróica professora açoriana que saiu da prisão para morrer, ergueu-se em toda a sua dimensão humana e épica quando, até ao derradeiro minuto, com a tipografia já acometida pelos esbirros, destruiu os chumbos, o logotipo, tudo o que poderia proporcionar aos torcionários da PIDE o fabrico provocador de um falso «Avante!». E quando, arrastada pelos guardas, explicava às gentes do Povo comovidas até às lágrimas, a elevada tarefa patriótica que ali se cumpria naquela pobre casa clandestina assaltada pela PIDE, ela soube ainda ser digna da sua nobre tarefa, da sua honrosa condição de comunista.

NINGUÉM suspeitava, por esse país fora que ele conheceu com a «geografia das botas», das torrentes de energia, da obstinação no trabalho, do engenho conspirativo daquele modesto agricultor ribatejano de Tremês que era Joaquim Rafael, vinte e cinco anos tipógrafo e distribuidor da imprensa clandestina do Partido.

NINGUÉM, a não ser os que de perto conheceram e viveram situações idênticas, concebe o que significou de limitações, de renúncias de toda a ordem, de entranhado amor ao Partido, 25 anos de estadia nas tipografias clandestinas durante a negra noite do fascismo.

Joaquim Rafael tinha a qualidade nata da comunicabilidade fácil e simples com as pessoas, soube sempre criar à sua volta e à volta das tipografias clandestinas onde esteve, um cordão de simpatia pessoal que representava a defesa mais sólida e segura contra a vigilância e as investidas da polícia.

Joaquim Rafael pôde ainda viver a apoteose do 25 de Abril, teve a suprema felicidade de ver ainda o fruto do holocausto da sua vida à causa da libertação do seu Povo.

Morreu com a saúde abalada por esse mais de um quarto século de existência nas duras condições da clandestinidade, o seu exemplo é um símbolo da elevada abnegação dos comunistas.

Neste 50.º Aniversário do nosso órgão central lembrar o trabalho abnegado, tantas vezes heróico, dos obreiros e difusores do «Avante!» é um indeclinável dever.

Seria impossível aqui citá-los todos, a referência a alguns deixaria inevitavelmente na sombra muitos outros, de mérito igual.

Inúmeros dirigentes actuais do nosso Partido deram em ocasiões diversas uma contribuição qualificada e efectiva à elaboração, impressão e difusão do «Avante!» com relevo particular para Álvaro Cunhal que este ano completa também 50 anos de filiação partidária.

A referência a três dos camaradas que em condições diversas a morte já levou, vale como homenagem de mérito a todo o vasto colectivo de homens, mulheres e jovens comunistas que

souberam imprimir ao «Avante!» de maneira fiel a imagem política e de classe do seu Partido.

A luta tenaz contra uma polícia fascista, dotada de grande experiência, disposta de poderosos meios de acção, habituada a uma larga prática terrorista, obrigava a aturados esforços de defesa da impressão, transporte e difusão do «Avante!» no plano nacional.

Nesta tarefa vital para a actividade política do Partido foram postos à prova insuspeitados recursos de imaginação, de organização, de iniciativa dos militantes comunistas.

Os imperativos da geografia — de um lado o Oceano Atlântico, do outro a Espanha franquista — e o acendrado apego à Pátria dos comunistas portugueses fizeram que, diferentemente de alguns órgãos clandestinos de outros partidos irmãos, o «Avante!» fosse produzido sempre intramuros no território nacional.

Por isso, cada número do «Avante!» clandestino rescende o olor inconfundível da terra portuguesa. Em 1935, 36, 37 operários comunistas da Renova de Alenquer, faziam passar sobre os muros da fábrica durante os turnos da noite grandes bobinas de papel para outros que no exterior faziam chegar ao aparelho clandestino a preciosa matéria-prima que era depois guilhotinada na medida exacta.

Em 1941, operários comunistas da Soda Póvoa fizeram sair da fábrica, escondida em sacos de cal, uma engenhosa maquina de imprimir por eles concebida e secretamente construída nas oficinas da empresa.

A pequena máquina não chegou a ser utilizada e acabou por perder-se nos labirintos da clandestinidade.

Em 1943, operários das zonas de Amadora e Queluz que passavam a caminho das fábricas de bicicleta pelas portas de Benfica nunca suspeitaram de um outro «operário» que frequentemente fazia juntamente com eles a «prova» ciclista. Num dia de inverno, mesmo diante da esquadra do Calhariz, a bicicleta derrapou e um arrelhante «furo» o imobilizou.

Valeu-lhe um guarda da esquadra no rápido concerto e graças à preciosa ajuda do nosso «operário» pôde chegar a horas à «fábrica», isto é, ao encontro com um camarada a quem entregou inteirinha a edição do «AVANTE!» acabada de sair da «tipo» clandestina.

A ligação do «AVANTE» às massas operava-se por vezes das formas mais imprevisíveis...

A odisseia da imprensa clandestina é das mais exaltantes da História do PCP. Era uma «aventura» necessária de projecção imediata na luta popular contra o fascismo.

O «AVANTE!» foi um instrumento essencial no combate contra a miséria, a exploração e a opressão fascistas, um elemento de intervenção responsável nesse combate, um órgão ímpar da imprensa de verdade, um espelho da sua época, ferramenta

documental indispensável do historiador.

Tem sido agora, no após 25 de Abril, um activo interveniente no processo revolucionário, uma tribuna de vanguarda na defesa dos ideais democráticos e das conquistas fundamentais da Revolução, uma arma no combate ideológico contra a reacção e os seus agentes, um defensor consequente da paz e da independência nacional do Povo português.

Este número especial do «AVANTE!» destina-se a assinalar condignamente o seu 50.º Aniversário.

Órgão central do PCP, jornal dos comunistas, quisemos apesar disso recolher depoimentos de destacados portugueses antifascistas independentes ou que se situam mesmo noutros quadrantes de opinião.

Partimos do pressuposto de que o nosso velho jornal operário, com um papel tão vasto na luta contra o fascismo em Portugal não poderia deixar de lhes merecer uma referência evocativa.

Por caminhos diferentes, se buscam objectivos comuns na construção de um Portugal democrático, pacífico, independente que o 25 de Abril pôs ao alcance dos portugueses.

O caminho do «AVANTE!» dos dias actuais é o mesmo de há 50 anos.

ANTÓNIO DIAS LOURENÇO



As rubricas



Quase todos os meses acompanhavam o «Avante!» clandestino. Em papel de seda. Das mais variadas cores — amarelo, verde, branco, cor-de-rosa ou mesmo vermelho. A transparência do papel por vezes tornava difícil a leitura da letra de forma, em corpo miúdo, que se estendia pelas colunas.

Conhecidas entre os militantes e simpatizantes pela denominação breve de «rubricas do Avante!» eram as quantias recebidas dos amigos do Partido como se podia ler em letra de maior destaque sob o cabeçalho do jornal, aproveitado para o efeito.

Com os temas, palavras de ordem ou consignas e pseudónimos escolhidos que anteciam as quantias oferecidas e que todos os meses naquela folha se perfilavam, também ali estava reflectida a luta constante dos trabalhadores portugueses, e até as grandes lutas dos outros povos.

«Bravo, canteiros de Pero Pinheiro» é uma «rubrica» que surge quando da luta daqueles trabalhadores do mármore. Meses depois, será a vez da «rubrica» «Pescadores da Costa Nova», outra luta que estava em curso. Outras tinham já surgido. Outras se seguiriam.

A par das constantes referências contra a guerra colonial, começam a surgir também «rubricas» que falam do Vietname: «Pela saída dos americanos do Vietname».

Mas as «rubricas» eram também um ponto de contacto entre diferentes organizações do Partido. E por vezes motivo de alegria, quando após uma ausência prolongada reaparecia uma «rubrica» conhecida.

«Rubricas» políticas. Mas também líricas e sentimentais algumas. Sentimento e lirismo, ainda políticos também, identificados com a consciência popular, com o conhecimento do inimigo principal, com a direcção da luta.

Inventiva participação e prática das linhas mestras de orientação do Partido faziam corpo com a cultura popular, com a História, com o internacionalismo, com a fraternidade entre os povos.

O apoio material, os fundos, ainda mais imprescindíveis na dureza da clandestinidade, nunca esqueceram os presos políticos. Para eles directamente foram encaminhadas várias campanhas, por exemplo a lançada por alturas do VI Congresso, o último da clandestinidade, realizado em 1965.

Camaradas mortos pela PIDE, camaradas presos — José Moreira, assassinado pela matilha do fascismo, Álvaro Cunhal, na prisão — seguem ou antecedem, como pseudónimos naturalmente, «rubricas» como «libertação do povo coreano», «Soeiro Pereira Gomes», já falecido na época, Pablo Neruda, Howard Fast, o autor de «Espártaco» e Gabriel Péri, herói comunista da Resistência ao nazismo em França.

«Abaixo a tirania de Salazar» antecede um «cosmonauta» em 1962. Um simples «Zé» ou «5 amigos» acompanham «Angola dos angolanos», «Angola Livre», «Independência e Patriotas» da que é hoje RPA.

Uma «Dália vermelha», um «Galo» da mesma cor acompanham as «Pegadas de Lênine» e recordam: «Mulheres, na polícia não se fala».

As «quantias recebidas de amigos do Partido» variam

naturalmente, conforme as épocas e as possibilidades de cada um. «Um nome para quê?... a causa basta!», uma «mãe comunista», (Margarida Bulhão Pato Rebelo) cujo falecimento referimos no «Avante!» de 29 de Janeiro e cuja memória muito honramos, podem traduzir uma expressão monetária muito diferente. Podem não ir além de uns 3\$50 de um operário têxtil. Mas «os têxteis lutam»; o povo vence no Vietname.

«Há-de chegar o dia» é uma das rubricas de Março de 1965. E o dia chegou nove anos depois. Outros dias e um dia chegarão. «Flores Vermelhas para um comunista que morreu» pode ter à frente uma quantia que hoje parece irrisória. Mas era, sem dúvida, na época em que foi oferecida e por quem foi oferecida uma homenagem e uma esperança que sabemos honrar e merecer.

No 50.º aniversário do «Avante!»

Comemora-se este ano o 50.º aniversário do «Avante!» e basta este facto para podermos concluir que se trata do mais antigo jornal da Resistência Portuguesa! Um tão longo passado é já um título de glória na vida de um jornal, um jornal de combate pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo; mas o que desejo assinalar como mais relevante ainda, é o optimismo, a determinação com que o «Avante!» enfrenta os problemas de hoje, isto é, os problemas cada vez mais complexos, e verdadeiros desafios que nos são postos pela actualização da própria democracia; pelo retomar da marcha para o socialismo, que é afinal a grande meta do 25 de Abril e portanto a grande meta de um órgão de comunicação partidário com as características do «Avante!»

Parece que o caminho certo é precisamente nesse sentido, um grau de responsabilidade cada vez mais exigente, com um optimismo incompatível com qualquer forma de sectarismo, uma cada vez mais objectiva maneira de formular os problemas do nosso país.

Hoje e amanhã um aniversário do «Avante!» é um acontecimento que ultrapassa as referências de uma data e de um Partido para envolver todo um capítulo de um Povo. Falar assim de uma evidência histórica é simples: ocorre necessariamente ao investigador político e ao analista da Informação. Qualquer deles terá de situar o «Avante!» no quase meio século de terror que dominou o País, destacando-o como a resposta primeira, a mais constante e indomável, ao desespero e ao medo.

Mas na memória antifascista do Portugal censurado aquele jornal de páginas modestas e de imprensa dolorosa, dedicada, sugeriu outras leituras, penso eu, outros valores complementares. Contra o silêncio imposto (a «paz oficial» da paisagem de Salazar cristianíssimo) o «Avante!» descrevia o País por dentro, aquele que fermenta e não cede, e era como que o registo do quotidiano português na sua trajectória mais íntima e mais significativa. Llamo-lo a desoras com as dificuldades de um tempo clandestino, e os riscos e a aventura de cada exemplar até nos chegar às mãos já faziam parte da sua mensagem. Eram, digamos, o recado provado de que, apesar da repressão, das denúncias, das prisões, do desmantelamento de tipografias, a Resistência tinha vencido — e o jornal ali estava, rompendo a noite.

Cada leitura tem a sua hora e a sua luz: vive muito do clima em que é feita. Um jornal redigido e composto — e divulgado, e discutido — nos sobressaltos da clandestinidade surge aos olhos do País com uma luminosidade quase lendária. Lê-lo não é apenas apreender o que está escrito, é configurar a temperatura da opressão e reconhecer a falência do comodismo e do desespero.

Por isso, entre o leitor e o «Avante!» dos anos do fascismo, havia uma componente complementar, uma segunda leitura onde emergiam relações e valores circunstanciais para lá do texto e dos dados imediatos. Um simples desenho, um poema que aparecesse naquele tão reduzido e poupado espaço faziam pensar em mil esforços, mil dedicações, face às prioridades da luta política e dos acontecimentos gerais. Diante de um linóleo anónimo ocorriam nomes de artistas que lutavam na clandestinidade: Dias Coelho, Cunhal, Margarida Tengarrinha (hoje venho a saber que Pomar foi um dos colaboradores desse período). E procurava-se identificar-se-lhes o traço, imaginar-se-lhes a mão. Pressentiam-se sinais de Pereira Gomes ou de Dias Lourenço nesta nota literária ou naquele poema — e perguntava-se onde estavam. Qual o seu rosto? Que mundo percorriam entre a noite e o dia?



Ruy Luís Gomes
Reitor da Universidade do Porto.
Membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação

9/2/81: a 29 anos da prisão por defender o Pacto da Paz e não o Pacto do Atlântico; a 30 anos da agressão de Rio Tinto quando era candidato à Presidência da República.



José Cardoso Pires
Escritor. Membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação

Todos estes ecos nos chegavam, a nós, jovens das letras e das artes, na leitura do «Avante!» dessa época. Eles traduziam uma segunda relação do leitor com o jornal, uma relação subjacente à escrita.

Mas cada verso, cada crónica ou cada gravura que apareciam naquelas páginas tinham um outro significado. Eram a presença criativa, aquilo que completava a informação sobre a Resistência intelectual que a censura tentava ocultar. Um tal esforço de divulgação revela-se, na modestia dos seus recursos, como a confirmação visível de que para o «Avante!» e para o seu Partido a luta cultural fazia parte da luta do trabalho e que a obra de arte e o acto de criar beleza se desenvolviam na frente colectiva com valores de libertação.

José Moreira

até 48, porque em 49 ele começou a adoecer dos pulmões e o Partido teve de tomar algumas medidas para o poupar um pouco. Ele é que levava o material para a tipografia (ou tipografias) e depois tinha uma rede de distribuição à escala nacional. Com uma regularidade de relógio.

Os encontros que ele marcava para alimentar o pequeno aparelho de distribuição que tínhamos não eram feitos ao pé da porta... No Ribatejo recebia dele a imprensa para o Sul. A certa altura era na Caxinas que me entregava a imprensa que se destinava a Lisboa...»

com tempo para prever todos os percalços. E temos que ser todos, porque o atraso de um pode estragar tudo o resto».

«Isto não era conversa — comenta Américo Leal — não era só a «orientação». Era o que ele fazia e estava certo exigir que todos fizessem o mesmo. O que ele fazia com a bicicleta era espantoso. Sei que uma vez, ele e a companheira tiveram que mudar uma tipografia durante a noite. E fizeram-no. Mudaram os tectos da casa e a própria tipografia. Tudo em cima duma bicicleta. Cento e tal quilos de uma só vez...»

Era assim José Moreira. Foi graças a camaradas

«O Zé Moreira, apesar das longas distâncias, nunca me chegou atrasado a um encontro, normalmente depois de deixar para trás mais de cem quilómetros. Lembro-me que uma ocasião cheguei um bocadito atrasado. O Zé Moreira vinha também numa «pasteleira» e disse-me logo: «Olha que eu até agora nunca cheguei atrasado. E um dia destes — era homem de poucas palavras que ia directo ao assunto — tive três furos, tive que suar muito, mas cheguei à tabela. Isto quer dizer que a gente deve partir

Maria Machado

«O futuro será vosso. Nenhum sacrifício terá sido inútil. A Humanidade encontrará o seu caminho. Que importa pois que eu não assista à apoteose da Humanidade?»

A história do «Avante!» está intimamente ligada à história das lutas pela liberdade de imprensa em Portugal. Muitos capítulos são comuns.

Mas, se hoje alguém perguntar aos senhores da Aliança Reaccionária que pontificam sobre a Informação, quem foi Maria Machado, é muito provável que poucos saibam responder. E, contudo, Maria Machado, heroína do PCP, é também uma heroína no combate pela liberdade de expressão.

nenhuma religião. Amo em substituição toda a Humanidade, ardentemente, e ardentemente o meu ideal de harmonia social pelo qual tenho lutado toda a vida.

Quando, em 1958, sentiu que lhe restava pouco tempo de vida, redigiu uma carta de adeus ao Partido que é um testamento político inesquecível.

Para escapar ao controlo da censura fascista, foi necessário mudar palavras e suprimir referências directas. Mas o testamento de Maria Machado ficou como exemplo de coerência e firmeza revolucionárias e fé no destino do Partido e do Povo.

De 1942 a 1945, na clandestinidade, trabalhou nas tipografias do Partido, participando na composição e impressão do «Avante!», de «O Militante» e noutras

Para recordar Maria Machado e traçar o seu perfil não é necessário recorrer à memória de velhos camaradas ou citar factos gloriosos, mas pouco conhecidos.

Basta dar a palavra a Maria Machado. Porque a história da sua vida, a sua visão do mundo e dos homens, o seu sentir de militante comunista, a força do seu exemplo estão luminosamente gravados em palavras suas, que ficaram. Opinião alguma sobre Maria Machado pode despertar sentimentos de admiração compatíveis aos que qualquer militante comunista experiente ao tomar conhecimento do que ela disse e escreveu quando foi presa e à mensagem que deixou, como testamento político, antes de morrer.

Maria Machado caiu pela segunda vez nas mãos da PIDE em 1945 quando a GNR identificou e, depois, assaltou uma tipografia do «Avante!» no Barqueiro, perto de Alvaláezere. Para cobrir a retirada de outros camaradas e queimar documentos, Maria Machado ficou nessa casa do Partido. Enquanto esperava a cada minuto a GNR, redigiu, então, um texto que pretendia ler ao povo quando os guardas a levassem.

«Povo de Barqueiro — escreveu — Senhores da Justiça! Nós não somos gatunos. Somos comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal comunista «Avante!», órgão do meu muito querido Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. Se houvesse liberdade de ideias, não precisávamos ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal.»

Maria Machado não pôde ler o que escrevera. Mas, ao atravessar o Barqueiro, entre soldados, dirigiu-se ao povo, apesar dos protestos e ameaças da GNR: «Não somos gatunos. Somos amigos do povo e gente honrada».

As mulheres do Barqueiro choravam; uma delas beijou aquela presa, tão corajosa e serena.

Entregue à PIDE, Maria Machado repetiu sempre, durante as quatro horas de um primeiro interrogatório brutal: «Negue-me a fazer a mais pequena declaração à Polícia, pelo meu dever de comunista, pela fidelidade que devo ao meu partido,

«Meu enterro será civil e sem emblema algum religioso, pois prezo todas as crenças, mas não professo

«Meu enterro será o mais modesto.

A minha fé nos bons destinos do povo trabalhador não morre comigo, perpetua-se em todos vós, queridos irmãos meus. O futuro será vosso. Nenhum sacrifício terá sido inútil. A Humanidade encontrará o seu caminho. Que importa pois que eu não assista à apoteose da Humanidade?

Passou quase um quarto de século. O fascismo foi derrubado. Veio o 25 de Abril.

Maria Machado sobrevive em cada um de nós.



Maria Machado



José Dias Coelho

«De todas as sementes deitadas à terra, é o sangue derramado pelos mártires que faz levantar as mais copiosas searas»

O nome de José Dias Coelho está indissolúvelmente ligado à história do «Avante!». Quando, como disse o poeta, a morte desceu à rua, ali no bairro proletário de Alcântara, a bala que prostrou José Dias Coelho varou também as páginas do «Avante!».

Quase sete anos passados sobre o 25 de Abril e a uma distância de cerca de vinte anos desse dia de Dezembro, falar do trabalho e da vida, da luta e da morte de José Dias Coelho é recordar uma importante parcela da luta do povo português contra o fascismo.

José Dias Coelho: funcionário do Partido Comunista Português, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa; responsável pelo trabalho com intelectuais. Mas também membro da redacção do órgão central do PCP, e além disso, autor de importantes melhorias gráficas nas páginas do «Avante!».

Quem não conhece a célebre gravura da autoria de José Dias Coelho sobre a tipografia clandestina? Nela se condensam, no corpo de três anónimos funcionários do Partido, no

prelo e nas folhas de papel, e na lâmpada que ilumina o trabalho, toda a abnegação, quantas vezes o heroísmo, de tantos e tantas camaradas que, regularmente, (e aqui a palavra regularmente tem um enorme peso porque associada à palavra clandestinidade) asseguravam a saída do «Avante!», de «O Militante» e de outros materiais do Partido.

José Dias Coelho, recriou nessa gravura, uma realidade que conheceu bem. A gravura em causa foi publicada no «Avante!» número 304, de Agosto de 1961 — apenas escassos quatro meses antes do assassinato. Aliás, foi no capítulo das gravuras que o trabalho de Dias Coelho — e também o de Margarida Tengarrinha — contribuiu para o melhoramento do aspecto gráfico do «Avante!».



José Dias Coelho com sua filha Teresa

Muitas das gravuras de José Dias Coelho publicadas no decurso do ano de 1961, continuaram a ser difundidas depois do 25 de Abril, em posters, cartazes, murais. E também nas páginas agora legais, do «Avante!».

É da autoria de Dias Coelho a gravura que reproduz o esquema da histórica fuga de Peniche, é da autoria de José Dias Coelho a gravura «Presos Políticos», igualmente publicada no «Avante!». No «Avante!» número 298, de Março de 1961, foi publicada a gravura «40.º aniversário do PCP», no «Avante», de Agosto desse mesmo ano, a referida gravura «Tipografia Clandestina»; em

Setembro, no número 305, a gravura «Os Operários Lutam»; e, finalmente em Novembro, no número 309, duas gravuras assinalam o último trabalho de José Dias Coelho nas páginas do «Avante!» — o «Jovem Comunista» e «Jovem Operário Assassinado».

Pela mão da PIDE, o fascismo assassinou Dias Coelho naquele dia 19 de Dezembro de 1961. Impunes ficaram, até agora, os criminosos. Mas o fascismo caiu. E o trabalho militante de José Dias Coelho, a sua arte posta ao serviço da luta pela democracia e a liberdade continuam vivos. Porque foi também assim que o fascismo morreu — por ter conseguido silenciar a obra.



«Os operários lutam» — gravura de Dias Coelho publicada no «Avante!» n.º 305 — Setembro, 1961

Joaquim Rafael

«Este papel há-de ir gritar lá fora quem somos nós, os comunistas»

“O grande campeão das tipografias” — eis como camaradas que com ele trabalharam definem Joaquim Rafael. “Não foi apenas um grande tipógrafo, mas também um grande distribuidor. Com um modo de ser natural, aberto, muito dado, criava amizades em toda a gente — e às vezes, com todo o seu a-vontade, arranjava úlceras aos outros camaradas...”

Joaquim Rafael era filho de pequenos agricultores de Tremez, perto de Santarém. Aliás, todo ele era camponês, parece que tinha

saiído da terra: entroncado, grandes pés, mãos duras, e sobretudo aquela simplicidade da gente do campo. Já em Lisboa, vivendo em

Alcântara, tornou-se dono de uma tabernia e fez-se Bombeiro Voluntário. Já então estava ligado à zona Oriental de Lisboa, fazendo — ainda como legal — a distribuição da imprensa nessa zona.

Por fins de 1942, princípios de 43, numa altura em que Dias Lourenço tinha o encargo da distribuição nacional da imprensa, o Joaquim Rafael substituiu-o, já então como funcionário, em parte dessa

tarefa: primeiro só para Lisboa, depois também como responsável pelas embalagens na distribuição nacional. Isto é: como o Partido ainda não estava ramificado no plano nacional, ele levava as embalagens com o total da imprensa para cada uma das grandes zonas: além de Lisboa, o Norte, Centro, Covilhã, Alentejo, Algarve. Não ia às tipografias mas era o distribuidor directo do «Avante!».

Esteve nesse trabalho de distribuição até 47 ou 48, passando depois para as tipografias — e foi então que se fez o grande mestre tipógrafo, que haveria de preparar dezenas de outros camaradas para essa importantíssima tarefa. Em primeiro lugar, instalado no Sul, fazendo o «Camponês», também «O Têxtil» e o «Corticeiro», mas também, de vez em quando, o «Avante!» (aliás, já nessa altura, procurava-se que, mesmo não sistematicamente, as tipografias estivessem todas em condições de imprimir o «Avante!» — tinham o cabeçalho, papel, etc.). Afíhe nasceu a filha Mariana.

Este camponês, simples, era de um espírito de sacrifício extraordinário, duma dedicação sem



À esquerda, a última foto de Joaquim Rafael; à direita, com a farda de bombeiro voluntário, pouco antes de passar à clandestinidade



Na clandestinidade e na liberdade as armas necessárias da

CRÍTICA e AUTOCRÍTICA

Durante a publicação do «Avante!» clandestino, não raro, chegaram críticas ao que no jornal era publicado. Prova de que era lido. Prova, ainda, de que era lido com atenção. Muitas das vezes chegavam com atraso, que as circunstâncias eram outras. Englobavam por vezes vários números do jornal.

Para a Redacção do «Avante!»

No n.º 340 (Abril), no artigo «Guerra Química» diz-se que: «Foram os americanos que pela primeira vez utilizaram esta arma contra os patriotas do Vietnam do Sul...»

Que foram os americanos os primeiros que utilizaram tal meio de destruição não restam dúvidas a ninguém, agora o que não nos parece correcto é dizer-se que foi no Vietnam, porque já tinha sido empregada na Coreia. No «Apelo do Congresso dos Povos em Defesa da Paz» (Avante! n.º 175, Fevereiro de 1953) isso mesmo é afirmado quando se diz que: «Integramos-nos dos relatórios sobre o emprego da arma bacteriológica...» «E a campanha de protestos que se levantou nalguns países (França, Itália, etc.) quando da nomeação de Ridgeway para o comando da NATO, confirmou na altura esse emprego.»

No mesmo número, no artigo «A Crise da Agricultura» afirma-se: «Ninguém disse que, por que os intermediários são os organismos corporativos...»

Então os organismos corporativos (Grémios, Juntas, Federações, etc.) não são também intermediários? Quando o grémio adquire, por exemplo, adubos e os fornece aos camponeses não está a exercer funções de intermediário? Quando a Junta Nacional de Frutas adquire aos lavradores a batata e depois a coloca no mercado, não está a efectuar acções de intermediário? Quando a JNV levanta o vinho dos produtores e depois o vende aos armazénistas, não está a realizar funções de intermediário?

No n.º 341 (Maio), numa notícia referente a Vale de Cambra dizia-se: «Os pequenos e médios camponeses desta região têm-se movimentado com vistas à formação de uma cooperativa que os liberte da tutela e exploração do Grémio da União das Cooperativas de Entre-Douro e Vouga...»

Há nesta notícia uma certa imprecisão. Os camponeses pretendem formar uma cooperativa independente do Grémio da Lavoura de Vale de Cambra, e pretendem igualmente não serem absorvidos pela União das Cooperativas de Lactínios de Entre-Douro e Vouga a qual abrange os concelhos de Ageda, Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Oliveira de Azeméis, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra.

Portanto, não se trata do «Grémio da União das Cooperativas» mas de dois organismos distintos.

Também neste número vem a seguinte notícia: «No Perreiró está em construção um grande bairro...»

Para o leitor que não seja do Porto coloca-se a pergunta: Onde ficará esta localidade? Parece-nos que seria conveniente em notícias deste tipo colocar-se também o nome da cidade ou vila onde se situa o lugar em causa, o que aliás foi feito, no mesmo número, para outras notícias.

Junho de 1964

Para a Redacção do «Avante!»

Caros camaradas, votos do bom trabalho no novo ano que começa.

- No n.º 371 do «Avante!» (Outubro/66), no artigo «Aste o aumento do custo de vida...» o tratado-se dos têxteis afirma-se: «O contrato colectivo dos operários têxteis, assinado pelo prazo de um ano e com carácter provisório...» No n.º 373 (Dezembro/66) esta afirmação volta a aparecer e agora duas vezes, nos artigos: «A UNIDADE DOS TRABALHADORES E CONDIÇÃO DA VITÓRIA» e «Os têxteis e o contrato colectivo». Não sabemos qual é a base para se fazer e repetir semelhante afirmação, porque o contrato colectivo dos têxteis poderá ter a duração de 3 anos, como se expressa no seu texto: «Este Contrato Colectivo entrará em vigor em vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro (...) e terá a duração de um ano, prorrogável por igual período de tempo até ao máximo de três anos, se qualquer das partes outorgantes o não denunciarem...» (Cláusula 2ª). Ora esta cláusula que é, duma maneira geral, igual em quase todos os contratos colectivos, só difere da maioria porque limita o prazo da sua validade até ao máximo de três anos, enquanto a maioria dos outros, embora dizendo-se sempre válidos por um ano, considera-o renovado ou prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se, entretanto não for denunciado por qualquer das partes com a antecedência mínima de três meses, numa época ou dois meses antes, respectivamente, das duas partes ou o contrato dos têxteis é tão provisório como todos os outros o há que disse logo quando se fala destas, ou não o é e não há que distingui-lo. Porque, aliás, as cláusulas iniciais são mais ou menos iguais em todos os contratos e acordos colectivos de trabalho. Comparar-se vários textos e chegar-se-á a esta conclusão.
- Também no n.º de Outubro saiu o seguinte título: «O corporativismo cresce nos camponeses...», quando deveria ter saído «O cooperativismo...»
- No artigo «A FAMILIA MELO CONTRA O MITO DA FAMILIA GUF» (Outubro/66) fala-se... dum contrato colectivo em estudo, quando se deveria falar do acordo colectivo. O mesmo se repete no artigo «MELHORES SALÁRIOS (...) PARA OS KINEIROS» (Novembro/66), ao falar-se de S. Pedro da Cova, cujo «contrato colectivo data de 1961».
- No artigo «A unidade forja-se na luta...» (Novembro/66) ao falar-se da unidade da classe operária diz-se que «...esta é a tarefa fundamental que a classe operária e o seu Partido, o Partido Comunista, tem ante si hoje, amanhã e sempre...» Este parágrafo parece-nos a mais.
- No artigo «OS INDUSTRIAIS DA ROÇA E OS CAMPONESES», (Dezembro/66), diz-se que... os capitalistas portugueses investiram várias dezenas de milhares de escudos... Pensamos que se queria dizer milhares de contos.
- No artigo «40 ANOS DE FASCISMO 40 ANOS DE PROTECÇÃO DOS MONOPÓLIOS», (Outubro/66) na parte final do artigo ao falar-se da nacionalização dos monopólios diz-se: «Uma tal tarefa inscrever-se-á no Programa do Partido Comunista...» Ela será levada a cabo após a queda da ditadura fascista. O emprego da palavra queda em vez de derrubamento já foi várias vezes criticada em toda a imprensa do Partido.
- Há depois alguns erros gramaticais que embora secundários alteram, num ou noutro caso, o sentido da frase. Assim, no artigo «Os colonialistas portugueses SERÃO DERROTADOS» além de se escrever umas vezes ministro da Defesa e outras vezes com minúscula, faltou o advérbio não na frase: «Que importa que o ministro da defesa afirmo ao país que os soldados são bem, vestem bem, vivem bem e o seu moral é elevado? As suas afirmações (...) alteram a realidade dos factos.»
- O facto destas observações se referirem a aspectos de pomenor e nunca ao conteúdo dos artigos referidos revela desde logo a nossa concordância com os mesmos. E assim é na realidade. Qualquer dos números aqui citados (Outubro/Novembro/Dezembro) merecem o nosso apoio e mostram, em nossa opinião, a confirmação duma melhoria que se vinha já acentuando nos números anteriores.

Com os votos de que o «Avante!» cumpra cada vez mais a sua missão, enviamos as

Janeiro/67

nossas saudações comunistas

Os documentos que se reproduzem são cartas internas da direcção clandestina do Partido para os camaradas então responsáveis do «Avante!». Como neles se salienta, «o facto destas observações se referirem a aspectos de pomenor e nunca ao conteúdo dos artigos referidos revela desde logo a nossa concordância com os mesmos». Mas a concordância não significava o silenciar dos erros ou das propostas para melhorar o «Avante!».

E os exemplos concretos eram aproveitados. Chegava-se ao pomenor. Exigia-se, inclusivamente, que uma notícia fosse exactamente isso, que contivesse informação exacta, pomenores identificáveis, na medida em que tal se poderia fazer num jornal clandestino. No Perreiró, etc. Razoável seria (e é) «para o leitor que não seja do Porto» localizar Perreiró. Órgão central do PCP, mas jornal, era o que se exigia e exige do «Avante!». As críticas que hoje publicamos dois exemplos vão todas nesse sentido. A questão do rigor da linguagem punha-se com clareza, pois era e é (também) do domínio da política escrever «derrubamento do fascismo» em vez de «queda do fascismo». Parecendo idêntico numa primeira leitura, não o é: o fascismo não cai, é derrubado. Ou ainda um outro exemplo: «várias dezenas de milhares de escudos» quando se «queria dizer milhares de contos». As críticas que junto publicamos — e pena é, por impossibilidade material, não publicar todas as que ainda se conservam — falam por si.

E quem tia com atenção o «Avante!» podia comparar, aprofundar a crítica, participar. Melhorá-lo, enfim.



Joaquim Rafael

limites. Andava muito, quilómetros e quilómetros, e a única preocupação que havia que ter com ele era arranjar-lhe uns sapatos especiais, porque tinha uma doença nos pés que muito o incomodava.

Extremamente aberto, comunicativo, imediatamente entrava em amizade com toda a gente, e sobretudo com os seus camaradas, os trabalhadores, a quem jamais a negava por mais riscos que isso o fizesse correr.

Vem a propósito evocar um episódio que muita gente de Vendas Novas ainda recordará. Era no tempo em que ele fazia a distribuição, também no Alentejo. Quando do golpe dos 108 - o chamado "processo dos 108" que levou no Alentejo à prisão do Comité Regional, de 3 sub-regionais e de 48

comités locais -, ele estava como funcionário do aparelho de distribuição, precisamente, em Vendas Novas, onde funcionava o Comité sub-Regional que abarcava a vila, Montemor, etc. A Pide estava justamente a fazer as prisões em Vendas Novas, hoje um, amanhã outro.

Pois ele e o camarada funcionário responsável do sector iam de casa em casa, naquelas onde já tinham feito prisões, animar as famílias. Estava numa casa, vinha alguém da vila avisar que sicrano também já tinha sido preso, e ele e outro funcionário lá iam para a casa da nova família atingida pela repressão. Não se percebe como não o apanharam: a polícia tinha-o completamente referenciado mas nunca conseguiu deitar-lhe a mão!

Camponês, foi sempre. Quando podia, sempre que a sua casa tinha nem que

fosse uns palmos de terra, lá estava ele a cultivar a sua hortita, a tratar da coelheira, das galinhas. Com o "Avante!" que saía daquela casa, sempre vinha um pequeno "presente" para animar a mesa numa outra casa clandestina...

Correu o País, Norte, Centro, zona de Lisboa. Em certa altura, esteve numa tipografia na região de Ourém, junto ao largo da Igreja. Um dia, conta um camarada que lá estava com ele, o padre resolveu fazer, no largo, uma grande prédica anticomunista que entrava pela casa dentro. O Rafael, agarrado ao rolo, tirava o "Avante!" com raiva e orgulho: "Este papel há-de ir gritar lá fora quem somos nós, os comunistas!"

Morreu já depois do 25 de Abril, provando, felizmente, ainda o gosto da liberdade e da vitória. Mas foram 30 anos de clandestinidade, mais de 25 passados

em tipografias, em tempos duros, de salários magros, dobrado dias e dias que foram anos e anos sobre a caixa do tipo ou sobre o prelo, num inteiro devotamento. Morreu estafado, muito doente que já estava há anos, "embebido" em chumbo e privações. Mas jamais perdendo aquela simplicidade, a generosidade e a alegria, aquele dom de se ligar às pessoas como um verdadeiro amigo.

É justo considerá-lo um símbolo do trabalho clandestino nas tipografias. Não foi assassinado como muitos outros dos nossos heróis, não foi sequer preso - e isso, se é mérito do nosso Partido, que defendia as suas tipografias como "a menina dos seus olhos", é também trabalho seu, que sempre encontrava a melhor maneira de defender a sua tarefa, os bens e a continuidade do trabalho do Partido.

Um baile numa tipografia clandestina!

Certa vez, uma vizinha da casa onde Joaquim Rafael vivia, e onde estava instalada uma tipografia, pretendeu dar um baile para «apresentar» a filha. Mas a casa da dita vizinha não oferecia grandes condições para o efeito, e como já visitara Joaquim Rafael e a companheira, e verificara que, ali, não havia falta de espaço (não só os haveres eram poucos como era preciso liberdade de movimentos para trabalhar com o prelo) - de que se lembra ela? Pedir ao nosso camarada para ceder a sua casa para o baile...

Joaquim Rafael não se atrapalhou. Em vez de inventar argumentos para negar a solicitação - disse que sim. Lá arranjou as coisas para que tudo corresse pelo melhor, nem pôr em causa a segurança da instalação. E, numa bela noite, houve festa rija, com comidas, bebidas e grande animação em volta de uma bem dissimulada tipografia clandestina!

Quando, mais tarde, Joaquim Rafael contou aos camaradas o que acontecera, nem queriam acreditar... E a história do baile na tipografia clandestina do «Avante!» foi daquelas que nunca mais ficou esquecida.

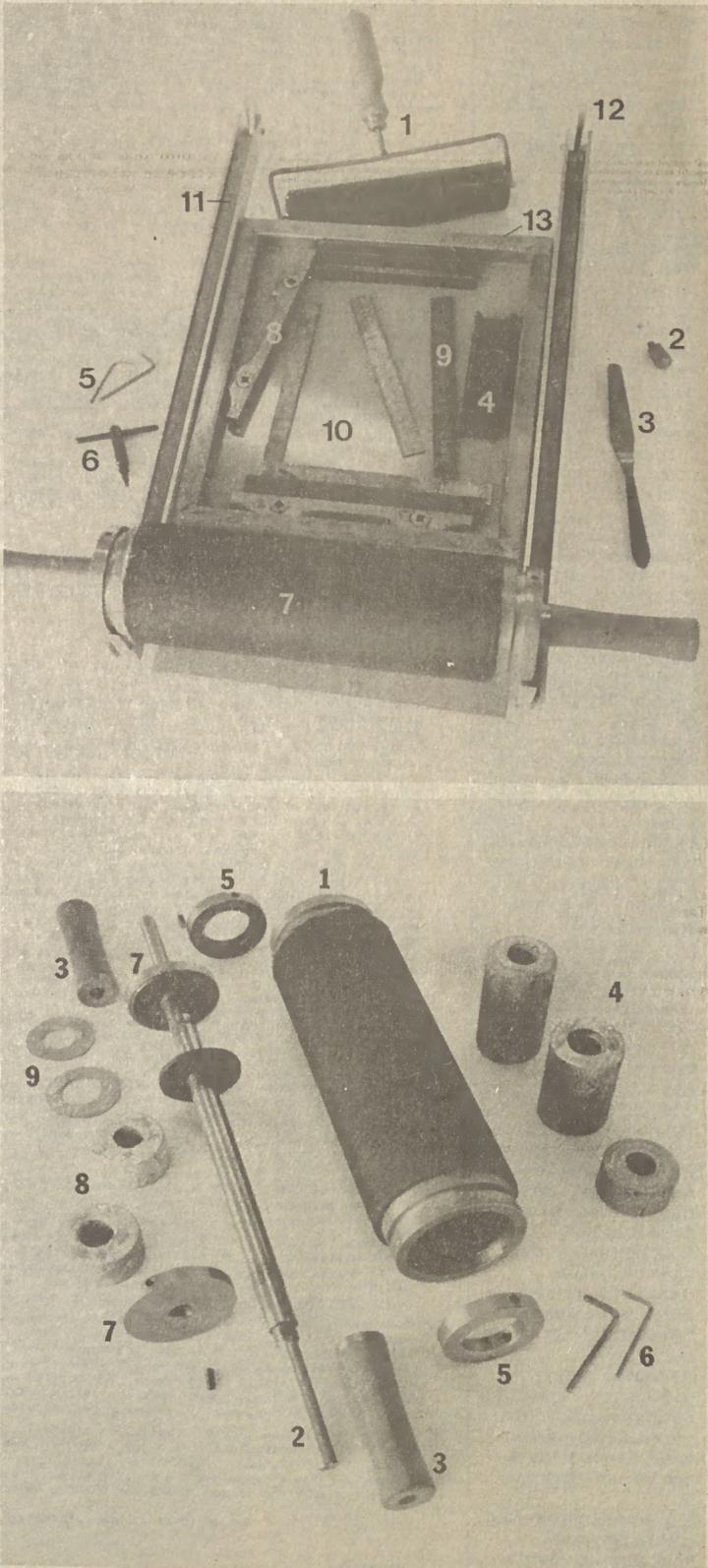
Os prelos da clandestinidade

Os prelos utilizados nas tipografias clandestinas do PCP sofreram, ao longo dos anos, sucessivos melhoramentos mas, no essencial o seu esquema manteve-se o mesmo: o carácter artesanal da sua construção e montagem revelava-se particularmente indicado para o seu transporte e instalação, o trabalho silencioso correspondia às exigências de defesa da clandestinidade e as deficiências técnicas foram, anos e anos a fio, supridas pelo esforço e dedicação dos tipógrafos clandestinos.

O prelo de que se apresentam duas fotografias é um dos últimos a ser construído e encontrava-se em funcionamento no 25 de Abril de 1974; as suas dimensões indicavam-no para materiais de formatos mais reduzidos que o "Avante!".

Na primeira foto pode ver-se: (1) rolo de borracha para aplicação de tinta nos tipos; (2) parafuso de travão do rolo impressor; (3) espátula para espalhar a tinta numa placa de vidro de onde passava ao rolo de tintagem; (4) material branco de tipografia para aperto da composição; (5) chaves para desmontagem do rolo impressor; (6) chave dos apertos da composição; (7) rolo impressor; (8) apertos da composição; (9) barras de material branco de tipografia para aperto da composição; (10) base do prelo na qual assenta a composição. Neste modelo, esta base é de aglomerado de madeira revestida a fórmica, solução adoptada para substituir as bases de ferro, tomando mais leve toda a máquina; (11) guias para o rolo impressor. Também com vista a diminuir o peso, aqui são utilizadas barras de alumínio e madeira, substituindo as antigas calhas de metal; (12) batentes finais do rolo impressor; (13) rama em tubo de ferro para aperto da composição.

A segunda foto apresenta o rolo impressor completamente desmanchado. Numa primeira fase, estes rolos eram construídos em metal maciço, com pesos de 25 e 30 quilos, necessário à qualidade da impressão. Tais pesos dificultavam porém muito o transporte e mudanças, tendo constituído um importante melhoramento a adopção de prelos ocos, trabalhados a torno, cheios com blocos de chumbo. Os rolos como este tinham não apenas a vantagem de, desmontados, serem mais fáceis de transportar como também, mediante o transporte de peças separadas, defender melhor o camarada que realizasse a deslocação contra possíveis acções policiais que, com um rolo maciço, imediatamente detectariam a função do objecto que, em peças, se tornava praticamente irreconhecível. (1) cilindro oco torneado, revestido com uma manga de borracha e uma camisa de cotim; (2) eixo do rolo, para manuseamento e fixação das tampas; (3) pegas de madeira; (4) cilindros de chumbo que, dentro do rolo, lhe dão o peso necessário ao trabalho; (5) anilhas de fixação interior dos cilindros de chumbo; (6) chaves para desmontagem; (7) tampas laterais do cilindro; (8) anilhas de suporte do eixo; (9) anilhas de pressão para aperto das tampas laterais.



SÉRGIO VILARIGUES

«Não há uma só grande luta durante o fascismo em que o «Avante!» não tenha desempenhado importante papel»



SÉRGIO VILARIGUES, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP: 66 anos de idade, 3 anos na Federação da Juventude Comunista, 46 de Partido, 39 de funcionário, 40 de Comité Central, 32 anos seguidos no Secretariado. Seis anos de prisão, ainda nos anos trinta, em Peniche e no Tarrafal, com passagem por Angra do Heroísmo. Uma característica única no seu percurso de dirigente do Partido: a partir de 1940, depois do regresso do Campo da Morte Lenta, nunca mais a PIDE o conseguiu descobrir e prender. Porquê? «Talvez devido à minha aparência comum, de português médio, e se calhar também por um pouco de sorte...»

Sérgio Vilarigues: um camarada em excelente posição para falar sobre o «Avante!» da clandestinidade, do seu papel na luta antifascista, do seu funcionamento. Diz-nos: «Não há uma só grande luta durante o fascismo em que o "Avante!" não tenha desempenhado um papel de organizador, de propagandista, de agitador, de mobilizador e de esclarecedor, como reflexo da intervenção e da política do Partido. Um papel e uma intervenção firmemente baseados em posições de classe, claras e inequívocas, como sempre foram as do nosso Partido». Da conversa com o repórter do «Avante!» de hoje sobre o «Avante!» de ontem - tão diferentes e tão iguais! - aqui fica o relato.

- Sérgio, tu foste um dos camaradas que acompanhou de perto o período da reorganização do Partido nos anos 1941/42, altura em que o «Avante!» se volta a publicar, depois de cerca de dois anos de interrupção. Queres falar um pouco sobre isto?

- Efectivamente, uma das primeiras tarefas que se nos colocou nessa altura foi fazer sair novamente o «Avante!», a voz do nosso Partido, que nas condições de então, e de certo modo ainda hoje, tinha igualmente uma importância fundamental na divulgação das lutas e das experiências da classe operária e de todos os trabalhadores. E, claro, acima de tudo, como organizador ou, se quisermos, como reorganizador, visto que a saída do jornal se enquadrava e era ao mesmo tempo uma peça fundamental no

esforço que se estava a fazer para a reorganização do Partido. Nesta fase, pois, o «Avante!» começou logo a ter um grande papel como organizador, informador e também esclarecedor, educando os membros do Partido e a classe operária no espírito patriótico e internacionalista.

- Estava-se então em plena Segunda Guerra...

- Exacto. A imprensa em geral, sujeita à censura ou nas mãos do fascismo, não podia dar nem dava uma informação objectiva do que se passava. O «Avante!» assumiu essa função, dedicando pelo menos toda a última página às notícias do conflito mundial e à mobilização do nosso povo

a favor da coligação antinazi. Fizemos uma grande campanha, por exemplo, pela necessidade da abertura da «segunda frente», e também não podemos esquecer a mobilização para as grandes jornadas da comemoração da vitória, no fim da guerra.

Podemos igualmente dizer, por outro lado, que o «Avante!» desempenhou neste período um importante papel no desmascaramento do apoio do governo fascista português à Alemanha nazi, tal como o tinha feito antes em relação ao

franquismo, durante a guerra de Espanha. Enquanto o nosso povo passava privações, seguiam géneros alimentícios e outros para a Espanha e Alemanha, e o «Avante!» contribuiu decisivamente para o alertar da opinião pública e a organização de manifestações, concentrações e outras formas de protesto contra uma tal atitude do fascismo português.



AVANTES

luta

no



• Apolo às lutas e unidade

Entretanto, esse princípio dos anos quarenta foi também muito importante sob o ponto de vista das lutas reivindicativas, não é verdade? Assim foi. Uma das primeiras, talvez mesmo a primeira grande greve depois da reorganização do Partido foi a greve da serra, envolvendo os técnicos da Covilhã, em que o Partido teve um papel importante... o próprio Manuel Guedes, então no Secretariado, se deslocou lá... e que teve no «Avante!» um apoio e um reflexo significativos...

• Internacionalismo militante

Falaste há pouco da Grande Guerra, e talvez venha agora a propósito abordar outros aspectos da temática internacional nas páginas do «Avante!», não já em relação só aos anos quarenta, que aqui focamos apenas como exemplo, mas em geral... Foi-nos o papel do «Avante!» durante a guerra, da sua intervenção em defesa das forças antifascistas, e a este respeito convém acentuar que o papel educador do «Avante!», refletindo as posições do Partido, sempre se fez tendo em conta por um lado o espírito internacionalista e por outro o patriotismo e os interesses nacionais...

• Luta contra a repressão, e recolha de fundos

Falámos do «Avante!» como organizador, propagandista e esclarecedor. Quanto à luta concreta durante o fascismo, queríamos acrescentar algo mais? O «Avante!» teve um papel decisivo em toda a luta do Partido durante esses anos, tal como, em condições diferentes, e a continuar a ter ainda hoje. Claro que seria extremamente difícil, nesta curta conversa, focar todos os aspectos importantes, mas há ainda dois que não poderiam ser esquecidos. Um deles foi a luta contra a repressão e pela libertação dos presos políticos...

Lisboa, margem Sul do Tejo e São João da Madeira, as de 8/9 de Maio de 44 no Baixo Ribatejo e Pero Pinheiro, e depois as da construção naval, em 47, etc. Sobre estas e muitas outras lutas, na altura tal como hoje, quem se quisesse informar só o poderia fazer através da leitura do nosso órgão central... Tal como em relação a outros aspectos... Certo, E, falando ainda desta época, como exemplo de uma constante que sempre foi a luta pela unidade, convém lembrar o apoio à criação do MUD e o acompanhamento das actividades do MUNAF e do MUD, assim como a intervenção nas campanhas «eletorais» do fascismo... Qual a reacção ao «Avante!» nos meios democráticos? Normalmente muito boa. Deve dizer-se que não eram poucas, durante a ditadura, as personalidades e figuras antifascistas exteriores ao Partido para quem a leitura do «Avante!», o conhecimento das informações, posições e análises que publicava, era considerada indispensável, o que desta ou daquela maneira nos faziam chegar o seu desejo - a que procurávamos corresponder - de o ler.

Foi o importantíssimo contributo dado pelo «Avante!» para a angariação de fundos para o Partido, tarefa esta nada fácil, como se calcula, durante a clandestinidade. A PIDE e a reacção desde sempre faziam muito do «ouro de Moscovo», mas, escusado será dizê-lo, tratava-se de uma falsidade, particularmente ridícula se nos lembrarmos, por exemplo, que até 1954 os nossos contactos internacionais eram praticamente nulos... As campanhas de fundos, a publicação das célebres rubricas, por vezes intermináveis no seu corpo mudoinho,

• As tipografias e os seus heróis

Mudemos agora de assunto e falemos de outro aspecto muito importante da vida do «Avante!» clandestino: o funcionamento das tipografias... Trata-se, efectivamente, de um aspecto muito importante. Não era por acaso que a polícia política centrava grande parte dos seus esforços em descobrir e assaltar as tipografias, pois elas eram o centro nevrálgico da nossa acção de massas, de onde saíam não só o «Avante!» como também «O Militante», outras publicações, manifestos, tarjetas, etc. Quando a PIDE conseguia assaltar uma tipografia inundava logo os jornais com notas oficiaisas gritando que tinha posto fim à «subversão». Mas acontece que, nomeadamente a partir de certa altura, nós tínhamos mais do que uma tipografia operacional, e quando uma caía logo outra entrava em funcionamento... E às vezes acontecia que, poucos dias depois de a PIDE divulgar as tais notícias, já o «Avante!» andava outra vez de mão em mão... Sublinhe-se, entretanto, que ao contrário do que acontece com outros, sempre o nosso órgão central foi impresso no interior do País... Quanto ao funcionamento das tipografias... Nos seus aspectos gerais é já conhecido. A tipografia era uma casa normal, onde dois ou três camaradas viviam uma vida aparentemente normal que servia de cobertura à sua real actividade de tipógrafos clandestinos...

Finalmente, cabe ainda referir, quanto à temática internacional no «Avante!», a permanente mobilização na luta pela paz, contra o Pacto do Atlântico, a guerra fria e a política agressiva do imperialismo, sob o ponto de vista de esclarecimento da opinião pública e também no que se refere a iniciativas concretas, como por exemplo as manifestações contra a guerra no Vietnam.

É importante sublinhar que esta campanha tiveram êxito assinaláveis: muitas vezes conseguiu-se a libertação de presos e evitaram-se assassinatos devido à tortura, e isto graças aos alertas e denúncias lançados pelo «Avante!» e pelo Partido. E a prova de que essa acção, ao contrário do que alguns possam pensar, tinha mesmo efeitos, é que, como todos nós lembramos, a PIDE muitas vezes tinha que vir a público justificar-se, através de notas oficiais e comunicados nos jornais, procurando «desmentir» notícias vindas no «Avante!» e que, entretanto, tinham ganho a opinião pública. Isto também prova, é evidente, a grande repercussão e aceitação popular das informações veiculadas pelo «Avante!»... Outra aspecto?

reflectiam, por um lado, a luta e a implantação de massas do Partido, e por outro lado a forma como amigos e simpatizantes do Partido correspondiam à nossa política e necessidades, que eram afinal as necessidades da luta do povo português contra o fascismo. Não era por acaso que essas rubricas, em vez de nomes de pessoas ou pseudónimos, traziam muitas vezes as palavras de ordem da luta do Partido... Isto prova e documenta, aliás, que ontem como hoje a questão dos fundos é uma tarefa política fundamental e uma componente indissociável da vida do Partido.

acontece que esse corpo era muito pouco utilizado nos trabalhos tipográficos, o que tornava muito difícil encontrá-lo no mercado. Mas sempre se arranjava um armazenista amigo que fazia a encomenda como se fosse para ele... E quanto ao papel? Isso era outra dificuldade. O «Avante!» começou por ser impresso em papel normal, mas depois verificou-se a vantagem, nomeadamente por questões de transporte e de defesa, em adoptar um papel mais fino. Mas, claro, não era fácil chegar a uma loja e comprar grandes remessas de papel-biblia. A verdade é que com criatividade e imaginação estas e outras dificuldades sempre acabaram por ser vencidas, e o certo é que a partir da reorganização, apesar da feroz perseguição da PIDE, o «Avante!» nunca deixou de sair regularmente... Havia também o trabalho redactorial propriamente dito...

Claro que havia, mas funcionava separadamente da tipografia. Às vezes há a ideia de que havia uma redacção, no sentido estrito do termo. Não era assim. A direcção do Partido - primeiro o Secretariado, mais tarde a Comissão Executiva do CC - era directamente responsável pelas tipografias e pela feitura do jornal, o que não quer dizer que não houvesse - e havia até bastante - colaboração escrita de outros camaradas, nomeadamente responsáveis por esta ou aquela frente de trabalho. É evidente que para além desta responsabilidade colectiva havia geralmente um camarada mais directamente responsável por esta tarefa - e o primeiro tipógrafo, a seguir à reorganização, foi o José Gregório, ainda que por pouco tempo... Pelas tipografias do «Avante!» e como responsáveis por elas passaram dezenas de camaradas, homens e mulheres, cujo trabalho merece ser evocado, não é verdade?

Acho mesmo indispensável. José Gregório, José Moreira, Joaquim Rafael, Maria Machado, Manuel da Silva, e tantos e tantos outros, uns já desaparecidos, outros felizesmente ainda vivos, foram verdadeiros heróis do trabalho clandestino relacionado com o «Avante!», aos quais há que juntar muitas e muitas dezenas de distribuidores desconhecidos, heróis anónimos locais de trabalho contribuíram decisivamente para a divulgação do nosso órgão central e da linha do Partido. Trabalhar nas tipografias durante anos e anos seguidos, em tensão permanente, realizando um trabalho extremamente duro, era realmente uma tarefa heróica, só possível com muito espírito de sacrifício, muita dedicação, muita entrega. Era necessário ter uma alta consciência de transcendente tarefa política que desempenhavam, e é por isso que os obreiros do «Avante!» têm o seu nome para sempre gravado no património da nossa luta, da luta do povo português.



Manuel da Silva Os pides chamaram-lhe o «pai das tipografias»

Ainda hoje, muitas vezes, «Ivo» no tu-cá-tu-lá dos seus companheiros de clandestinidade, recuperou o seu nome de Manuel quando para todos nós raiou a liberdade.

Até ao 25 de Abril, foram quase trinta anos de vida clandestina. A PIDE foi referenciando o «Ivo» ao longo de muitas prisões e de algumas traições. Mas nunca conseguiu apanhá-lo. Perdeu-lhe tanto tempo o rasto que chegava a atirar, em interrogatórios, aos comunistas que ia prendendo: «Deportaram-no, vocês? Liquidaram-no!». Chamava-lhe «o pai das tipos». O Manuel - Manuel Luís da Silva Junior - hoje com 72 anos, militante comunista «no activo», reponta com o seu gesto manso e a fala pausada onde não cabem adjectivos: «Eu só tive as tipografias durante 12 anos...»

E quem o ouve fica, de repente, de coração apertado, sabendo que não vai ser capaz de traduzir, das palavras magras que ele vai dizer, a dedicação sem limites, o não olhar jamais a sacrifícios, a disciplina, o engenho e a generosidade que enformaram toda a sua vida. Modéstia tão funda que só mesmo conhecendo-lhe a vida e pontuando-a depois com as recordações que deixou aos seus companheiros desses tempos heróicos, lendo, aqui e ali, neste mesmo «Avante!», aquilo que tantos outros trazem em si «do Manel» - só então é possível chamar-lhe um herói do nosso tempo.

O «salto»... para a vida

«Soubeste que a tua casa ia ser assaltada e fugiste...»

Nada disso. Eles sabiam quem eu era, no que é que andava metido, e andavam atrás de mim para me apanhar em flagrante. Pouco tempo antes, eu tinha ajudado a levantar uma casa do Alvaro, ali para os lados do Freixial, e a polícia veio a descobrir que eu tinha tido alguma coisa a ver com o transporte que fora utilizado (eu era então motorista de táxi, estava aqui na «praça» em Lisboa). Era a ponta para me pegarem...

Estava eu em casa,

tinha ela três anos, por fins de 1951, que fui chamado para agarrar as tipografias. Essa foi a minha tarefa até 1963.

E foram 12 anos de tipografias...

A primeira, com o Joaquim Rafael. Começámos por fazer os dois a mudança do material para uma casa clandestina que já tinha servido para outras tarefas. Depois, uma outra, onde trabalhava o Gui Lourenço. Mais tarde, montou-se uma terceira. Nela, o Carlos Pires, um jovem de 17 anos que durante os 18 anos seguintes (até ao 25 de Abril) faria, mês a mês - às vezes quinquena a quinquena - o nosso «Avante!»

«É claro que tu controlavas aquela tarefa, esses e outros camaradas e instalações. Não trabalhavas directamente na impressão...»

De vez em quando também era preciso trabalhar na impressão. Conforme as necessidades. O princípio era que o material deveria estar na rua oito dias depois de entregue o original. Acontecia às vezes que a «maquette» ou algum original para compor se atrasavam, e só os próprios camaradas das tipografias não conseguiam acabar tudo a tempo. Então, a gente revezava-se para não fazer parar o prelo.

Mas, além disso, eu e a Gertrudes também fomos tipógrafos! Tínhamos em casa um prelozinho onde fizemos milhares de manifestos e onde se fazia «O Camponês». E há até uma coisa histórica para nós, na nossa vida de companheiros e camaradas: a primeira fotografia que foi publicada da Catarina Eufémia, no «Camponês», estava no prelo - fínhamos começado a tirar - quando nasceu o nosso filho. Há 28 anos. Interrompeu-se, tapou-se tudo, veio uma padeira a casa e até, nos primeiros dias, uma mulherzinha que vendia fruta lá na rua (era a R. Vitor Bastos) para ajudar nos trabalhos domésticos e tudo parecer muito normal: uma casa de gente remediada onde acabara de nascer uma criança. Só que à noite, a mulherzinha saía, e lá ia o Manel tirar o «Camponês» com a fotografia da Catarina...

... para que esta voz jamais fosse calada!

Os mesmos números do «Avante!» clandestino aparecem muitas vezes com aspectos diferentes. Isso

ANO 32º - III SÉRIE - N.º 130 - OUTUBRO DE 1964 - PREÇO: 1500 Proletários de todos os Países: UNI-VOS!

O Militante O TRABALHO SINDICAL

UM ELO DE LIGAÇÃO COM AS MASSAS

Trabalho sindical. Eis uma tarefa das mais importantes e complexas no trabalho de massas do Partido. Dominar o trabalho sindical é conhecer e estudar o trabalho mais elementar de esclarecimento das massas acerca da importância da luta sindical e dos interesses e reivindicações dos trabalhadores. Estudar e dominar o trabalho sindical é também estudar e conhecer o funcionamento das assembleias gerais e estar a par para as desmascarar, das manobras e falsidades mais freqüentemente praticadas pelos fascistas e comber, enfim, todas as possibilidades de utilização dos sindicatos, por parte dos trabalhadores para os transformar em organizações demagógicas do fascismo em organizações de defesa dos interesses e reivindicações dos trabalhadores. Estudar e dominar o trabalho sindical é também estudar e conhecer os aspectos do trabalho sindical, em uma das tarefas mais importantes para os quadros do Partido ligados ao trabalho de massas...

à Juventude Comunista.

Existia então o Bloco Académico-Anti-Fascista, em que já então participavam Álvaro Cunhal, Pedro Soares. Jámos para as escolas distribuir manifestos, fazíamos mesmo comícios - tudo sobre problemas académicos. Lembro-me muito bem de uma manifestação de protesto junto da Politécnica. O Alvaro foi preso nessa altura. O Pedro Soares também - mas esse safou-se porque tinha consigo um daqueles Avantes falsos que a polícia fazia. Muitos outros - o Tobias, por exemplo - foram presos e muitos deles deportados para o Tarrafal como implicados nas JC.

Pouco depois

começou-se nos primeiros passos para a reorganização do Partido. Foi nessa altura que me liguei, através de um jovem camarada de Alfama. Participei a certa altura numa reunião sobre trabalho de organização, mas ainda não tinha passado das pequenas tarefas.

Só em 1935, princípios de 36 é que comeci a trabalhar mais a sério. Num organismo controlado pelo Pires Jorge e o Ludgero Pinto Basto (não sei se era o Comité Local ou o Regional de Lisboa), fui ligado ao aparelho de agitação. Em malas que só às costas a gente conseguia levar, era deles que recebia o material para o Arsenal e para a zona de Alcântara.

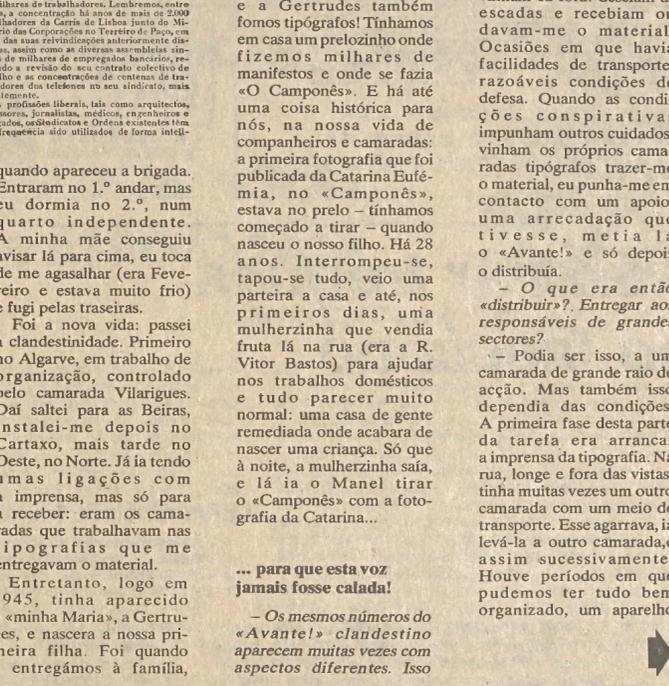
Em 1936 fui denunciado e preso. Logo deportado para Angra, foi lá que fui julgado e condenado. A 26 meses. Dois anos e tal depois, voltei. E voltei, pelo menos naqueles primeiros anos, para a mesma tarefa: a distribuição. Só em 1945 - a minha casa estava a ser assaltada - passei à clandestinidade.

deve querer dizer que se fariam em diferentes tipografias... Assim era, de facto. Já no meu tempo o «Avante!» era geralmente feito em mais do que uma tipografia (nelas, aliás, se tiravam outros materiais, nomeadamente «O Militante»). Não era ainda a fase da «regionalização» - tipografia no Norte, no Sul e outra aqui em Lisboa, que sobretudo o perigo nos transportes impôs, mas que só no princípio dos anos 60 se concretizaria. No entanto, o Partido tinha há muito mais que uma tipografia onde, mesmo que lá não se fizesse sistematicamente o «Avante!», tudo estava preparado para o fazer, como recurso: havia o prelo, o cabeçalho, o papel adequado. Se uma tipografia caía, havia sempre uma outra para «agarrar o testemunho». Só assim foi possível manter a publicação do «Avante!» desde 1941 sem interrupção... Que passos que cuidados, que trabalho, envolvia o trabalho com as tipografias? Além da rigorosa observância de regras do trabalho conspirativo que se aplicavam a todo o nosso trabalho, e outras que se aplicavam especificamente às tipografias, dependia em cada momento do estado da organização, da sua segurança e da sua estruturação. Havia ocasiões em que as camaradas tipógrafas nem vinham cá fora: desciam as escadas e recebiam o material. Outras vezes em que havia facilidades de transporte, razoáveis condições de defesa. Quando as condições conspirativas impunham outros cuidados, vinham os próprios camaradas tipógrafos trazerem o material, eu punha-me em contacto com um apoio, uma arrecadação que tivesse, metia lá o «Avante!» e só depois o distribuía... O que era então «distribuir»? Entregar aos responsáveis de grandes sectores? Podia ser isso, a um camarada de grande raio de acção. Mas também isso dependia das condições. A primeira fase desta parte da tarefa era arrancar a imprensa da tipografia. Na rua, longe e fora das vistas, tinha muitas vezes um outro camarada com um meio de transporte. Esse agrava, ia levá-la a outro camarada, e assim sucessivamente. Houve períodos em que pudemos ter tudo bem organizado, um aparelho

quando apareceu a brigada. Entraram no 1.º andar, mas eu dormia no 2.º, num quarto independente. A minha mãe conseguiu avisar lá para cima, eu toco de me agasalhar (era Ferveiro e estava muito frio) e fugi pelas traseiras.

Entretanto, logo em

1945, tinha aparecido a «minha Maria», a Gertrudes, e nascera a nossa primeira filha. Foi quando a entregámos à família,



O segundo andar da Rua Vitor Bastos, em Campolide, uma das casas clandestinas do camarada Manuel da Silva e sua companheira onde também funcionou uma tipografia de «O Camponês»

Números especiais: Sempre que a nossa voz for necessária



EM diversas situações e por motivos específicos o «Avante!» de após o 25 de Abril saiu em edições especiais que, como tal, foram ao encontro dos leitores fora da sua periodicidade semanal. Necessariamente esses números apresentaram peculiaridades e diferenças de paginação, formato, assunto(s) em questão, etc., assim como surgiram sem nexo temporal entre si ou com o perfil editorial do jornal. De comum apenas — e sempre — a necessidade de intervenção política, a urgência, a importância de levar a voz do Partido às massas, na hora certa dum determinado acontecimento político.

Essas edições especiais apareceram em uma de duas situações: como suplemento de um determinado acontecimento político ou como número isolado a marcar presença face a qualquer evento ou ocorrência nacional. Nesta breve resenha, começamos por estes últimos.

O primeiro número especial do «Avante!» surgiu a 29 de Julho de 1974, totalmente dedicado ao reconhecimento formal pelo Portugal de Abril, do direito dos

povos das colónias à independência. Em 30 de Setembro de 1974 intitulado a toda a largura da primeira página «A reacção não passou!», toda a edição, de quatro páginas, era dedicada aos acontecimentos de 28 de Setembro, quando a tentativa contra-revolucionária da «maioria silenciosa» foi travada pela decidida intervenção das massas populares e a MFA.

Em 3 de Outubro, um outro número especial de 12 páginas cobria

o VII Congresso (Extraordinário) do PCP, o primeiro na legalidade e fazendo na sua última página a primeira apresentação pública de todos os membros do Comité Central.

Seguiram-se dois suplementos, um a cores em 3 de Janeiro de 1975 dedicado à fuga de Peniche e com poemas de Pablo Neruda sobre Portugal e a luta antifascista, outro a 13 de Fevereiro assinalando o 44.º aniversário do «Avante!». A 11 de Março de 1975, no próprio dia do golpe reaccionário frustrado o «Avante!» saiu para a rua, numa única folha, a mobilizar todos os democratas para a defesa da democracia, apresentando de novo no dia seguinte, já com quatro páginas, a fazer as primeiras apreciações do golpe falhado.

A 26 de Abril de 1975 um número especial comemorava os resultados provisórios das eleições para a Assembleia Constituinte e um outro no mês seguinte, a 6 de Maio, dedicava-se às suas 3 páginas aos festejos do 1.º de Maio. Em 3 de Junho surgiu um caderno especial com o projecto de Constituição apresentado pelo PCP à Assembleia da República e no

mês seguinte, a 11 de Agosto, novo número especial relatava uma reunião do CC do PCP em Alhandra. Já em 1976, a 16 de Março, uma edição de 12 páginas dava conta da Conferência Nacional do PCP, que se realizou no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, e a 26 de Abril surgia nova edição a propósito dos resultados, então ainda provisórios, das primeiras eleições para a Assembleia da República. Mais tarde, em 3 de Junho de 1979 e coincidindo com o encerramento do IX Congresso do PCP, que se realizou no Barreiro, saiu mais um número especial do «Avante!».

Finalmente em relação aos suplementos diários, estes surgiram em três alturas distintas: de 2 a 23 de Abril de 1975 acompanhando a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte (o número de 13/4 saiu com fotografias a cores); de 5 a 21 de Abril de 1976 fazendo a cobertura da primeira campanha eleitoral para a Assembleia da República; em 12, 13 e 14 de Novembro de 1976, quando do VIII Congresso do PCP. A série diária de 2 a 23 de Abril de 1975 teve a particularidade de sair em formato tabloide.

para esse fim, com um funcionário que levava o material, por exemplo, só para o Norte. Mas muitas vezes era eu próprio que tinha que levar o material de Lisboa para o Porto. Havia um transporte nosso, tudo previamente discutido, mas corriam-se por vezes riscos imprevisíveis. Lembro-me que uma vez, nessas andanças, na estrada Lisboa-Porto, um moço num «Cocciolo» foi contra uma carroça e espafingou-se todo. Para o salvar, tivemos que ser nós, eu e camarada que ia no transporte, a levá-lo ao Hospital. Foi o camarada que andou para a frente — eu desculpei-me, disse que tinha que aproveitar para ir fazer qualquer coisa urgente... O facto é que o ferido entrou no hospital no mesmo carro em que se levava uma boa quantidade de jornais!

Noutras alturas, quando a PIDE nos roubava quadros e organizações, era preciso levar o material quase até à base... Noutras, ainda, ia para depois, de onde saía por outras mãos. Mãos que, às vezes, falhavam logo à segunda vez: é o caso de um camarada que uma primeira vez apanhou uma tal carga que nunca mais se abalçou a outra!

Mas o princípio, para quem controlava e lavandava o material das tipografias, era entregar a camaradas responsáveis por grandes sectores, ter um aparelho em que o funcionário se apoiasse para fazer a respectiva distribuição.

Manuel da Silva



FRUTA
OS CAMPONESES E O PÚBLICO...
SALAZAR CONTRA OS VINICULTORES!
O governador de Vila Real...
A parte nova campanha vinícola!
A situação do produtor agrava-se...



o PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E A REFORMA AGRÁRIA
O Partido Comunista Português...
UM PUNHAO DE TRAIBORES VENDE A NAÇÃO A RETALIADOS!
Praguejando este mais um dia...

O corticeiro
Lêr a dor a ler as complicações de trabalho...
MILHARES DE OPERÁRIOS LUTAM CONTRA O ENCERRAMENTO DAS FABRICAS
Redução dos Dias de Trabalho por Aumento de Salários...

O LAVRADOR DO NORTE
O Lavrador do Norte...
A COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE BRAGA PRELUDIA OS INTERESSES DOS LAVRADORES
A Cooperativa dos Produtores de Leite de Braga...

Que queremos
O trabalhador do Norte...
AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES
9 ANOS EM DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE TÊXTIL

GATO POR LEBRE
O Novo Contrato Colectivo...
RENOVAMENTO DA CLASSE TÊXTIL



GATO POR LEBRE
O Novo Contrato Colectivo...
RENOVAMENTO DA CLASSE TÊXTIL

AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES
9 ANOS EM DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE TÊXTIL
O trabalho têxtil, sempre foi uma luta constante...

GATO POR LEBRE
O Novo Contrato Colectivo...
RENOVAMENTO DA CLASSE TÊXTIL

AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES
9 ANOS EM DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE TÊXTIL

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!
UNIDADE POVO - MFA!

UNIDADE DE TODAS AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS
VERDADEIRAMENTE INTERESSADAS EM BATER A REACÇÃO

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!
A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS É NOSSA!

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português foi uma apoteótica e fraternal jornada que comprovou a firme determinação do PCP na defesa dos supremos interesses dos trabalhadores e do Povo português, consolidou a Unidade das forças democráticas e manifestou a confiança dos comunistas no futuro de Portugal libertado

PROCLAMAÇÃO DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

As voltas que o «Avante!» dá...

Seis vezes, pelo menos, tinha ele que passar pelas minhas mãos. Arrancava o papel do armazém em que o tínhamos, ia pôr a quantidade necessária numa arrecadação: era um primeiro «corte». A partir daí é que o distribuía pelas tipografias — normalmente mais do que uma e muitas vezes muito distantes umas das outras. Depois de impresso, era quase a mesma volta, só que ao contrário — e o destino seria em breve a rua, a voz do Partido ia chegar, mais uma vez, aos trabalhadores.

Era sempre trabalhoso. Mas se tudo estava bem organizado e defendido, fazia-se sem grandes sacrifícios. No entanto, mesmo nessas condições, havia coisas nesta tarefa que eram sempre difíceis.

Mudar uma tipografia, por exemplo. Era o cabo dos trabalhos! Por vezes tinha que ser feito a pulso — e quanto isso custava pode-se imaginar se se pensar que só um rolo pesava de 28 a 30 quilos. E o prelo, e o chumbo para a composição, e as latas de tinta, e o papel...

A gente pegava em tudo — dois camaradas, às vezes. A uma certa distância metíamos-nos num táxi. Depois descarregava-se, outra vez a pulso para fazer o corte, um outro táxi — enfim, até ao novo destino. E isto por várias vezes e por diferentes caminhos — porque uma tipografia não podia, em condições normais, ser mudada de uma só vez.

Outras vezes fazia-se «mudanças» — mudança de toda a instalação, com o material da tipografia

misturado com os tarefas da casa, tudo numa camioneta. Descarregava-se numa estrada, perto de uma habitação ou de um portal, com uma explicação qualquer. Em seguida, ia-se buscar outro transporte a um sítio muito diferente, levava-se tudo geralmente para uma «arrecadação», e daí se tirando aos bocados — novamente a pulso, para melhor poder utilizar e defender o meio de transporte.

Tudo isto se tinha que fazer sem que a polícia «mordesse» um só dos nossos passos — e se havia coisas que a PIDE procurasse, essas, eram as nossas tipografias!

A vitória sobre o medo

Não me lembro de nenhuma situação de perigo imediato para qualquer tipografia nos tempos em que fui responsável por essa tarefa. Mas abordagens tive — algumas por erros meus, como naquela ocasião, no Porto, em que ia levantar o material de uma tipografia, num transporte, e me enganai na via: meti por sentido proibido. A polícia veio em cima de mim. Lá

Era preciso ter a cabeça fria, não entrar em pânico, fazer tudo para controlar o medo, enfim. Mas sobretudo, nunca desarmar na vigilância.

Defender este trabalho, defender as tipografias, era sempre a preocupação essencial. Essa defesa fazia-se às vezes das formas mais inesperadas, mais desusadas. Nisso, o Joaquim Rafael merece ser lembrado. Foi um campeão! Não é só o caso do baile que deixou que se fizesse lá em casa — na tipografia! — ou das amizades que mantinha com toda a vizinhança, incluindo guardas da GNR junto de quem morava. Foi a sua dedicação, a sua inventiva, o seu apuro, o cuidado — que tantos frutos deu! — com que preparou os jovens (e menos jovens...) que lhe passaram pelas mãos. Como quadros dedicados ao Partido e como tipógrafos. A começar pela sua própria filha, que cresceu respirando chumbo...

As crianças foram as nossas penas e também o nosso orgulho

— As crianças... É sempre uma coisa que se pergunta: como foi possível mantê-las na clandestinidade, sobretudo em tipografias? Que se saiba, nenhum «desastre» foi provocado pelos meninos da clandestinidade...

— Era difícil, era. As crianças eram um problema nosso, de todos nós. No meu caso, foi a minha filha, que aos três anos teve que ir para a família; foi mais tarde o meu filho, quando tinha sete ou oito anos — mas esse foi para a URSS. Custava-nos. Mas havia uma fase em que era difícil conservá-los conosco: falando já mas não percebendo o que se dizia!

Não dar tréguas ao fascismo

Se a minha memória não me atraiçoar, a primeira vez que li o «Avante!» terá sido por 1946 ou 47, ainda durante o estágio de candidato à advocacia. Ao folhear um processo político pendente em juízo, entre autos de declarações que os próprios agentes inquiridores vinham depois jurar que tinham sido obtidas «espontaneamente, sem violências ou coacções de qualquer espécie» — e houve juizes que aceleraram isto! —, lá fui encontrar as duas folhas de papel quase de mortha, compostas em tipo muidinho, que eram o órgão informador e orientador do Partido Comunista Português. Tinha sido (ou dizia-se que tinha sido) apreendido a um dos réus do processo, e só por isso constituía, na tese da acusação, um elemento de prova decisivo de que o seu portador estava envolvido na autoria de um tenebroso crime contra a segurança do Estado...

Tese que os juizes do sinistro Tribunal Pleno docilmente perfilhavam, apressando-se a condenar, sem necessidade de mais provas, o detentor do jornal. Para a PIDE e os tribunais que estavam ao seu serviço, o simples factó de receber o «Avante!», pagá-lo, lê-lo, era um crime. Trazê-lo consigo, a confissão desse crime.

«Crime» que milhares de portugueses praticaram, ao procurar nas suas páginas, impressas à custa de sacrifícios e riscos sem nome, o antídoto para as mentiras do noticiário oficial, uma informação exacta sobre as lutas do povo português, cuidadosamente omitidas ou deturpadas nos grandes órgãos de comunicação, e sobretudo o alento, o estímulo, para resistir ao fascismo e lutar pela liberdade.

Nas muitas dezenas de processos políticos em que tive depois ensejo de intervir como advogado, era quase inevitável a presença do «Avante!» entre os elementos de prova invocados pela acusação contra os réus. O que, por outro lado, constituía o melhor atestado que o regime podia prestar à imprensa clandestina e à importância do papel que desempenhava no combate ao fascismo e a tudo o que ele pressupunha e implicava: a opressão e a miséria,

Luís Francisco Rebelo

Advogado e escritor. Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores. Membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação



a subordinação ao capital monopolista internacional e as guerras coloniais.

Assim, durante muitos anos, se de outros meios de acesso à leitura do «Avante!» os advogados antifascistas não dispusessem, a consulta dos processos políticos facultar-lha-ia. E ao mesmo tempo o jornal do PCP, tal como denunciava a repressão e mobilizava a consciência das massas populares para as grandes batalhas a travar pela liberdade, pela independência nacional, pela cessação do colonialismo, desmontava a hipocrisia desse simulacro de julgamentos, a vergonhosa submissão dos magistrados às ordens da polícia política, o escaem da justiça que as suas iníquas decisões representavam. A PIDE mandava para as prisões de Peniche, de Caxias, do Tarrafal, milhares e milhares de democratas — alguns deles só por lerem o «Avante!». Mas eram os juizes do Plenário quem lá os mantinha.

De 15 de Fevereiro de 1931 aos primeiros dias de Abril de 1974, desafiando os esbirros da PIDE e os juizes-fantoches dos tribunais plenos, o «Avante!» nunca deixou de cumprir exemplamente a sua função de informar, esclarecer e orientar o povo trabalhador de Portugal. Quando, em 17 de Maio de 1974, recobramos a liberdade, o seu primeiro número «legal» pôde circular livremente e ser apreçado nas ruas do país, um novo capítulo se abriu na sua vida, para o qual os seus 43 anos de heróica existência deram um contributo inestimável. Nos sete anos que se seguiram, ricos de experiências e férteis em incidentes, a classe operária, as forças progressistas, todos os que se empenham na construção da democracia e do socialismo, encontraram nas suas páginas o apoio e o guia para o combate necessário contra um inimigo que não desarma. E é por isso que se mantém actual ainda hoje a palavra de ordem que surgiu como título do artigo de fundo do último «Avante!» clandestino, publicado dias antes do triunfo do Movimento dos Capitães: NÃO DAR TRÉGUAS AO FASCISMO.



Casa em Eucária — Colares, onde funcionou uma tipografia do «Avante!» controlada pelo camarada Manuel da Silva. Nele trabalharam os camaradas clandestinos Manuel Rodrigues (recentemente falecido), sua companheira, seus filhos, entre os quais Veríssima Rodrigues e Maria Clementina Amélia

JOVENS TIPÓGRAFOS CLANDESTINOS

Quatro depoimentos. De camaradas que, muito jovens, eram dos obreiros do «Avante!» clandestino. Jovens que, alguns deles, nasceram já dentro do Partido, passaram à clandestinidade em crianças, trazem na memória não só os riscos, os perigos, os sacrifícios, mas também as recordações de uma infância moldada pelo trabalho nas condições difíceis que o fascismo impunha. E as alegrias, que as havia também. A alegria de cumprir uma tarefa, de aprender, de fazer melhor.

«Com essas dificuldades de que os camaradas falam. Mas sem dramas!», como diz a camarada Maria Machado, que passou na clandestinidade catorze anos, desde 1960 até ao raiair do 25 de Abril de 1974. Que viveu dos 10 aos 18 anos o trabalho de uma tipografia, de 1960 a 1968.

O camarada Carlos Pires entrou na clandestinidade com 15 anos. Dos 17 aos 35 trabalhou numa tipografia do nosso jornal. Fez o último «Avante!» clandestino. Disso se orgulha. Justamente.

Crianças ainda, mergulhavam na clandestinidade. Como a camarada Alice Capela que, dos 12 aos 23 anos trabalhou numa tipografia do «Avante!», de 1954 a 1964. Na tipografia lhe nasceu o filho que um dia lhe diria: «Não te importes, mãe, eu vou brincar quando ser homem»...

Mas valeu a pena. É o balanço que todos fazem. A camarada Veríssima, que entrou na clandestinidade com 5 anos e trabalhou numa tipografia dos 10 aos 14 anos, ao recordar como se deu conta da importância do seu trabalho, diria: «Tive a impressão de que nunca me senti tão útil!»

50 ANOS
AVANTE!



A Festa do Avante!

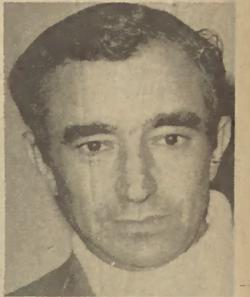
Desde 1976, tantas vezes quantos os verões que passam, ergue-se em Portugal uma festa, que é a festa dos trabalhadores e dos democratas, a Festa do «Avante!». É já uma tradição, e centenas de milhares de pessoas a aguardam, para participarem nas suas inúmeras actividades de cultura, de convívio, de arte, de luta também. É a festa dos comunistas, aberta fraternalmente a todos os visitantes. É a festa do Partido. E porque é do Partido, é a Festa

do «Avante!», o jornal comunista que do Partido é a palavra escrita, que ao longo de cinquenta anos acompanha os passos dos comunistas organizados e abre para os demais trabalhadores as perspectivas de uma luta que se cumpre todos os dias, que tem metas, que se renova. Dizer «Avante!» é dizer Partido, dizer o que o Partido conta das lutas democráticas que se travam preparando o futuro. Dizer da vida interna da organização de vanguarda da classe operária,

contar as batalhas que se preparam e desenvolvem, esclarecer as situações que no plano nacional e internacional se tecem. Por isso também a Festa do «Avante!» é a mostra anual das actividades do CPCP e da sua organização, das lutas sociais e políticas dos trabalhadores da nossa Pátria, das conquistas que se consolidam ou se defendem, das lutas que se preparam. Por isso também a Festa do «Avante!» é a mostra internacionalista do que acontece no mundo, desde

o campo socialista onde as vitórias se forjam na construção e defesa da sociedade de novo tipo, à consolidação da independência de novos países ganhos para o mundo e para o progresso, às lutas que se travam pela liberdade e pela democracia. A Festa do «Avante!» é um mundo que os comunistas portugueses preparam. Tem o nome do seu jornal, que é onde se pode ler a luta viva e solidária do CPCP, do Partido da Verdade, da Esperança e do Futuro.

Um simples depoimento, com um voto final



Oscar Lopes

Escritor. Director da Faculdade de Letras do Porto. Membro do Comité Central do CPCP

Os romanos-eruditos já diziam (tinham compreendido) que cada livro tem uma história que vai desde a sua concepção dentro de certos modelos literários até às diversíssimas maneiras de ser apreciado e de, por seu turno, contribuir para novos livros. Um jornal tem uma história ainda mais complicada, que é feita, sim, pelos redactores, mas principalmente, e em última análise, feita pelo seu público, uma história feita pelo público que, politicamente, se faz a si próprio, graças a um conjunto de factores entre os quais se conta a leitura desse jornal.

Nenhum jornal português tem, hoje, uma história de mais digno interesse do que o «Avante!». Certos episódios são apaixonantes, mesmo quando contados do modo mais desprezencioso. Todos sabemos, por exemplo, que o conto «Refúgio Perdido», de Soeiro Pereira Gomes, se baseia num facto historicamente real de luta forçadamente clandestina dos comunistas portugueses. Na sua simplicidade esse conto tem o recorte de uma tragédia de Corneille: o conflito entre dois imperativos aparentemente antagónicos, de um lado, o imperativo de entregar uma mala de «Avantes!», de outro lado o imperativo de escapar a uma perseguição metódicamente montada pela PIDE. O antagonismo acaba por tomar-se aparente, mas não porque fosse em si mesmo aparente desde o início, e sim por que o protagonista, funcionário do PC, consegue, na prática, resolver o conflito encontrando uma saída táctica para cada situação dramática com que se depara, sem nunca abandonar a estratégia fundamental que é a de cumprir e salvar-se, salvar-se a si e ao serviço organizativo que encarna. Nos anos de 1930-40 aquilo que no teatro de Corneille, ainda hoje nos empolga foi, afinal de contas, vivido por um funcionário do «Avante!», está registado num conto.

Esse conto, ainda outros contos de Soeiro Pereira Gomes, e «Até amanhã camaradas», e a simples reportagem da fuga de Peniche, e os depoimentos da prisão de José Magro e de Francisco Miguel significam, para o nosso passado imediato, aquilo que os diários de bordo e ou a «Peregrinação», de Fernão Mendes Pinto, foram para o tempo dos Descobrimentos. Nunca a burguesia portuguesa dará por tal paralelismo: mas sentem bem tal paralelismo todos aqueles que hoje fazem a História em Portugal, todos os que se empenham no descobrimento de um mundo novo onde o povo português figure como um dos agentes da emancipação de todos os povos, e não já à maneira de Dantes, como um instrumento de exploração de outros povos.

Para que a luta dos operários, dos camponeses e de todas as camadas patrióticas e antimonopolistas viesse a constituir uma História consequente e unificada, era preciso um partido essencial e estatutariamente assente no proletariado. Esse partido vai completar 60 anos. Era preciso um jornal que fosse a consciência prática de todos os pequenos e grandes combates, a todos os níveis de espontaneidade ou de orientação claramente política. Esse jornal completa hoje meio século de existência, com uma remodelação que corresponde a uma nova fase da sua intervenção histórica. Sem o «Avante!» a resistência ao fascismo português não se teria organizado como um todo nacional: as reivindicações ou protestos de empresa, as lutas de jornaleiros ou rendeiros, pescadores ou mineiros, não seriam conhecidas e animadas, a luta dificilmente se articularia em largos planos sectoriais, profissionais, sindicais e essa luta ainda mais dificilmente ascenderia a uma consciência, política; os movimentos de recuperação das liberdades públicas não sairiam do âmbito de pequenos directórios e de clientelas ainda sobreviventes da república liberal, sem o apoio de massas populacionais, na esperança sempre frustrada das intrigas de cliques na classe dominante, ou de um *putsch*, de uma salvação qualquer vinda de fora.

Por isso no tempo da 2.ª Guerra Mundial, há pouco mais de quarenta anos, ainda eu não tinha aderido ao CPCP, já duas coisas me impressionavam profundamente: uma dessas coisas era o facto de, entre tantas e efémeras organizações antifascistas, uma, e apenas uma, se comportava na base de uma profunda confiança nas massas populares apelando para a participação massiva e permanente de todo o povo português; a outra coisa era (e seria sempre, até ao 25 de Abril) esta coisa épica: o «Avante!», praticamente, nunca falhou na sua periodicidade mensal. A imprensa diária censurada noticiava de quando em quando o assalto a uma tipografia, em dada altura e com pequeno intervalo, a duas tipografias

clandestinas, noticiava golpes fundos que atingiam quadros altamente responsáveis, direcções de amplos sectores, o próprio Secretariado do Comité Político, o pretense desmantelamento de todo o Partido. Mas o «Avante!» não falhava, e a confiança geral estabelecia-se.

Durante mais de 30 anos nunca deixei de receber, divididos em pequenos embrulhos com destino cifrado, os exemplares certos acompanhados de outros textos especialmente dedicados a acontecimentos de relevo para o comum dos portugueses, para o comum de todos aqueles que só vivem do trabalho e da certeza de um Portugal que será finalmente dos portugueses, de um mundo que será finalmente dos homens, e não da lógica cada vez mais infernal do imperialismo.

Nestes últimos quase sete anos muitas pessoas se têm esquecido do largo e árduo período das catacumbas da libertação portuguesa — desse período em que ninguém hesitava acerca do sentido da expressão «o Partido», pois apenas um partido, o Partido do proletariado português, não reconhecera a sua dissolução legal. Vindo das catacumbas, o «Avante!» rapidamente se adaptou à consciência política de um Portugal diferente: um Portugal que, como o CPCP desde há muito experimentava e explicava, teria de eliminar o colonialismo, os monopólios e os latifúndios como obstáculos e riscos numa real democracia e de uma libertação nacional efectiva e progressiva. Enquanto novos pretendos messias da «esquerda» se alvorçavam com um híbrido estranhíssimo, quer dizer, se alvorçavam com a negação em forma do internacionalismo proletário que dá pelo nome já desacreditado de «eurocomunismo», o «Avante!» converteu-se no mais importante órgão político de defesa de uma legalidade constitucional conquistada e que os partidos irmãos da Europa Ocidental ainda só contêm (ou ainda nem contêm) no seu programa imediato.

Mas as situações alteraram-se hoje de modo rápido e cheias de imprevistos. As últimas eleições presidenciais provaram que o povo português já aprendeu muito desde 1975. O espantoso anticomunismo já não funciona: a maioria dos portugueses votou com os comunistas, sem qualquer receio de uma propaganda poderosamente orquestrada no sentido de que votar pela Constituição seria votar comunista. Num país intoxicado durante meio século pelo fascismo — colonialismo, e com áreas ainda sujeitas ao arbítrio dos caciques, o CPCP conseguiu impedir aquilo que vários grupos provocatórios e os monopolistas mais desejavam em comum: a degradação terrorista, já ensaiada no verão de 75, e que noutros países europeus representa desespero dum legalidade progressiva, que é já a nossa, e a que só falta ser cabalmente cumprida.

O «Avante!» vai entrar em nova fase. Permita-se-me que recorra uma vez mais a uma experiência directamente pessoal para exprimir os meus melhores votos. Essa experiência é a seguinte: eu não conheço nada que em termos de processamento democrático e eficaz, e puramente humano, da informação e da opinião pública se compare com o funcionamento do Comité Central e da Comissão Política do Partido Comunista Português. Quem, fora do CPCP, leia uma declaração do Comité Central (e é sempre necessário lê-la lá onde ela vem sempre inteira, no «Avante!») deve saber que esse texto se baseia sempre numa informação prévia, onde se condensa toda uma prévia e diversificada informação e discussão; deve saber que sobre esse texto há sempre cerca de uma centena de intervenções de representantes sectoriais, resultantes de muita discussão regional, sectorial ou local; e que a redacção final resulta de um trabalho posterior de muitas dezenas de propostas escritas, por seu turno sujeitas a nova discussão final.

Ora bem: o «Avante!» deve ser bastante mais e melhor do que obra de uma redacção e de um serviço informativo especializado. O «Avante!» carece da participação de muitos dos seus leitores, de todos os que possam contribuir para um rigor e uma largueza crescente de informação, de opinião, de experiência democrática, de descoberta e criação dum destino nacional e humano. Para esse destino de libertação não se conhecem limites mas conhecem-se sempre os objectivos imediatos: aqui e agora, esses objectivos são o cumprimento exacto dos princípios e normas constitucionais, a defesa e avanço da democracia endereçada ao socialismo, a defesa da paz na observância dos direitos de todos os povos e na satisfação progressiva e real dos direitos humanos.



Da esquerda para a direita, as camaradas Alice Capela, Carlos Pires, Veríssima Rodrigues e Maria Machado

«Não te importes, mãe. Eu vou brincar quando ser homem»

Há crianças que começaram mesmo na legalidade, ajudando os pais, mas não em tipografia: era trabalho de copiografo e depois distribuídas nas próprias terras. Levavam os materiais em cestas. Sabiam que as tarjetas eram para ser distribuídas nas fábricas por camaradas e levavam os materiais a casa de uma vizinha que trabalhava de alfaiate. Ia-se directamente ao quarto, abria-se o colchão, daqueles de palha, metia-se lá dentro o material, o pequeno embrulho e depois vinha-se falar com a vizinha, dizer-lhe qualquer coisa a propósito de uns calções, etc.

Eu principiei assim. Tinha 9 anos e foi na Póvoa de Santa Iria, na minha terra.

Levava também mensagens para outros camaradas e diziam-me «vais a casa do camarada tal mas não acompanhes com os outros miúdos porque se tu mostras isso o pai pode ser preso. Tu sabes que há a policia...» Portanto não podia dizer nada às minhas amigas, tinha de me afastar delas. Com 9 anos era já uma tarefa que eu começava.

Um dia o meu pai foi para a clandestinidade. Passados oito meses fui eu com a minha mãe, os meus irmãos ficaram na Póvoa.

Nessa altura teria eu uns 12 anos, estava a fazer a 4.ª classe... já não a fiz, tive de sair da escola. Fomos para o Porto e, daqui para Rio Tinto, onde tivemos uma tipografia. O controlador da zona era o Pires Jorge.

Tinha 13 a 14 anos quando o meu pai foi preso. Continuámos com a tipografia e outras coisas mais leves. Quando tinha cerca de 15 anos fui então para a tipografia do «Avante!», para a companhia do Carlos Pires e dos pais. Foi aí que aprendi o trabalho de tipografo a sério.

Eu fora ocupar o lugar da Clementina. Quero falar dela porque ela tinha estado em minha casa quando eu era miúda e quando o seu companheiro estava preso. Eu adorava-a. Era a «Júlia», e tudo o que eu sabia é que era uma camarada. Ela foi então ocupar o meu quarto e até a minha cama, porque lá em casa não havia outra possibilidade. Mas eu não me importei. Era como se fosse a minha segunda mãe, a minha irmã, a companheira de todas as brincadeiras. Lá em casa éramos pobres e eu era fraca. Lembro-me que, decerto à custa de algum sacrifício, ela dava-me vinte e cinco tostões para uma banana que eu levava para a escola. E lembro-me

também que usava perfume — restos da «legalidade» — e esse perfume passou a ser para mim o cheiro da amizade. Quando ela se foi embora lembro-me de ter pedido à minha mãe que não lavasse a almofada dela, onde o perfume se conservava, para poder fazer de conta que ela continuava connosco.



Alice Capela

(...) As minhas guerras com o Carlos... Lembro-me quando veio no «Avante!» o testamento da Maria Machado. Os dois queríamos comprar! Eu lá ganhei — ele deve ter achado que, enfim, como eu era mulher, tinha mais direito...

De outra vez apareceu na Tribuna do Leitor do «Avante!» uma carta de «um jovem operário». Também guerreámos, e dessa vez ganhou ele. Compôs. Mas aquilo, soube-o depois, também me devia ter calhado: aquele «jovem operário» que eu queria tanto para mim era afinal o Adelino, que seria mais tarde o meu companheiro, no princípio também numa outra tipografia. Também numa tipografia nasceu o meu filho. O meu Alfredo, a quem com três anitos, também numa tipografia, eu perguntava com alguma mágoa: «Tu gostavas de ir brincar com os outros meninos, não é, filho?», e que me respondia: «Não te importes mãe. Eu vou brincar quando ser homem!»

O meu Alfredo que, um pouco mais tarde, comigo e com a minha mãe, saíra de uma tipografia que a PIDE assaltou, para Caxias... E então foi Caxias durante cinco anos... Mas valeu a pena!

«E os vizinhos que tentavam dar-nos o «Avante!», o mesmo «Avante!» que a gente fazia?»

Em 1961 fui para o pé dos meus pais que já estavam na clandestinidade. Tinha então quase dez anos, estava a fazer a instrução primária que já não acabei. Nessa altura os meus pais tinham outra tarefa mas, cerca de um ano depois, numa casa dos arredores de Lisboa, instalámo-nos com uma

tipografia e aí se começou a fazer o «Avante!» e «O Militante» — com essas dificuldades todas que os camaradas falam, não se poder brincar, não se poder ir à escola; mas sem dramas!

Com um pequeno interregno de um ano em que estive na URSS, isto das



Maria Machado



Não apenas um jornal expressão orgânica da luta de massas

O número escolhido é o 457, da série VI, do ano 43, da publicação na altura clandestina e que hoje sai livremente com o mesmo nome: o jornal «Avante!».

Salmos com esse número em Setembro de 1973. O movimento unitário de massas ocupava o espaço principal da primeira página. Um dos sub-títulos («Unidade na acção») remetia para a segunda de um total de seis páginas com um formato que lembrava o normal das revistas, com muito menos papel e muito mais leve e dissimulável, é claro, que o dessas e de outras publicações legais.

Mas noutros artigos, entrevistas ou reportagens deste Suplemento se abordará esse e outros pormenores. O que nos interessa aqui e, se nos permitirem, exclusivamente em relação a este número clandestino de Setembro de 1973, são as lutas nas empresas, é o movimento sindical, indissolivelmente ligados há muitos anos por obra dos trabalhadores e do seu Partido.

respondeu uma brutal carga das forças policiais». Nenhuma outra publicação poderia trazer a público dentro do País uma informação assim. Palavras verdadeiras como essas ficavam todas na Censura. Quando muito, haveria mais tarde, ou nunca, um «comunicado oficial».

Não escasseavam na época essas cargas policiais. Mas não faltavam também as respostas. O «Avante!» de Setembro de 1973 acrescenta: «Os trabalhadores reagem gritando "assassinos!" "abaixo o fascismo!", "abaixo a guerra colonial!"».

que impugnou as eleições; nos Metalúrgicos de Lisboa «continua a luta pela normalização da vida sindical» (a direcção eleita fora substituída por uma comissão administrativa nomeada pelo fascismo); Metalúrgicos do Porto reuniram-se em assembleia do seu Sindicato com 1500 presenças para discutir a revisão das tabelas salariais; no Sindicato dos Têxteis de Setúbal uma mascarada eleitoral, «em descarado conluio com o patronato e seus lacaios», mais uma vez anichados na direcção, 16 elementos eram eleitos por 25 votos; eleições (Seguros do Porto); festa-convívio (Lanifícios) em Montargil; assembleia (Vidreiros); «verdadeiro lacaio do patronato» substituído (Transportes Urbanos de Lisboa); voto de desconfiança na direcção (Motoristas de Lisboa) completavam, aqui num breve resumo, as três colunas sobre a «Luta Sindical».

Jovens tipógrafos clandestinos

tipografias durou para mim até aos meus 18 anos. Conheci entretanto o que viria a ser o meu companheiro, ainda levou algum tempo antes que pudéssemos viver juntos. Ia-o "perdendo", porque as cartas foram parar a uma outra camarada - que tinha o mesmo pseudónimo!

Passei então a ter outras tarefas. O meu Zezinho, o meu filho mais pequeno, foi o último comunistinha a nascer na clandestinidade!

Nas tipografias como foi? Como já se disse, com dificuldades, mas sem dramas. E até com muitos episódios engraçados, que

fui a casa de uma senhora que morava por baixo de nós - e isso porque era preciso ter a certeza de que não se ouvia lá a tipografia a trabalhar!

Saídas mesmo "conspirativas", só me lembro de as fazer a certa altura: tive que ir à missa das sete da manhã, durante certo tempo.

Sustos: muitos, é claro. Para além de um certo sobressalto permanente, eram os grandes perigos que o Partido detectava e que exigiam medidas rápidas, os nossos pequenos azares ou descuidos que podiam ter consequências graves. Lembrou-me de uma vez em que estávamos a fazer manifestos, daqueles que se

faziam em várias cores. Tinham que se secar, espalhando-os pelo quarto. No caso, o quarto tinha uma varanda com um estore, baixou-se o estore, abriu-se a janela. Às tantas vou espertar não sei o quê por uma outra janela e o que vejo? Um manifesto na tal varanda! Tinha saído por baixo do estore. Toca de procurar: Teria voado algum para a rua? Parecia que não...

E os vizinhos que tentavam dar-nos o "Avante!", o mesmo "Avante!" que a gente fazia? A gente nem queria ver, que "horror"! Por coisas dessas se dizia que as pessoas eram presas...

Para um número de seis páginas pouco maiores que, por exemplo, as da «Vida Mundial» da época, as lutas nos locais de trabalho (TAP e bancários em artigo separado e com destaque na primeira página) ocupavam mais de 7 colunas em 3 páginas de um «Avante!» sem censura, uma das poucas se não a única publicação periódica inteiramente livre nessa época em que decorriam os últimos seis meses do fascismo.

Na primeira página, além do movimento de massas, que crescia (as «eleições» de Outubro estavam à porta) as «greves e manifestações de

milhares de trabalhadores da TAP e bancários» ocupavam a três colunas quase metade da primeira página. O «grande exemplo da combatividade dos bancários» ressaltava em subtítulo.

A informação era pormenorizada e não lhe faltava destaque. A dado passo, surgia a repressão: «aos protestos de várias centenas de trabalhadores contra a arbitrariedade duma reunião da classe no dia 11 de Julho, a fim de ser informada pela comissão sindical do estado em que se encontra a arbitragem do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho)

Luta sindical luta política

Os trabalhadores organizados não se limitavam a reagir do ponto de vista sindical. As palavras de ordem são reveladoras.

Os bancários, depois de várias formas de luta conhecidas recorriam «a pequenas greves progressivas de 15 minutos até uma hora durante quatro dias sucessivos (9 a 12 de Julho) ao recomeçar o trabalho após o almoço».

Era notícia para qualquer jornal. Mas o que saía legalmente era pouco, deturpado, ou «oficial».

Muita gente sabia, mas o «Avante!» informava. Formavam-se «grandes ajuntamentos às portas dos bancos». Os censores redobravam de atenção. APIDE prendia dirigentes sindicais. Interrompia reuniões. Provocava, pronta a abater como já o fizera.

«Para se avaliar do estado de espírito da classe - neste caso, os bancários, cujo Sindicato foi um dos fundadores da Intersindical - tem interesse referir que, tendo corrido em Lisboa que tinha morrido no hospital um operário da TAP, gravemente ferido a tiro pelas forças repressivas na agitação do dia 12, em todos os bancos de Lisboa, no mesmo dia e à mesma hora, foi feito um minuto de silêncio (a 100%) cujo significado foi em seguida explicado aos clientes».

Lutas nas empresas - lutas nos sindicatos

Numa declaração conjunta, 16 Sindicatos representando 160 mil trabalhadores, desmascaram o «Congresso da Previdência» realizado sem a sua participação; o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro apela para o Supremo contra a decisão



Muitos cinquenta anos na luta em prol do povo português

50 anos na vida de um jornal é algo que, de facto, merece ser comemorado. Mas os 50 anos do «Avante!», de intervenção activa na vida política portuguesa, revestem-se de uma característica muito especial que conferem à data um tom ainda mais festivo: a vitória sobre a clandestinidade, que o mesmo é dizer a vitória sobre o fascismo. Uma clandestinidade dura, cruel mesmo, em que foi obrigado a refugiar-se durante a maior parte da sua vida, com a espada da polícia constantemente apontada. Uma vida, por conseguinte, de luta, de sacrifícios impenáveis para o comum dos mortais, contra uma ditadura impiedosa que oprimiu todo o povo português.

Penso, sem entrar em linha de conta com a ideologia política do «Avante!», órgão oficial do Partido Comunista Português, com o qual eu me não identifico, que foi o jornal português que mais persistentemente, sem tréguas, e nas condições mais adversas, combateu o regime salazarista. E Salazar e a sua clique sabiam-no tão bem, que contra ele desencadearam o arsenal da repressão. Neste momento, por isso, é justo prestar homenagem a todos aqueles, mais ou menos anónimos, que sofreram na carne as perseguições para que a sua voz não pudesse ser silenciada: desde os distribuidores, aos tipógrafos, aos jornalistas e aos colaboradores. É um coro de vozes não amorfo, que permitiu, de novo, o seu aparecimento, em plena luz do dia, sem medo de represões policiais, quando surgiu o 25 de Abril, para cuja eclosão também o «Avante!» muito contribuiu.

Falar no «Avante!» é falar no Partido Comunista Português com cuja vida ele se confunde e cuja vida ele interpreta. Não sou eu a pessoa indicada para tecer, em letra de forma, a vida de um e do outro.

Por mim apenas escrevo, aqui e agora, para muito singelamente dar os parabéns ao «Avante!» e desejar-lhe uma longa vida.

Eu que não sou comunista, porque ser comunista implica uma visão global das coisas do mundo, uma filosofia, uma maneira de estar no mundo que não é a minha. Uma existencialidade típica (a minha é cristã) que não se esgota nas lutas pelo bem estar do povo, para o qual todo o ser honesto tendencialmente caminha (deve caminhar): para que todos os homens possam trabalhar de

Augusto de Carvalho



Jornalista. Subdirector do semanário «Expresso»

acordo com as suas possibilidades reais e afixaram de acordo com as suas necessidades (também reais e não artificialmente criadas). E que caminhada enorme temos pela frente, já que a imensa maioria não trabalha de acordo com as suas possibilidades reais, porque essas possibilidades não estão sequer descobertas em virtude da imperfeição das estruturas sociais, as quais, na nossa ordem vigente, não existem para o desenvolvimento do todo, mas apenas de algumas partes que, depois, impõem as regras do jogo! Por outro lado, quando estamos do colmatar das necessidades! Necessidades reais e não criadas de acordo com as ambições individuais e egoísmos de cada qual. Necessidades e possibilidades que só podem ser colmatadas e desenvolvidas num projecto em que todos participem e venha a ser definido por todos.

Democraticamente, por conseguinte.

Neste sentido eu saúdo o «Avante!» na medida em que, pela sua parte, contribui para a definição desse todo. E fá-lo lutando pela participação popular na criação da política. Contribuindo, assim, para o aprofundamento da liberdade do povo, na medida em que esta brota de um confronto dialéctico com outras forças que na sociedade portuguesa prosseguem (ou mesmo não prosseguem) idênticos objectivos. É, por isso, que eu penso que jornais como o «Avante!» e partidos como o Comunista são peças essenciais na democracia portuguesa. Essenciais, mas não únicas. Porque penso também que se fosse o PCP o único partido, ou o «Avante!» o único jornal autorizado (hipótese académica) também se não poderia falar em democracia portuguesa. Porque, no meu entendimento, democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo português é aquele que existe e não aquele que desejáramos que existisse. E democracia é um fazer-contínuo e constante, em luta e em tensão dialéctica, que nunca existirá completamente acabado, mas que todos os dias está a construir-se para, no momento seguinte, se reconstruir de novo. E assim por diante.

É, por isso, que não sendo eu comunista, venho aqui prestar a minha homenagem ao «Avante!» e desejar-lhe muitos cinquenta anos na sua luta em prol do povo português.

«Orgulho-me de justamente o último «Avante!» clandestino me ter saído das mãos»

Como é que eu fui para a clandestinidade? Tinha 15 anos, o meu pai já saíra de casa em Aveiro um ano antes por suspeitar que fora denunciado, trabalhava ele na Fábrica Vista Alegre, o que se viria a confirmar, porque algum tempo depois o Saqueti foi a nossa casa procurá-lo e fazer uma busca em forma.

Por dois ou três anos - o que viria a ser aliás o tempo médio que ficaria em cada tipografia - o meu primeiro mestre tipógrafo seria a Maria Clementina, que me ensinaria tudo o que sabia, como já antes o Joaquim Rafael lhe ensinara a ela.

Cheguei o dia em que em consegui batê-la na velocidade de composição. Tirei o primeiro «Avante!» tinha eu 17 anos. Tipógrafo «feito», a Maria Clementina saiu para outra tarefa e aí vou eu para outra tipografia, agora com a Alice. Passado um certo tempo já andávamos os dois à competição para ver quem fazia mais e melhor. Ela diz que mais

punha mais rapidamente e melhor a tinta era ela, mas na composição nunca me bateu...

Mais tarde fui para o Porto, já sem os meus pais, mas com outro casal a quem ensinei o trabalho. Foi nessa situação que apareceu a minha companheira, e em breve saímos os dois, montámos mais uma tipografia do «Avante!» e, mudando embora de instalação, foi sempre a tarefa que tivemos até ao 25 de Abril. Sem grandes sobressaltos, exceptuando talvez em 1970, tinha o nosso miúdo então dois anos:

Esperava eu que viessem contar a luz, estava sozinho em casa quando bateram à porta. Espreitei, pareceu-me que era o homem que contava a luz, abri a porta. Enganara-me: três sujeitos à paisana, fiscais da Câmara, estavam ali para a vistoria!

Eu tinha estado a tirar «O Militante», tinha a porta da casa de trabalho fechada.

Fosse como fosse, eles não entrariam lá, a desculpa já me estava na ponta da língua. Pensei rapidamente e achei que não haveria problema de maior se entrassem. Entraram, pois. Usei a tal desculpa para eles não entrarem na casa fechada, eles disseram "muito obrigado" e saíram. Quando fechei a porta e dei uma volta à casa, em cima da mesa da sala de jantar e de maneira que era impossível que eles não tivessem visto, estava uma pilha de «Militantes!»! Só então me lembrei que os tinha posto ali!

Quando chegou a minha companheira resolvemos meter numa mala o essencial, o mais conspirativo, e fomos para Viana, para uma pensão. Os camaradas, alertados, foram verificar o que havia com a casa. Não havia nada! Voltámos, desmanchámos a casa, salvámos tudo.

Por essa altura entregámos o nosso miúdo à família. Não que nos



Carlos Pires

tivesse arranjado problemas, apesar de querer mexer em tudo e de já falar pelos cotovelos. Pouco depois voltámos a montar outra tipografia... exactamente até ao 25 de Abril - orgulho-me de, justamente o último «Avante!» clandestino me ter saído também das mãos.

«Vocês não querem que eu entre nessa casa, mas eu já sei que aí se faz o «Avante!»» Viva o Partido Comunista Português!»

Tinha eu menos de 9 anos, estava numa tipografia com os meus pais, os meus irmãos e a Clementina e já sabia o que era o «Avante!».

Fui para a clandestinidade teria talvez uns cinco anos - mais propriamente era a semiclandestinidade, o meu pai trabalhava no campo mas já não podíamos ter os nossos nomes verdadeiros, havia camaradas clandestinos instalados na nossa casa, que era de facto uma «casa do Partido».

Só pude ir à escola durante um ano, não se pode dizer que soubesse ler, mas lembro-me de, pelos meus sete anos, ter visto pela primeira vez a imprensa do Partido. Surpreendi o meu pai a ler, e ele, em vez de me esconder, explicou-me então e muitas outras vezes, o que era o Partido, o que era o fascismo, porque que a aqueles papéis eram importantes.

Tinha eu então os meus nove anos e fomos - nós e a Maria Clementina - para uma quinta em Colares, e aí me dá conta que se fazia o «Avante!». Os camaradas procuravam que eu não entrasse na sala onde era a tipografia, com medo que eu, falando com vizinhos ou com outras crianças, pudesse descobrir aquele nosso segredo. Mas um dia escrevi um bilhetinho lá para dentro e, passados poucos dias, veio o camarada Joaquim Gomes e teve uma conversa de gente crescida comigo - disse-me o que era o «Avante!», que era ali que etc se fazia, que perigos havia, como os inimigos do Partido o procuravam, que cuidados era preciso ter. Essa conversa ficou-me para sempre.

Era nessa tipografia de Colares, dentro de uma quinta.

Como ela era muito pequenita, uns 9 anos, procurávamos que ela não se apercebesse do que ali se fazia, não fosse ela dizer a algum vizinho ou mesmo a outros miúdos das redondezas. Portanto, tínhamos sempre a porta do quarto onde funcionava a tipografia fechada. Mas ela andava sempre ali de um lado para o outro, a gente percebia que ela estava muito curiosa.

Um dia, lá estavam nós - eu e o irmão mais velho - a tirar o «Avante!» e vemos um papel a ser enfiado por baixo da porta. Era uma «mensagem» da Veríssima - com muitos erros de ortografia porque ela andava a aprender a ler e a escrever conosco, ali em casa, à noite ou nas alturas em que havia menos trabalho.

O papel dizia: «Vocês não querem que eu entre nessa casa, mas eu já sei que aí se faz o «Avante!» Viva o Partido Comunista Português!»

Fingimos que não vimos, mas quando lá foi o nosso camarada Joaquim Gomes, que era então quem controlava a tipografia, pusemos-lhe o problema. E aí ficou decidido meter a Veríssima na equipa!

No princípio ela queria fazer tudo, mas como sabia escrever pouco, compunha tudo trocado e era uma trabalhadora para emendar.

Acabou por se fazer uma boa tipografia!
■ Relato da camarada Maria Clementina Amália, tipógrafa do «Avante!»

É claro que nessa tipografia, eu, que mal sabia ler, fazia pequenos trabalhos de ajuda, não era o trabalho de impressão e de composição. Foi só em 1957, uns dois anos depois, que eu e o meu irmão mais novo, que eu apenas quatro anos mais velho que eu, tomámos a responsabilidade dessa mesma tipografia, onde passaram a ser feitos alguns materiais especiais de diverso tipo - e recordo particularmente um, que foi o «Avante!» especial comemorativo do 40.º aniversário da Revolução de Outubro, assim como os principais documentos do 5.º Congresso do nosso Partido.

Nessa altura, o camarada que estava com a tarefa de acompanhar esta tipografia era o camarada Manuel da Silva, uma camarada que nos deixou a todos, os jovens dessa época, recordações que nos ficaram para toda a vida. Porque ele tratava-nos, mesmo quando tínhamos 10-11 anos, como camaradas em que se confia. E isso de modo nenhum era um peso para nós, pelo contrário, era a alegria e o entusiasmo pelo trabalho, que ele transmitia daquela sua maneira tão simples, falando por

exemplo dos outros jovens que trabalhavam também como nós. Criava entre nós, que não nos conhecíamos, uma espécie de emulação. Muitas vezes, dispersos por várias tipografias, estávamos todos a fazer as mesmas coisas - fosse o «Avante!» ou fossem os materiais do 5.º Congresso de que já falei.

Mais tarde, em Valbom, numa outra tipografia, recordei uma ocasião que foi talvez aquela em que eu vi, de forma mais directa,



Veríssima Rodrigues

a ligação do trabalho que fazia com as lutas dos trabalhadores. Tratava-se de um manifesto editado pela Direcção Regional do Norte, a apelar à solidariedade aos pescadores da Costa Norte, que estavam em greve - uma célebre greve que durou 72 dias e que terminou vitoriosamente.

Quando os camaradas nos deram esse manifesto para fazer, deram-nos também um prazo muito curto, a luta estava em curso e era necessário apoiar-la de todas as maneiras ao nosso alcance. Tive de compor durante a noite, para poder imprimir no dia seguinte - aí sim, já com a ajuda dos meus pais com quem eu estava, porque para compor eles não podiam, não sabiam ler. Trabalhei de noite e sozinho. Mas no quintal da nossa casa havia uma espécie de taberna de gente progressista. A certa altura da noite dei por uma certa algazarra e tentei perceber o que se passava: pois era, nem mais nem menos, um grande grupo de pescadores que se tinham reunido ali para fazer um jantar e para discutir a luta que travavam. Foi como se eu estivesse entre eles, e tenho a impressão de que nunca me senti tão útil!



As voltas que o Avante! dá

Os portas-paletes já pararam. Não se ouve a rotativa, que acabou o seu trabalho e imprimiu e dobrou mais de 60 mil exemplares do «Avante!». Maços e rolos, já rotulados, preparam-se para a viagem, aguardam na expedição, onde o turno de catorze homens os preparam para carregar. Vai começar a volta do Porto, a mais longa que a distribuição especial do «Avante!» faz todas as semanas. Nesta noite de quarta-feira, um repórter do nosso jornal acompanhará a volta. Para ver e ouvir e contar como foi.

São 20.30 horas quando chega o camião, recuando cuidadosamente a encostar-se à porta da expedição. Portas abertas, começa a carga. Os maços são arrumados no interior, por ordem inversa da distribuição. Mais perto da saída ficarão os exemplares que chegarão ao destino mais rapidamente. O ajudante do motorista entrega-se do seu empilhamento. Cá fora, dois outros camaradas levantam os maços do chão, depositam-nos no estrado da viatura. Por seu lado, o motorista, prepara o carro. Verificada a pressão dos pneus, atestado o depósito, agora é lavar a cara ao camião: balde e escova, pôr a brilhar o pára-brisa, os vidros das portas, os espelhos e, por fim, os «olhos» — os faróis devem alumiar bem a noite da estrada, destes momentos depende a segurança da viagem — a eficácia do trabalho. É preciso que o «Avante!» chegue lá onde o esperam. E chegará.

rios que trabalham na zona. Muitos lá estão, a sala cheia de cor azul dos fatos-macaco, todos curiosamente virados para a porta. Entramos também. O mistério está resolvido: toda a gente se vira para o mesmo lado porque, sobre a porta, a Dona Xepa trava discussão com a Glorita. No intervalo para o jantar, não perder a telenovela... O fim do capítulo coincide com o pagar da conta, com o beber da bica. São horas. Mais precisamente 21.30. Subimos para a cabina. O motor pega bem, as luzes acendem-se, o motorista arranca. O ajudante acende o cigarro, liga a telefonia. O repórter abre os olhos e os ouvidos.

50 anos na estrada

Partilhos. Como partiam, há cinquenta anos, os camaradas que levavam a voz do Partido da classe operária aos quatro cantos do país? Ainda não era o tempo da bicicleta, que viria anos mais tarde, já o «Avante!» se publicava e com regularidade chegava às mãos de trabalho de muitos portugueses, das mãos clandestinas de camaradas que dedicavam a sua vida à tarefa, percorrendo quilómetros do país a pé ou nas velhas «pasteleiras»

dos anos quarenta, evitando as estradas onde a vigilância policial do fascismo se apertava, aborrendo cidades e aldeias que um dia mais tarde acordariam lutando para o 25 de Abril que permite hoje uma viagem diferente.

Agora não é o chiar da roda pedaleira o som que nos acompanhava, nem o silêncio do espaço aberto, carregado de ameaças e de perigos como anos atrás. O camião ronca forte, as luzes da autoestrada do Norte deslizam rapidamente para trás, o betume do pavimento desaparece vertiginosamente — como se costuma dizer, a viagem é de pressas que se faz tarde e há horários a cumprir. O rádio grita e enche a cabina de música rock, está na hora dela, conjuntos de jovens cantam rock em português, os sons e os ritmos da electrónica moldam e transtornam as palavras e damos-nos conta de que já passaram muitos anos desde que houve um primeiro dia para o jornal do PCP, que hoje transportamos o número 369, de 5 de Fevereiro, que o próximo vai comemorar cinquenta anos de vida de um jornal que já teve outros formatos e outro papel, que já foi impresso manualmente e que hoje sai de uma grande rotativa. Mas é o mesmo jornal, com a sua palavra de combate, a sua palavra de luta e de confiança, que aponta, na variedade das etapas, a mesma meta do socialismo e do comunismo, que traz como sempre a foice e o martelo e a palavra de ordem que vem inscrita no Manifesto Comunista redigido por Marx em 1847: «Proletários de todos os países: UNI-VOS!»

Os riscos são outros

Os riscos agora são outros. E existem. Para os distribuidores de jornais, chegar a tempo é um ponto de honra. Para os distribuidores do «Avante!», chegar a horas é assegurar um doselos

da cadeia que se vai estender nessa madrugada e durante o dia de quinta-feira e até mesmo de sexta. Os exemplares do nosso jornal vão ser entregues nos Centros de Trabalho do Partido directamente ou em Centros de Distribuição onde outros carros os vão buscar para novas viagens a Centros de Trabalho mais longínquos. Al os camaradas os vão buscar, levá-los às empresas, aos bairros, às mãos de camaradas e de amigos, de leitores fiéis. Chegar a tempo implica velocidade — conduzir nos limites da segurança, lutar contra o sono, activar a atenção a uma estrada onde as emboscadas são as centenas de luzes nos dois sentidos, carros e camiões que sobem e descem o país. Em Venda de Rapaigas é a paragem obrigatória dos camionistas. Café para espantar o sono. «Tenho os pés gelados», confessa o motorista. Falamos pouco no meio do ruído do motor e da rádio. Trocar um comentário sobre o trânsito, um gracejo sobre o noticiário. O resto é atenção à estrada. Bebemos rapidamente um café. 23.35: Leiria. Há luz ainda no Centro de Trabalho. Não nos limitamos a depositar o maço dos «Avantes». Entramos, a traço breves palavras com o camarada que nos recebe e nos mostra as prateleiras onde os exemplares do jornal serão colocados. Quinta-feira de manhã os camaradas responsáveis pela distribuição nas células e outros organismos do concelho vão ali buscar os seus exemplares. O camarada falamos do aumento de exemplares que já pediram para o aniversário do «Avante!». Mas já o tempo urge. Despedimo-nos. A caminho de Coimbra. Chegamos à vista de Coimbra às 0.40. A cidade projecta as suas luzes na escuridão do rio e ergue a torre da Universidade bem iluminada, provavelmente numa última manifestação feérica nestes tempos de escassez

energética. Em frente ao Centro de Trabalho, uma casa faz de armazém improvisado. É aí que deixamos o maço de jornais à responsabilidade de um camarada que nos vem ajudar. Diz-nos também que o número do aniversário vai ser pedido em mais exemplares. Que ouviu dizer que se prepara uma venda especial. E seguimos.

À hora dos camiões

A estrada está agora entregue apenas aos camiões, grandes viaturas pesadas que roncam lentamente estrada acima e dispõem a grande velocidade nas descidas. Transportam de tudo nos dois sentidos — cimento, legumes, combustíveis, gado, madeira. Alguns dormem, luzes de posição acessas, nas bermas escuras. Os motoristas descansam algum tempo, o necessário para não serem tomados pelo torpor a meio do caminho. Vimos alguns camiões dançar perigosamente, ao ritmo do sono que ganhava os motoristas. Um leve apito acordava-os e remetia-os à faixa de rodagem.

Nisto chegamos a Aveiro. É 1.40. O CT da cidade dos canais já está encerrado e toda a cidade dorme. Deixamos o maço dos jornais e arrancamos. E seguimos por aí acima, na estrada que bordejia a costa. Estarreja, Ovar, Espinho — sempre o mesmo programa — praças adornadas nas vilas, murais da APU perto dos centros de trabalho do Partido, grandes unidades industriais à beira da estrada — aqui o cheiro característico da colúrese que a Portugal expelle, ali as instalações da Quimigal, e outras empresas que se sucedem nesta zona industrial. Atravessamos passagens de nível, voltamos ao piso duro da estrada onde, ao longo de centenas de quilómetros vimos dezenas de animais, já farrapos emagados pelos camiões que não se desviavam um milímetro, celandos o que se atravessam no caminho perigoso dos homens.

Finalmente, o Porto. Sem transição, passamos da estrada ao tabuleiro da ponte da Arrábida e penetramos na cidade. É cedo. Ganhamos quase uma hora. Só nos esperam às 4.30. Estacionamos junto ao Centro Distribuidor, o motorista e o ajudante, cada um com o seu cobertor, vão descansar na caixa do camião. O repórter fica na cabina, tenta passar pelas brasas, mas o frio da manhã não o deixa pregar olho e fica atento aos pequenos



ruídos da madrugada. Dois «almeidas» varrem a rua com diligência, conversam sobre as agruras da vida. Três carrinhas param atrás de nós. São 4.30. Os camaradas das voltas de Porto-Braga, Porto-Viana e concelho do Porto chegam. As portas do Centro abrem-se, as luzes frias do neon acendem-se, os nossos companheiros de viagem, que afinal também não conseguiram dormir saltam para o chão, batem com os pés no pedregado e começa a descarga. Rapidamente, afinal, movidos por um entusiasmo que a hora não deixava adivinhar, acabamos a tarefa. Na caixa do camião apenas ficam os maços e rolos da volta descendente. E enche-se a caixa com outras publicações, maços de jornais de sobras, de revistas antigas, pacotes de livros em direcção a Lisboa. As carrinhas partem para os seus destinos. Ficamos de novo os três. Guardamos um pouco a abertura de uma cooperativa de leite, na mesma rua. Compramos uns pacotes, bebemos. E iniciamos a volta a Lisboa.

Um novo dia

Desta vez a volta é outra. De novo atravessamos a ponte da

Arrábida velozmente em direcção a São João da Madeira Amanhece. O sol avermelhado fura aqui e ali nuvens escuras e compactas. Irá chover? Apenas uma poeira fina de água embacia um pouco os vidros. Logo o céu se abre, azul. Deixamos os jornais no Centro de Trabalho. Em Oliveira de Azeméis fazemos o mesmo. Agora a estrada está coalhada de motorizadas. São chuvas de motocicletas que zumbem como moscas rasas ao chão e tomam conta da estrada. Os camiões abrandam. Centenas de operários deslocam-se assim para as empresas, zigzaguem, vindos de vilas e aldeias, cobertos de capas de plástico contra o frio e a ameaça de chuva. São sobretudo jovens e mulheres, com as cores do campo e do frio nas faces e nas mãos vermelhas e o traje industrial por baixo das capas, ou o traje urbano de quem trabalha a calça de ganga, a botas de borracha. Chegamos a Águeda e entregamos o último maço. Agora é só continuar a descida até Coimbra, tomar o pequeno-almoço, perguntar aos amigos do Centro Distribuidor se há alguma coisa «para baixo». São nove horas quando entramos de novo em Coimbra, iluminada

agora pelo sol já forte. Um prego, um café. Encontramos no estabelecimento camaradas do Centro Distribuidor. Acompanhamo-los. Carregamos mais alguns volumes. Voltamos à estrada. O Sol continua a subir no céu. Lá fora o tempo é golo, mas na cabina a temperatura aquece. As costas endurecem do esforço, de vez em quando uma travação acordam-me. O motorista continua a fitar a estrada. Paramos de novo em Venda de Rapaigas, a paragem obrigatória das belas lides. Mas já passámos por meia dúzia de stops da Brigada de Trânsito, que se mostra muito activa. De repente vemos através da vidracha do café um camião parar a mando de um carro da BT. Saltam homens de dentro do campo e do frio nas faces e nas mãos vermelhas e o traje industrial por baixo das capas, ou o traje urbano de quem trabalha a calça de ganga, a botas de borracha. Chegamos a Águeda e entregamos o último maço. Agora é só continuar a descida até Coimbra, tomar o pequeno-almoço, perguntar aos amigos do Centro Distribuidor se há alguma coisa «para baixo». São nove horas quando entramos de novo em Coimbra, iluminada

A distribuição — caminhos e números

Quase seis toneladas de papel é o peso do «Avante!» transportado cada semana para todo o país, cobrindo milhares de quilómetros em todas as direcções. Nada menos que 13 viaturas, com outros tantos motoristas e quatro ajudantes fazem as voltas do circuito «político» da distribuição, levando o nosso jornal aos Centros de Trabalho. Lisboa-Porto, Porto-Braga, Porto-Viana do Castelo, Porto-cidade, Coimbra-Viseu, Lisboa-Coimbra-Figueira, Lisboa-Entroncamento, volta de Lisboa, Lisboa-Cascais, volta do Barreiro, Lisboa-Évora, Alcácer-Lagos, S. Bartolomeu de Messines-Vila Real de Santo António, são as voltas deste circuito de distribuição que todas as semanas perfaz uma média de 120 horas de trabalho.

A maior volta, aquela a que se refere a nossa reportagem, fez nada menos que 828 quilómetros. Em maços e rolos — 303 maços e 440 rolos para o circuito político, 1050 rolos e 2 maços para o circuito comercial — o «Avante!» é embalado e devidamente rotulado a computador — 1795 rótulos que electronicamente vão indicar o destino — um Centro de Trabalho ou um agente comercial. Quilómetros de fio atam os maços à máquina.

Depois é a estrada. E os riscos da estrada. Menos frequentes agora, devido a melhor organização do trabalho que implica menos velocidade, os acidentes são no entanto uma realidade para os distribuidores do «Avante!». Nos últimos meses registaram-se dois. E ninguém esqueceu a morte na estrada do camarada

Fernando Rodrigues, em 1976, quando levava o «Avante!» para o sul do país.



A partir de 4 centros distribuidores, o nosso jornal segue para o interior — Além de Lisboa, existem centros no Porto, em Coimbra, em Évora e em Faro. Mas não se conta apenas com a distribuição que descrevemos. Também são utilizados outros meios, sempre com a preocupação de que o «Avante!» chegue mais depressa, chegue a horas. Os Correios, o Caminho de Ferro, a Rodoviária e também empresas de camionagem privada são utilizadas. Um contrato recente com os CTT permite ao nosso jornal chegar no próprio dia a zonas onde de outro modo seria impossível chegar. Tal modalidade, que a distribuição do «Avante!» foi a primeira a utilizar, permite servir-se da frota de 500 ou 600 viaturas dos correios que cobre todo o país, a partir dos quatro eixos ferroviários de Coimbra, Porto, Entroncamento e Évora, onde os centros de redistribuição postal expedem os maços através das suas carreiras até às estações dos CTT, onde os camaradas dos Centros de Trabalho vão buscar os «Avantes». Depois é a distribuição militante. Mas isso é outra história.

O papel do «Avante!» no trabalho de organização

O «Avante!» desempenhou sempre um importante papel no trabalho de organização do Partido. É essa uma característica normal dum órgão central dum partido como o nosso. Transmitindo a orientação traçada pela direcção do Partido, informando sobre os principais acontecimentos, difundindo a experiência colhida nas lutas, apontando os caminhos para diferentes acções, o «Avante!» não foi nem é somente um importante meio de informação e propaganda, não teve nem tem simplesmente influência de relevo na acção política e na luta ideológica, o «Avante!» ajudou e continua a ajudar o trabalho de organização do Partido. Durante os longos anos da clandestinidade a passagem do «Avante!» a um amigo representava um primeiro

contacto, exprimia uma afirmação mútua de confiança, permitia um esclarecimento muito importante para quem o recebia e o lia. A venda do «Avante!» era o vínculo fundamental que ligou ao Partido muitos e muitos trabalhadores, muitos e muitos democratas que sympathizavam com o Partido, que desejavam conhecer a sua orientação, a sua informação, a sua experiência. Em certos períodos, quando a repressão dificultava a realização das reuniões e até os contactos com a organização, com os membros do Partido, era através do aparelho de distribuição do «Avante!» que se procurava manter a ligação, continuando um trabalho constante de ajuda, de conscientização e de apoio às lutas reivindicativas. Nos camaradas responsáveis de



qualquer organização estava sempre presente a importância da distribuição do «Avante!». Para além de todas as outras funções naturais do órgão central do Partido, a sua distribuição numa organização ajudava à sua coesão e mobilização e a sua difusão para além da organização era um grande auxílio ao seu alargamento. Depois do 25 de Abril as condições mudaram completamente. O «Avante!» tornou-se o semanário de maior tiragem em Portugal, chega livremente a quase todo o lado, e pode ser lido em todas as regiões do País. Mas essa mudança tão grande nas condições não retirou ao «Avante!» qualquer das suas funções, e também, o papel que desempenha no trabalho de organização. Poderia referir-se que há ainda locais onde as condições serão pouco diferentes e, portanto, tudo o que se disse em relação ao passado, poderia aplicar-se-lhes. Mas não são essas situações que caracterizam a actualidade. As dificuldades que a repressão criou dantes hoje não existem. A organização tem muito mais possibilidades de se estabelecer, de se fortalecer, de se expandir. O «Avante!» continua, porém, a desempenhar um papel importante no trabalho de organização, e a sua ajuda a esse respeito será ainda maior se soubermos utilizar melhor e incentivamos a sua distribuição.

A venda do «Avante!» é sempre um laço que une os membros do Partido e que liga ao Partido também os sympathizantes que o compram. Não é sem razão que a sua difusão se faz fundamentalmente através da organização.

Numa altura em que se procura reatar contactos e reforçá-los, a entrega do «Avante!» ao camarada que há muito não tem uma ligação pode ser um pretexto para esse contacto ou uma sua consequência. De qualquer forma é uma maneira de concretizar a ligação e a de a tornar regular, semanal. Numa altura em que as diversas organizações se lançam no combate às deficiências orgânicas existentes, será bom que considerem também o papel do «Avante!» na ajuda a esse combate. O número de exemplares do «Avante!» que são distribuídos por uma organização também caracteriza o seu trabalho e a sua força. Se se compreender melhor o interesse da sua divulgação, nos diversos planos incluindo o orgânico, decerto se farão maiores esforços para vencer, quer o pouco gosto pela leitura, quer a «falta de tempo» para ler, que a despesa que representa e outras dificuldades que surgem normalmente. Uma discussão bem orientada sobre a divulgação do «Avante!» numa célula, por exemplo, deverá conduzir, naturalmente, a um maior número de exemplares vendidos. E isso representa, sem dúvida, um melhor trabalho de organização em geral, um apertar dos laços com alguns membros do Partido que estão um pouco abandonados, um esforço no sentido de contactar sympathizantes que amanhã poderão ser recrutados e uma forma de aproximação com outros trabalhadores que se poderão tomar sympathizantes. O reforço da organização exige uma melhor utilização da distribuição do nosso órgão central e também conduzir a uma maior difusão.

De mão em mão

SALDO da tipografia, o «Avante!» é distribuído pela CDL, conforme reportagem anexa no dia da conta, nos seus portmoneiros. Mas não termina aí o ciclo da distribuição do órgão oficial do PCP. Pelo contrário, outro trabalho começa. Mais estrito, menos conhecido, por vezes com mais cansaças, mas sem dúvida o mais importante — porque possibilita o contacto semanal do «Avante!» com todos os militantes e sympathizantes, nos seus locais de trabalho, nas suas casas, onde quer que se encontrem, por mais afastados que estejam. É a distribuição militante.

Falar disto é anumerar, sem possibilidade de as esgotar, as soluções encontradas pelas diferentes organizações do Partido e até por camaradas isolados no intuito de difundirem cada vez mais o jornal do Partido. Conforme as circunstâncias, soluções foram encontradas para melhor se fazer a distribuição do jornal. Soluções que, nalguns casos, continuam a ser idênticas às que foram adoptadas quando pela primeira vez o «Avante!» se publicou legalmente. É o caso, por exemplo, dos camaradas de diferentes células que, pela noite, vão buscar o jornal directamente à tipografia, à saída da rotativa, ainda frescos de tinta, para no dia seguinte os distribuírem nos locais de trabalho. Mas isso, como é lógico, só é possível para os que estão organizados na zona de Lisboa.

Para os militantes que habitam outras zonas do País têm de aguardar que a distribuição leve até esses locais os maços de jornais. Depois, nos Centros de Trabalho, os camaradas levantam os jornais para os militantes e sympathizantes, que nas fábricas, nas oficinas e noutros locais de trabalho habitualmente compram e lêem o «Avante!». Todas as semanas se repete. Existem também as bancas. Nas ruas de maior movimento, em Lisboa, no Porto, em Setúbal e até mesmo em povoações menos importantes, o jornal do

PCP é vendido nas bancas militantes e muitas vezes o seu apregoar mistura-se com o apregoar dos outros jornais. O mesmo sucede em Lisboa, nas principais estações do metro e também na estação do Rossio. Todas as quintas-feiras, camaradas dedicados gritam bem alto o título do «Avante!». E muitas pessoas, apressadas na ida para o emprego ou no regresso a casa, não deixam de comprar o jornal da classe operária. Mas quem diz no metro, diz também nas estações dos barcos que atravessam o Tejo ou mesmo em algumas das estações da linha de Sintra, ou noutros locais. E na província? Dois exemplos, um dos quais o «Avante!» já referiu, dão conta de como se processa a venda militante. Em Alpiarça, um grupo de mulheres todas as semanas, após o seu trabalho, anda de porta-em-porta a vender o jornal. E com bons resultados. Idêntico sistema utilizam as mulheres de Pais, para difundirem o órgão do PCP.

Mas quantos casos destes não se podem por esse país fora, nomeadamente onde o PCP tem maior influência. E os camaradas de sozinhas todas as semanas motem ombros à tarefa de vender o maior número possível de exemplares. Vão pelas ruas, batem às portas onde habitualmente o jornal é recebido, pelo caminho contactam novas pessoas. E o «Avante!» é aberto e lido por novos leitores. O contacto alarga-se.

Mas nem por toda a parte é assim. Por vezes distribuir o «Avante!» é tarefa bastante difícil. Nalgumas regiões do Norte e do Centro — o que se passa em Viseu, por exemplo — obriga a um esforço redobrado. Os militantes vivem em zonas afastadas e é preciso contactá-los, entregar-lhes semanalmente a imprensa do seu Partido. Muitas vezes à chuva e ao frio, numa motorizada ou mesmo numa simples bicicleta. Outras vezes aproveita-se a boleia de um camarada que vai para esses



As camaradas distribuidoras do «Avante!» em Alpiarça visitam a tipografia onde é impresso o jornal que todas as semanas entregam de mão em mão